



Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Rua Dr. António Loureiro Borges, 9-9A Arquiparque - Miraflores 1495-131 Algés - PORTUGAL
Tel. +351 21 413 70 00 Fax +351 21 413 70 01 www.somague.pt somague@somague.pt
Capital Social: 130.500.000 € Matrícula N° 11 995 - Oeiras - C.R.C. Cascais NIPC: 500 257 752 - Sociedade Aberta

RELATÓRIO E CONTAS 2002

ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Balanços Consolidados
- Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas
- Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Funções
- Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
- Lista de Acções

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO SIMPLES DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanços
- Demonstrações dos Resultados por Naturezas
- Demonstrações dos Resultados por Funções
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

ÓRGÃOS SOCIAIS

RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO NO GRUPO SOMAGUE DAS PRÁTICAS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

EXTRACTO DA ACTA

CARTA DO PRESIDENTE

Senhores Accionistas,

Num ano vivido em ambiente de recessão anunciada, o volume de negócios da SOMAGUE voltou a crescer a dois dígitos, consolidando a sua posição na Engenharia e nos Serviços e prosseguindo a estratégia consistentemente desenvolvida nos últimos dez anos.

Não escondemos as dificuldades inerentes a um envolvimento extraordinário na construção de infra-estruturas relacionadas com a realização do Euro 2004 em Portugal, obras para as quais não foi possível desbloquear os fluxos financeiros previstos e contratualizados, o que resultou, pela necessidade de garantir o cumprimento dos prazos, na acumulação sobre o balanço da SOMAGUE de parte significativa dos custos incorridos nessas obras ao longo de todo este ano.

As aquisições de participações financeiras na Neopul e os reforços dessas participações na SOMAGUE Concessões e Serviços e na Lusoponte, bem como a promessa de reforço da posição na Autoestradas do Atlântico, efectuadas no ano de 2002, aliadas à operação de novos contratos de concessão no domínio das águas e a ampliação da potência contratada em novos parques eólicos, fazem parte do mesmo processo misto de crescimento orgânico e reforço da nossa posição competitiva na Engenharia, no Ambiente e nas Concessões Rodoviárias.

A SOMAGUE está assim apta a fazer mais e melhor onde se implantou, com uma equipa permanentemente rejuvenescida e dedicada. Os tempos que se seguem vão exigir a mesma disciplina estratégica e ainda mais rigor. Os resultados, estamos confiantes, não deixarão de aparecer.

(Diogo Vaz Guedes)

ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Presidente do Conselho de Administração, da Comissão Executiva, da SOMAGUE Engenharia, da SOMAGUE Serviços, da SOMAGUE Concessões e Serviços, da SOMAGUE PMG e da SOMAGUE Ambiente
Diogo Alves Dinis Vaz Guedes*

*Vice-presidente do Conselho de Administração e da SOMAGUE Serviços
José Seixas de Queiroz Vaz Guedes*

*Vice-presidente do Conselho de Administração (Não Executivo)
José Manuel Loureda Mantiñán*

*Vice-presidente do Conselho de Administração (Não Executivo)
Luis del Rivero Asensio*

*Vice-presidente da SOMAGUE Concessões e Serviços
João Francisco Emaúz de Vasconcelos Guimarães*

*Responsável pela Área Financeira do Grupo e Vice-presidente da SOMAGUE Engenharia (Não Executivo)
Luís Miguel Dias da Silva Santos*

*Vice-presidente da SOMAGUE Ambiente
Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva*

*Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços
Roberto Marques Pinto da Silveira*

*Vice-presidente Executivo da SOMAGUE Engenharia
Ricardo Martín Lucas*

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

4.1. INTRODUÇÃO

O ano de 2002 foi vivido pela SOMAGUE num cenário macroeconómico desfavorável mas já previsível no final do ano de 2001.

De facto, o crescimento da economia terá sido nulo ou ligeiramente positivo, a inflação manteve-se a níveis elevados, o desemprego cresceu e o défice público obrigou a uma contenção excepcional da despesa e do investimento públicos. Tal situação não deixa de se inserir num contexto mais alargado de abrandamento do crescimento na UE e nos Estados Unidos, apesar da agressiva política monetária levada a cabo neste último país e, por arrastamento, pela UE, tendo atingido as taxas de juro níveis historicamente baixos em simultâneo com níveis igualmente baixos dos índices bolsistas internacionais, a apontarem para uma clara falta de confiança no calendário da recuperação das principais economias mundiais.

Este enquadramento reflectiu-se em Portugal de uma forma especialmente violenta no sector da construção e obras públicas em consequência da redução significativa do investimento das Administrações Central e Local e do abrandamento claro da construção residencial.

Nos mercados internacionais onde a SOMAGUE opera, merece especial destaque o comportamento da economia brasileira e a instabilidade política vivida naquele país, que resultou numa desvalorização significativa da moeda local e na consequente perda de valor contabilístico dos activos da SOMAGUE naquele mercado.

Neste contexto a SOMAGUE cresceu em actividade e em activos, apresentando uma ligeira redução no nível de resultados em virtude, especialmente, do desempenho negativo das suas participadas de Marrocos, Moçambique e Cabo Verde.

A actividade e os activos consolidados cresceram 24% e 33%, respectivamente, atingindo assim o consolidado da SOMAGUE um valor de 771 milhões de Euros e um activo de 907 milhões de Euros, a que corresponderam resultados líquidos de 7,2 milhões de Euros.

O crescimento da actividade veio a ocorrer de acordo com o previsto e encontra-se fortemente influenciado pelo envolvimento nas obras relativas a infra-estruturas para o Euro 2004 e, também, pela ampliação significativa da participação da SOMAGUE no consórcio encarregue da construção do Metro do Porto.

O crescimento extraordinário do activo, para além de investimentos no valor aproximado de 50 milhões de Euros efectuados neste exercício, resulta da acumulação de um valor superior a 100 milhões de Euros de trabalhos realizados e não recebidos no âmbito da construção dos Estádios da Luz, Antas e Bessa. Já durante o ano de 2003 foi possível regularizar parcialmente os valores em mora relativos ao Estádio do Bessa, devendo a curto prazo serem finalizados os processos de financiamento dos restantes estádios, o que permitirá a regularização dos respectivos saldos de acordo com os contratos estabelecidos e a redução correspondente do activo e endividamento da SOMAGUE.

4.2. ESTRATÉGIA E DESENVOLVIMENTO

A SOMAGUE tem desenvolvido consistentemente a sua actividade no âmbito de um plano estratégico claro e ratificado pelos accionistas após a celebração da parceria com a Sacyr. A SOMAGUE pretende ser uma empresa portuguesa de referência no domínio da Engenharia e dos Serviços, com uma base accionista ibérica liderada por portugueses e desenvolvendo a sua actividade especialmente nos mercados de Portugal, Brasil, Angola e Macau/China.

Na área da Engenharia, com um processo de restruturação iniciado em 1993, foi possível modernizar e rendibilizar uma empresa tradicional de obras públicas, duplicar a dimensão e alargar as valências com a aquisição da Soconstroi em 1997, efectuar a fusão e redimensionar a respectiva estrutura em 1998/1999 e relançar o crescimento em 2000 em simultâneo com a realização da parceria com a Sacyr. Hoje, a SOMAGUE

pode-se orgulhar de ter uma área de Engenharia lucrativa, baseada numa gestão rejuvenescida e suportada por modernos sistemas de informação, com uma capacidade operacional que lhe permite estar presente na esmagadora maioria dos grandes projectos em curso em Portugal, com padrões de qualidade e segurança reconhecidos pelos seus clientes. Foi ainda possível, ao longo deste período, racionalizar e dinamizar eficientes operações nos Açores, Madeira, Brasil e Angola e desenvolver capacidades em áreas de especialização como a geotecnica e a ferroviária, através das participadas Tecnasol e Neopul. Para o futuro, deverá ser incrementada a rendibilização das capacidades existentes e o desenvolvimento progressivo do envolvimento em projectos articulados com a área dos Serviços e com a SOMAGUE PMG, na óptica da venda de soluções integradas aos clientes SOMAGUE.

Na área dos Serviços, convirá destacar os esforços desenvolvidos em três áreas: concessões rodoviárias, águas e energia.

Nas concessões rodoviárias, a SOMAGUE traçou uma estratégia arrojada de vir a liderar um Grupo concorrente à Brisa, com base na participação da Lusoponte mas, especialmente, a partir do desenvolvimento de uma rede baseada na concessão Oeste. A necessidade de licitar estes concursos com propostas competitivas obrigou a envolver um número bastante alargado de parceiros neste projecto, assistindo-se hoje a um movimento previsível e desejável de saída das empresas cujo interesse se centrava na construção das infra-estruturas concessionadas. O atraso provocado pelo Governo nos processos de adjudicação das diferentes concessões (com e sem portagem) vieram a dar-nos a oportunidade de acompanhar de perto o processo de novas concessões rodoviárias no Brasil e de vir a participar, de forma relevante numa delas, em duas novas concessões no Estado de S. Paulo. Atingimos assim o final de 2002, nesta área, com a maior participação portuguesa na Lusoponte, com um contrato promessa assinado para o reforço da posição da SOMAGUE na Auto-Estradas do Atlântico e com a ameaça de vir a perder a concessão Litoral Centro por via do imprevisto aparecimento da Brisa (impedida anteriormente de participar nestes concursos) em competição directa com o consórcio liderado pela SOMAGUE para as novas concessões. Esta realidade, colocando dificuldades acrescidas na prossecução da estratégia inicialmente delineada, não alterou a determinação da SOMAGUE de ser operador de Concessões Rodoviárias e de se manter firme na disputa das concessões ainda em fase final (IC11) ou ainda por disputar (IC16/IC30, IC36, IC12).

Nas águas, a SOMAGUE tem vindo através da AGS, a disputar todos os concursos de novas concessões municipais de águas e saneamento, estando hoje concessionados cerca de 12% do mercado e detendo a AGS um posição de incontestável liderança, com uma quota de aproximadamente 40%. Trata-se de um mercado em plena expansão, tendo em conta os objectivos políticos ao nível de cobertura nacional de águas e saneamento, os elevados investimentos envolvidos e a situação financeira das autarquias. Em termos estratégicos, está a SOMAGUE especialmente atenta e interessada no desenvolvimento da estratégia do Governo para este sector, designadamente o futuro reservado à Aquapor, enquanto empresa controlada pelo Estado a participar nos concursos municipais, para além do enquadramento mais genérico do plano estratégico da ADP relativamente aos sistemas multimunicipais e à sua própria privatização.

A participação da SOMAGUE na área de Energia foi efectuada por via de uma participação de 50% no capital da Finerge, empresa que centrou a sua estratégia nas energias renováveis, inicialmente centrada na cogeração e posteriormente direcionada para a energia eólica. Hoje, a Finerge tem em operação 37 W, em fase de arranque 69 MW e em projectos licenciados 230 MW, perspectivando assim uma capacidade de produção total de 335 MW até 2007. Trata-se de uma posição extremamente importante em Portugal e neste mercado, que possibilitará à SOMAGUE um contributo muito significativo para os resultados já a partir de 2005.

Para além destas participadas, merece ainda relevância estratégica um conjunto de posições alcançadas na área do ambiente, da consultoria aos resíduos sólidos, passando pelos espaços verdes e por serviços de “facility management”.

O cenário traçado, de que a SOMAGUE se orgulha, aponta claramente para a capacidade de continuar o desenvolvimento destas áreas, para as quais, sabemos, será a SOMAGUE chamada a investimentos muito significativos. A incapacidade de estabelecer um calendário claro para esses investimentos, tendo em conta a tradicional morosidade dos processos de decisão relacionados com o Governo e Autarquias, torna mais difícil o equacionar da estrutura financeira adequada, em cada momento, ao desenvolvimento da SOMAGUE. Porém,

não deixa de ser previsível que num horizonte de relativo curto prazo, o Conselho de Administração terá de equacionar diferentes alternativas de financiamento do crescimento da SOMAGUE e de as apresentar, se for caso disso, aos Accionistas.

4.3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA SOMAGUE NO ANO 2002

4.3.1. SOMAGUE SGPS

O desempenho da SOMAGUE SGPS em 2002 centrou-se, nos termos do seu objecto, no acompanhamento da evolução das suas participadas, tendo procedido ao financiamento, através de suprimentos, dos planos de investimentos da SOMAGUE Ambiente, SOMAGUE Concessões e Serviços e SOMAGUE PMG.

Destacam-se, porém, duas operações de especial relevância ocorridas em 2002:

- a) A realização de um aumento de capital integralmente subscrito pela Sofip e pela Sacyr, com a emissão de 2,5 milhões de novas acções ao preço de 7 Euros por acção, o que resultou num encaixe para a SOMAGUE SGPS de 17,5 milhões de Euros;
- b) A aquisição da posição de 20% detida pelo BCP Investimento (capital e suprimentos) na SOMAGUE Concessões e Serviços, por um valor próximo dos 16 milhões de Euros.

A aquisição desta posição na SOMAGUE Concessões e Serviços tem especial relevância estratégica, ao permitir à SOMAGUE SGPS deter agora 100% de todas as suas directas participadas, abrindo assim novos graus de liberdade para um eventual estabelecimento de parcerias que facilitem o financiamento do crescimento do Grupo.

4.3.2. ÁREA ENGENHARIA

4.3.2.1. ACTIVIDADE DA SOMAGUE ENGENHARIA

O conjunto de medidas adoptado pelo Governo visando a contenção da despesa pública, tem-se repercutido de forma extremamente penalizadora no sector da construção, nomeadamente pelo baixo valor dos concursos promovidos e das adjudicações concedidas pela Administração Central, o que se tem traduzido numa quebra acentuada da confiança dos empresários do sector. A síntese da conjuntura da ANEOP aponta para uma quebra global de 29,8% no valor dos concursos para obras públicas abertos durante o ano de 2002, com destaque para os da iniciativa das autarquias, com uma descida homóloga de 35,9%.

Quanto às adjudicações realizadas em 2002, o valor global subiu 1,6%, mas a ANEOP destaca que resultaram, na sua maioria, de concursos lançados ainda em 2001. O balanço do ano contrariou as expectativas positivas do início de 2002, decorrentes de um primeiro trimestre ainda com níveis de actividade em alta, uma situação que acabou por não se confirmar a partir de Abril.

As estimativas para a produção global do ano revelam um decréscimo na ordem de 1,5%, o que corresponde à primeira quebra dos últimos nove anos, sendo que a principal condicionante à actividade das empresas foi a fraca procura dirigida aos produtos de construção. Relativamente à habitação, os problemas associados à concessão de crédito foram os mais evidentes, sendo, no que concerne às obras públicas, o excesso de concorrência, os atrasos nos pagamentos e o número reduzido de concursos, as principais preocupações das empresas do sector.

O pessimismo domina as perspectivas para 2003, o que aparece bem expresso no indicador de confiança dos empresários do sector. A persistirem, a actual conjuntura económica e os actuais níveis de pessimismo

empresarial, serão certamente muitos os postos de trabalho que estarão em causa e acentuados os níveis de recessão que se transmitirão a outros sectores, tendo em conta os efeitos multiplicadores da construção sobre vastos domínios da actividade económica.

Apesar das incertezas relacionadas com a conjuntura nacional e internacional, viveu a empresa no exercício de 2002 claramente um contraciclo com o sector, fruto da implementação de uma estratégia que tem vindo a ser desenvolvida pelo Grupo, que permite hoje à SOMAGUE Engenharia ter uma carteira de obras menos dependente dos clientes públicos, alimentada em parte pela SOMAGUE Serviços e com uma forte componente de construção de estádios de futebol, para além de reflectir uma presença importante nos mercados Brasileiro e Angolano.

Continuou também, a ser tomadas e implementadas, um conjunto de medidas críticas para o sucesso da empresa, que têm permitido um redimensionamento da sua estrutura e um rigor e disciplina cada vez maiores na sua gestão global. De facto, acabou por ser extremamente oportuno o redimensionamento do sector da construção e obras públicas do grupo, hoje corporizado na SOMAGUE Engenharia, efectuado durante uma conjuntura difícil, acabando por se conseguir atingir uma uniformização da cultura da empresa, construída numa altura em que esta manifestou um grande espírito de humildade e rigor.

Foi, por tudo isto, possível assistir-se no exercício a uma melhoria gradual dos principais indicadores do negócio, nomeadamente no que respeita ao volume de angariações e à actividade e resultados registados, tendo as participadas nacionais evidenciado também uma boa performance.

Quanto às políticas de recursos humanos, quer a política de recrutamento quer a política de formação adoptadas para 2002, reflectem o praticado em anos anteriores, salientando-se a aposta em estágios em regime de aprendizagem, que permitem acompanhar durante esta fase futuros novos colaboradores da SOMAGUE e, consequentemente, levar a cabo um recrutamento mais eficaz. De salientar nestas acções o reforço nas áreas da qualidade, segurança e outras áreas técnicas.

No âmbito da formação, continua-se a apostar em protocolos com diversas entidades, permitindo reforçar a componente de Gestão, mantendo-se o reforço das competências dos colaboradores quer a nível comportamental, quer a nível técnico.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução do quadro de pessoal verificada neste exercício:

	31 de Dezembro de 2001			31 de Dezembro de 2002		
	Efect.	Tempor.	TOTAL	Efect.	Tempor.	TOTAL
Engenheiros	160	104	264	205	103	308
P. Produção	550	1098	1648	735	1064	1799
P. Manutenção	109	49	158	196	76	272
Estrutura						
-Administrativo	91	52	143	150	68	218
-Técnico /Comercial	82	17	99	79	29	108
-Outros	1	1	2	5	2	7
TOTAL	993	1321	2314	1370	1342	2712

4.3.2.1.1.

O volume de angariações da SOMAGUE Engenharia no ano ascendeu a cerca de 467 milhões de Euros, estando em fase de celebração contratos no valor de mais 165 milhões de Euros, o que coloca o valor angariado no período em cerca de 632 milhões de Euros.

O objectivo fixado para as angariações no exercício havia sido de 500 milhões de Euros, valor que, apesar do atraso sistemático na formalização das angariações, foi amplamente alcançado

Das principais obras angariadas, destacamos:

Lordelo/Guimarães - REFER
Linha do Minho – Duplicação Nine/Tandim – REFER
Estações da Penalva e Coina – REFER
GIF – Alta Velocidade – Toledo / Málaga
Estação do Metro do Bolhão
Etar de Vila Franca de Xira
Central Termoeléctrica do Ribatejo
Palácio da Justiça em Sintra
Holmes Place – Arrábida
LIPOR
Habitação Social de Mirandela
FREEPORT – Alcochete
Acessibilidades ao Estádio das Antas
Estádio Municipal de Leiria

4.3.2.1.2.

O Ano de 2002 foi caracterizado internamente por uma reorganização da empresa, que a nível da área da Produção implicou a concentração da actividade em duas grandes Regiões, Sul e Norte, autonomizando as obras que pela sua complexidade se caracterizam como Obras Especiais.

Na Região Sul, assistiu-se a um retrairoimento do investimento público com especial relevo para a diminuição do mesmo ao nível das Autarquias e de outros Organismos que constituíram e constituirão, decerto, ainda que em futuro indefinido, tradicionais fontes de trabalho para a SOMAGUE Engenharia.

O contraponto a esta situação foi conseguido ao nível dos Clientes privados, não só com o aparecimento de novos empreendimentos, como também pela expansão de projectos já em carteira que foram sofrendo evoluções ao longo do seu desenvolvimento.

Das obras mais significativas iniciadas e em curso na Região Sul em 2002, destacam-se:

- Estádio da Luz (SLBenfica)
- Estrutura de Betão Armado e Coberturas do Estádio Municipal de Leira
- Cobertura do Estádio Faro-Loulé
- Remodelação da Bancada Sul do Estádio do Restelo
- Palácio da Justiça de Sintra
- Ponte Europa
- Palácio Sotto Mayor – Hotel AC, Centro Empresarial e Centro Comercial
- Freeport – Alcochete
- Acabamentos do BNC e do Banco Santander no Centro Empresarial da Praça de Espanha
- Parada da Marinha da Ribeira das Naus
- Predurba – Restelo
- Brisa – 5 ETAR's Residuais na A2
- Puazn – Plano de Urbanização da Amadora – Zona Nascente
- Refer Estação de Coina
- Etar – Vila Franca de Xira
- Central Termoeléctrica do Carregado
- Metro – Término de Odivelas
- Ribeira de Alenquer – Regularização de Margens, Ponte e Parque Ribeirinho

Durante o ano de 2002 foi concluída a transferência de competências para a Direcção Regional Norte, com o objectivo de reforçar a autonomia e a responsabilidade de todos os serviços e potenciar a ligação ao mercado da sua área de influência, com a consequente melhoria de produtividade global. A carteira de obras angariadas e em curso, pelo seu volume e características e a adaptação da organização interna efectuada, permitem encarar com confiança o ano de 2003, apesar da conjuntura negativa existente.

Durante o ano de 2002 verificou-se um crescimento sustentado de actividade na Região Norte, tendo sido angariadas obras de importância relevante.

As principais obras iniciadas e em curso na Região Norte durante 2002, foram:

- Estádio das Antas (F.C.Porto)
- Estádio do Bessa (Boavista)
- Portinho de Vila Praia de Âncora (Consórcio)
- VL9-Ponte D. Henrique-IC23 (Consórcio)
- IC1 – Nó de Viana (Consórcio)
- Ponte de Armamar e ligação à EN313
- Variante Nascente de Famalicão (Consórcio)
- Prolongamento da Av. Sá Carneiro (Bragança)
- Aterro Sanitário Alto Tâmega
- Estabelecimento Prisional Feminino Sta. Cruz do Bispo
- ETAR do Rio Ferreira (Gondomar)
- Remodelação do Arquivo Histórico do Porto
- Edifício Figuinveste (Aveiro)
- Remodelação do Palácio do Freixo
- Habitação Social Teixoso
- Habitação Social Tortosendo
- Holmes Place Arrábida
- Piscinas/Gimnodesportivo Sabugal
- Estação do Marquês (Metro do Porto)
- Estação do Bolhão (Metro do Porto)
- ETAR Cambados (Maia) (Consórcio)
- Habitação Social Laranjeiras
- Habitação Social Freixieiro II
- Arranjos Urbanísticos Rio Fervença (Bragança)
- REFER – Lordelo-Guimarães (Consórcio)
- REFER – Ramal de Braga, Nine-Tadim
- Acessibilidades ao Estádio de Aveiro

Em ACE:

- Casa da Música
- Águas e Saneamento de Gondomar
- LIPOR III
- Interface das Antas – Viaduto V2/V4
- Acessibilidades das Antas – Modelação do Terreno, Túneis e Muros Suporte
- Infra-estruturas e Arranjos Exteriores Antas

4.3.2.1.3.

A actividade consolidada da SOMAGUE Engenharia situou-se no exercício próximo dos 735 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 26%, face à actividade registada em 2001.

Os resultados consolidados do exercício registaram uma melhoria significativa quando comparados com o exercício anterior, aparecendo alinhados com os objectivos definidos para este exercício. Os resultados operacionais e os resultados líquidos cresceram respectivamente 10% e 31%, o que atesta de uma forma inequívoca a melhoria de rendibilidade registada na empresa

O crescimento contínuo e sustentado da actividade e dos resultados da área de negócios de Engenharia da SOMAGUE, bem patente nas taxas de crescimento verificadas nos últimos exercícios – nos últimos três anos o crescimento da actividade verificado foi de cerca de 85%, tendo os resultados líquidos passado de um valor negativo em 1999 de 2,3 milhões de Euros para um resultado positivo de 10,6 milhões de Euros em 2002 deve-se essencialmente à consistência das opções estratégicas empreendidas, que permitiram registar níveis de crescimento elevados, quer pela via orgânica quer pela via das aquisições efectuadas.

É de registar o bom desempenho das participadas nacionais, que têm permitido reforçar a presença do Grupo nas Regiões Autónomas e aumentar as competências em alguns segmentos do sector da construção em Portugal, como é o caso da Tecnasol e da Neopol, nomeadamente nos segmentos da Geotecnia, Jet-Grouting, Infra-estruturas Ferroviárias e Abastecimento de Água e Saneamento.

Procedeu-se, também, à reorganização de toda a actividade internacional da construtora, aparecendo hoje fortemente direcionada para os mercados Brasileiro e Angolano, mercados com forte potencial de crescimento e onde a empresa detém já uma importante carteira de obras e intervém de forma bem estruturada.

Importa também referir que o envolvimento do Grupo na construção de três dos quatro principais estádios de futebol nacionais, para além das debilidades acrescidas do sector público, resultaram no crescimento significativo do fundo de maneio, tendência que se deverá manter ainda ao longo do primeiro trimestre de 2003, até à plena regularização e operacionalidade dos financiamentos desses projectos.

Hoje, conscientes dos objectivos atingidos no exercício de 2002, projectamo-nos de novo, após um período de consolidação do nosso crescimento, para um período de grande dinamismo, suportados numa carteira de obras de qualidade e numa equipa muito motivada, o que permite encarar o futuro com grande confiança.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo da evolução dos principais indicadores económico-financeiros da empresa:

Indicadores	2000	2001	Unid: Euros	
			2002	Variação 2001/2002
1. Actividade				
Volume de negócios	500.465.743	585.486.320	735.365.144	25,60 %
2. Rendibilidade				
Resultados Líquidos	5.907.263	8.086.788	10.632.838	31,48 %
Res. Operacionais	15.870.582	18.216.240	20.051.466	10,07 %
Res. Finan./Vol. negócios	(1,56%)	(0,68%)	(0,88%)	(29,00 %)
Meios libertos	20.836.639	23.132.783	28.550.163	23,42 %
3. Estrutura Financeira				
Capitais Próprios	85.110.543	92.925.986	100.304.199	7,94 %
Autonomia Financeira	20%	18%	14%	(22 %)

4.3.2.2. ACTIVIDADE DAS PARTICIPADAS DA SOMAGUE ENGENHARIA

4.3.2.2.1. AÇORES

EDIÇOR – Edificadora Açoreana, SA

A Ediçor, cujo capital é, desde 1999, totalmente detido pela SOMAGUE Engenharia S.A., exerce a sua actividade exclusivamente na Região Autónoma dos Açores, ocupando uma posição de grande relevo nos sectores da Construção Civil e das Obras Públicas.

No presente exercício a sua actividade localizou-se em cinco das nove ilhas da Região, tendo-se situado em cerca de 56.5 milhões de Euros o que correspondeu à utilização integral da sua capacidade produtiva, complementada com o recurso a subcontratos, a que se recorreu com assinalável incremento.

Os resultados operacionais totalizaram cerca de 3,5 milhões de Euros e os resultados antes de impostos 2,5 milhões de Euros, tendo os objectivos previstos no Plano de Actividades sido cumpridos.

Para este volume de negócios contribuíram particularmente as áreas da habitação a custos controlados, da reconstrução de habitações afectadas pelo sismo de 1998 na Horta e das obras marítimas.

Ao longo do exercício foi desenvolvida uma actividade comercial agressiva traduzida, apesar do acréscimo da concorrência verificada, na adjudicação de 15 empreitadas totalizando cerca de 37 milhões de Euros valor que, associado ao das obras que transitam, proporciona, no início do exercício de 2003, uma carteira de cerca de 49 milhões de Euros.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2000	2001	2002
CAPITAL PROPRIO	5.541.555	8.425.995	9.434.945
ACTIVO LIQUIDO	24.570.420	47.655.326	52.910.642
VOLUME NEGÓCIOS	39.375.455	59.752.966	56.487.242
RESULTADO LIQUIDO	563.163	2.884.448	1.912.316
PARTICIPAÇÃO	100 %	100%	100%

4.3.2.2.2. MADEIRA

SOMAGUE ENGENHARIA MADEIRA, S.A.

Na sequência da estratégia de actuação definida pelo Grupo SOMAGUE para a Região Autónoma da Madeira, a Termague alterou a sua denominação social para SOMAGUE Engenharia Madeira, SA, concentrando toda a actividade de construção do Grupo neste mercado, tendo visto consolidada a sua posição de uma das maiores empresas do sector a operar na Região.

Neste exercício, as obras públicas foram responsáveis por 70% da actividade global da empresa, em que o peso das obras marítimas representa 40% e as obras terrestres 60%. As empreitadas de construção civil representaram 30% da actividade global.

A carteira de obras em 31.12.2002, cifrava-se em cerca de 80 milhões de Euros, tendo registado no exercício um volume de negócios de 58,5 milhões de Euros, o que representou um acréscimo de 49% face ao ano anterior.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

	Unid: Euros		
	2000	2001	2002
CAPITAL PRÓPRIO	6.592.296	6.770.546	17.475.032
ACTIVO LIQUIDO	33.599.691	28.744.148	36.283.838
VOLUME NEGÓCIOS	46.480.068	39.282.729	58.492.603
RESULTADO LÍQUIDO	873.381	178.251	1.731.919
PARTICIPAÇÃO	100 %	100%	100%

4.3.2.2.3. FUNDAÇÕES E GEOTECNIA

TECNASOL / FGE, Fundações e Geotecnia, S.A.

O exercício de 2002 representou para a Tecnasol FGE mais um ano de intensa actividade, em que os objectivos a que se propôs foram de um modo geral atingidos ou ultrapassados.

No sector de geotecnia assistiu-se no ano de 2002 ao desenvolvimento de projectos de considerável dimensão – já lançados em anos anteriores – e que permitiram, no caso específico da Tecnasol FGE uma intensa actividade ao longo do ano. Referimo-nos, nomeadamente, às obras do Metro do Porto, Plano de Expansão do Metro de Lisboa, às obras relacionadas com o Euro 2004 – a Tecnasol FGE teve intervenções em sete dos dez estádios em construção – bem como a outros projectos de natureza privada e pública, nos quais a Empresa tem desempenhando um papel relevante, quer no que diz respeito a actividades de natureza técnico-comercial, quer numa fase posterior de natureza produtiva

A Tecnasol FGE desenvolveu activamente trabalho em todas as actividades de negócio de cariz Geotécnico tendo, por opção estratégica, reduzido a sua actividade em actividades não geotécnicas, uma vez que nestas os projectos que apareceram foram economicamente pouco atractivos. De salientar a manutenção do forte peso da actividade de Estabilizações de Taludes, bem como o Jet-Grouting que continua a apresentar boas margens de progressão no total do volume de negócios da empresa.

No que refere à distribuição da facturação, entre Actividades Geotécnicas e Não Geotécnicas, manteve-se a evolução ocorrida nos anos anteriores, tendo-se verificado uma diminuição destas últimas, em paralelo com um aumento sustentado das Actividades Geotécnicas. De realçar que em 2001 as Actividades Não Geotécnicas pesaram 11,7% do volume de negócios da Empresa, comparativamente aos 4,2% registados em 2002.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

	Unid: Euros		
	2000	2001	2002
CAPITAL PROPRIO	8.547.032	10.685.982	12.197.974
ACTIVO LIQUIDO	36.414.830	40.084.492	45.024.961
VOLUME NEGOCIOS	43.282.913	51.269.173	62.657.251
RESULTADO LIQUIDO	688.221	760.645	1.185.560
PARTICIPAÇÃO	50%	50%	50%

4.3.2.2.4. INFRA-ESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

NEOPUL – Sociedade de Estudos e Construções, S.A.

A entrada da SOMAGUE no capital da Neopul, ocorreu em Julho de 2002, através da aquisição das acções da Aniser SGPS SA, e posterior aumento de capital subscrito pela Aniser e pela sócia minoritária em Dezembro do mesmo ano, ficando a SOMAGUE a deter uma participação indirecta na Neopul de 80%, num capital social de 6250 000 Euros.

A actividade da Neopul é genericamente a de empreiteiro de obras públicas, mas com uma forte especialização em dois segmentos de mercado nos quais foca prioritariamente a sua presença no sector:

- Construção e manutenção de infra-estruturas ferroviárias
- Obras de abastecimento de água e saneamento

Ao longo dos anos, a comparticipação de cada um destes mercados para a vida da empresa foi muito variável; no ano de 2002 as obras ferroviárias foram responsáveis por apenas 20 % da produção, enquanto na carteira no final do ano o peso desse mercado atingia 73% do volume de obra por executar. A carteira em 31.12.2002 cifrava-se em 42 milhões de Euros.

O valor global das obras em curso em 31 de Dezembro, considerando a totalidade de contratação isoladamente ou em consórcio, era de 228 milhões de Euros, sendo a participação directa da Neopul de 74 milhões de Euros.

O volume de negócios da Neopul em 2002 foi de 35 milhões de Euros, o que representou um acréscimo de 36% face ao ano anterior e de 74%, se reportado ao ano 2000.

Para os anos de 2003/2005, a empresa estabeleceu nos seus objectivos estratégicos um reforço da capacidade produtiva no que se refere a execução de obras ferroviárias, investindo fortemente em meios mecânicos de elevada tecnologia, aplicáveis na execução de trabalhos de via mas também na sua electrificação – trabalhos de catenária.

A abordagem consistente do mercado ferroviário espanhol é uma das apostas comerciais para o ano de 2003 e seguintes. O plano de expansão da rede de alta velocidade e as melhorias da rede convencional no país vizinho, representam investimentos tão avultados, que uma pequena quota que a Neopul possa vir a angariar nesse mercado será certamente importante para ajudar a manter o seu crescimento sustentado.

No mercado nacional o objectivo será consolidar a sua posição entre as empresas de referência num sector de alta especialização, como é o ferroviário, sem contudo deixar de lutar pela liderança que actualmente detém na execução de condutas de grande diâmetro para abastecimento de água, especialização que por vezes é menos valorizada, mas de tecnologia que justificaria a sua “qualificação” como factor relevante na contratação de obra.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa.

	Unid: Euros		
	2000	2001	2002
CAPITAL PROPRIO	7.375.420	7.066.219	8.424.466
ACTIVO LIQUIDO	22.299.299	22.030.052	25.605.997
VOLUME NEGOCIOS	20.198.453	25.744.737	35.153.772
RESULTADO LIQUIDO	889.256	701.440	262.110
PARTICIPAÇÃO	-	-	80%

4.3.2.2.5. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

SOMAGUE TI – Tecnologias de Informação, S.A.

Na sequência da estratégia definida pelo Grupo SOMAGUE, este terceiro ano de actividade da SOMAGUE TI foi marcado pela implementação dos sistemas desenvolvidos para a SOMAGUE Engenharia em outras empresas do grupo. Teve também especial importância o crescimento da actividade na implementação de infra-estruturas de redes informáticas.

O ano de 2002 foi ainda marcado pela aproximação a clientes externos ao Grupo SOMAGUE, nomeadamente no sector da construção, com a angariação de clientes nacionais e internacionais nomeadamente no Brasil e em Angola.

Apesar de a conjuntura para o sector das tecnologias de informação continuar pouco favorável, estando o mercado nesta fase a passar por um mau momento, a SOMAGUE TI conseguiu aumentar o volume de negócios.

Relativamente à Vortal, empresa participada da SOMAGUE TI, este foi o primeiro ano de actividade para o mercado, uma vez que o ano anterior tinha sido marcado essencialmente por trabalhos para a própria empresa. Este facto torna-a nesta fase numa empresa economicamente deficitária, o que se reflectiu nos resultados líquidos da SOMAGUE TI.

Os objectivos traçados para 2003 passam pela implementação de sistemas e processos nas restantes empresas do Grupo SOMAGUE e pela consolidação de toda informação numa plataforma de “Business Intelligence”.

O ano de 2003 será também marcado pelo forte investimento no desenvolvimento de uma nova versão da ferramenta de controlo de projectos (SLIGO), que preparará a SOMAGUE TI e o Grupo SOMAGUE para os desafios dos próximos anos.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

	Unid: Euros		
	2000	2001	2002
CAPITAL PROPRIO	1.842.415	2.395.724	2.760.792
ACTIVO LIQUIDO	2.484.019	4.671.954	4.871.946
VOLUME NEGOCIOS	580.830	2.872.381	3.212.541
RESULTADO LIQUIDO	92.412	570.145	363.809
PARTICIPAÇÃO	100%	100 %	100 %

4.3.2.2.6. BRASIL

SOMAGUE ENGENHARIA DO BRASIL, S.A.

O Grupo SOMAGUE elegeu o mercado brasileiro como estratégico para o alargamento da sua actividade, pelo que tem vindo desde há alguns anos a nele actuar na área dos serviços. Na sequência deste envolvimento e através do estabelecimento de parcerias locais decidiu, no final de 2001, apostar também no mercado da construção tendo vindo a assinar o seu primeiro contrato em Outubro desse mesmo ano, com a Secretaria do Recurso Hídrico do Estado do Ceará para a construção do Lote 1 do Canal do Sistema Adutor do Castanhão, no valor de 140 milhões de Reais.

Em paralelo, decorria o processo de candidaturas para pré-qualificação para a construção da Linha 4 do Metro de São Paulo, a que nos candidatámos, tendo vindo a ficar qualificados.

Foi na sequência destes factos motivadores que se decidiu avançar para a constituição da SOMAGUE Engenharia do Brasil, a qual ficou formalmente constituída no primeiro semestre do presente exercício, com sede em São Paulo, estando neste momento a acompanhar alguns processos de elevada importância, tais como:

- Metro de Fortaleza
- Metro de Porto Alegre
- Metro do Rio de Janeiro
- Metro do Recife
- Rodovia BR 101 – Florianópolis/SC – Osório/RGS
- Lotes 2,3 e 4 do Sistema Adutor do Castanhão

Apesar da escassez de recursos financeiros próprios, o Brasil é um país com elevado potencial de desenvolvimento onde as Instituições Multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, têm vindo a demonstrar uma grande disponibilidade no apoio a projectos enquadrados em programas de desenvolvimento na área de infra-estruturas.

No quadro que se segue espelha-se a evolução dos principais indicadores da Empresa.

	Unid: Euros		
	2000	2001	2002
ACTIVO LIQUIDO	-	-	5.638.462
VOLUME NEGÓCIOS	-	-	9.487.680
RESULTADO LIQUIDO	-	-	2.040.539
PARTICIPAÇÃO	-	-	100,00%

4.3.2.2.7. CABO VERDE

CVC – Construções de Cabo Verde, S.A.R.L.

Efectuou-se ao longo do ano de 2002 um profundo trabalho de reestruturação interna nesta participada, a que apareceram associadas perdas significativas no exercício. A empresa passou a ser gerida por um Director Geral, destacado dos quadros da SOMAGUE Engenharia, tendo-se neste período aprofundado acções visando um melhor conhecimento da situação económica e financeira, a adaptação da estrutura existente aos negócios em carteira, a conclusão/fecho de obras problemáticas que transitaram de anos anteriores, e uma política comercial de rendibilidade controlada, orientada para clientes institucionais ou privados com fontes de financiamento garantidas.

Verificou-se um aumento significativo da actividade, tendo-se atingido um volume de negócios de mais de 16 milhões de Euros, com um incremento de 27% em relação ao ano transacto. As perdas registadas, no valor de cerca de 1,7 milhões de Euros, devem-se ainda à influência dos problemas que existiam em várias obras, só agora totalmente identificados e regularizados

Com o processo de reestruturação concluído e uma carteira de obras confortável, espera assistir-se à estabilização da empresa no exercício de 2003.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2000	2001	2002
CAPITAL PROPRIO	2.969.593	2.279.977	420.440
ACTIVO LIQUIDO	13.603.146	17.565.205	15.152.632
VOLUME NEGOCIOS	12.037.056	12.237.392	16.180.871
RESULTADO LIQUIDO	(627.393)	(837.456)	(1.770.990)
PARTICIPAÇÃO	57,62%	57,62%	57,62%

4.3.2.2.8. ANGOLA

HABITAR – Sociedade de Construções, LDA. / SOMAGUE ENGENHARIA, S.A. – Sucursal de Angola

A Habitar, e a SOMAGUE Engenharia, S.A. – Sucursal de Angola, entidades a partir das quais o Grupo SOMAGUE opera no mercado Angolano, funcionaram já neste exercício de uma forma estruturada e em condições de autonomia operacional, quer do ponto de vista económico-financeiro quer técnico.

Com as recentes alterações na situação política Angolana, espera assistir-se a um rápido desenvolvimento económico, com novas e interessantes oportunidades de negócio, não podendo por isso a SOMAGUE deixar de estar neste mercado, atenta a essas oportunidades. Neste contexto é de registar a angariação da empreitada de construção em Luanda de uma clínica para a Sonangol, obra cujo valor de adjudicação ascende a 33 milhões de Euros.

A estrutura da Habitar e da Sucursal, em consequência das acções desenvolvidas, estão agora convenientemente dimensionada, havendo condições para em 2003 se desenvolver uma forte actividade com rendibilidade.

De salientar ainda a aquisição efectuada pela SOMAGUE Engenharia, da participação que a Tecnocarro detinha no capital da Habitar, passando a deter a totalidade do seu capital social.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa e da sucursal:

Unid: Euros.

	2000	2001	2002
CAPITAL PROPRIO	(1.847.777)	(2.279.240)	(1.067.851)
ACTIVO LIQUIDO	29.154.877	32.942.592	38.281.301
VOLUME NEGOCIOS	19.491.007	14.298.068	23.621.860
RESULTADO LIQUIDO	(3.366.217)	(334.654)	418.765
PARTICIPAÇÃO	50%	50%	100%

4.3.2.2.9. MOÇAMBIQUE

SOGEL – Sociedade Geral de Empreitadas, LDA.

A Sogel, empresa que actua no mercado Moçambicano, registou neste exercício um desempenho medíocre, fruto do abrandamento da actividade verificado neste mercado, nada fazendo prever que esta situação venha a registar alterações significativas a curto prazo. Está-se por isso, a proceder a uma redução significativa dos meios ao serviço da empresa, de forma a adequá-los à actividade existente.

No quadro seguinte apresentam-se os principais indicadores da empresa:

Unid: Euros

	2000	2001	2002
CAPITAL PROPRIO	686.027	159.112	4.076.324
ACTIVO LIQUIDO	7.329.122	7.458.548	7.011.639
VOLUME NEGOCIOS	6.840.983	8.981.232	5.901.970
RESULTADO LIQUIDO	(214.807)	(374.556)	(1.440.122)
PARTICIPAÇÃO	100%	100%	100%

4.3.3. ÁREA SERVIÇOS

4.3.3.1. AMBIENTE

4.3.3.1.1. SOMAGUE AMBIENTE SGPS S.A.

O ano de 2002 foi um ano influenciado pelo quadro político, de ocorrência de eleições Municipais no final de 2001 e de eleições Legislativas. Em sectores como o das águas e resíduos, onde o Estado mantém uma posição dominante, estes factos tem particular relevância no criar de oportunidades para a actuação do sector privado.

Regista-se a expectativa do anúncio do Executivo vir a desenvolver uma política mais aberta à actuação dos agentes económicos privados nesta matéria, situação que tarda em ser implementada.

A SOMAGUE Ambiente, enquanto holding da SOMAGUE para o sector, prosseguiu o seu trabalho de afirmação da empresa nacional com maior protagonismo nas indústrias e serviços ambientais, quer em termos de estrutura e activos, quer sobretudo a nível de técnicos especializados.

Dentro das oportunidades que o limitado mercado nacional proporcionou, as empresas da SOMAGUE AMBIENTE consolidaram as suas carteiras de negócios, sendo de destacar:

- A AGS obteve uma nova concessão de abastecimento de água e águas residuais no Município de Alenquer, aliás único concurso lançado e decidido no decorrer do ano de 2002.

- A HIDURBE reforçou a sua posição no domínio do tratamento de resíduos sólidos com o arranque em regime experimental da ETRSU do Funchal e o início do processo de construção da Central de Compostagem da LIPOR.

- A FINERGE viu aprovados projectos para a construção de cerca de 300 MW de centrais de energia eólica, abrindo caminho à concretização de um relevantíssimo investimento que irá ocorrer, com especial concentração, entre 2004 e 2007.

Os relatórios específicos sobre cada uma das empresas relevam, seguidamente, os factos com maior significado no decorrer de 2002, bem como o desempenho do exercício após a aplicação do método da equivalência patrimonial.

Empresa	Capital Próprio	Activo	Vol. Negócios	RLE	% Participação
Somague Ambiente ¹	3.076.406	26.059.676	1.042.331	243.737	-
AGS - Consolidado ²	3.511.333	19.820.048	6.514.740	248.784	100,00%
Águas de Carrazeda	1.017.000	3.625.445	665.209	2.512	75,00%
Cesl-Ásia - Consolidado	3.478.677	10.687.065	14.858.247	472.398	51,00%
Hidurbe ³	1.020.902	3.240.141	3.776.284	234.440	100,00%
Procesl ⁴	882.038	4.291.458	5.097.287	191.814	70,00%
Resil ⁵	1.229.422	1.663.628	66.076	-227.462	99,00%
Viveiros Falcão	703.753	6.330.719	4.541.787	-371.533	51,79%
Somague Ambiente Consolidado	2.689.857	53.288.256	35.415.692	686.449	-

¹ Inclui as equivalências patrimoniais da Finerge e Engigás.

² Inclui as equivalências patrimoniais das Concessões de Água e ACE's.

³ Inclui as equivalências patrimoniais da GSU e da GSA.

⁴ Inclui as equivalências patrimoniais da Sanambi e Hidro4.

⁵ Inclui as equivalências patrimoniais da Sanear, Águas de Mandaguahy e Sanesalto.

4.3.3.2. ACTIVIDADE DAS PARTICIPADAS DA SOMAGUE AMBIENTE

4.3.3.2.1. ÁGUAS E SANEAMENTO – AGS – ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SALUBRIDADE, S.A.

As alterações políticas que se verificaram ao nível do Governo, bem como as eleições Autárquicas nos finais de 2001, que conduziram a alterações de liderança em muitas das Câmaras Municipais clientes da AGS, são certamente a causa principal de um abrandamento de actividade que se verificou.

A AGS, no entanto, cresceu em muitos aspectos sendo no fim do ano mais organizada, mais eficiente e mais valiosa do que era em Janeiro de 2002. Pela primeira vez a empresa apresentou resultados consolidados positivos além de resultados não consolidados bastante confortáveis.

Na área das Concessões, foram lançados quatro concursos para concessões municipais, três dos quais somente no último trimestre do ano e cujas propostas só serão entregues e decididas já no decorrer do ano de 2003. O quarto concurso foi adjudicado ainda durante o ano de 2002 (concessão dos sistemas de abastecimento de água e águas residuais do concelho de Alenquer) tendo a proposta apresentada pelo consórcio onde a AGS participou vindo a ser a escolhida.

Durante o ano de 2002, foi desenvolvida uma muito intensa actividade comercial nas autarquias, tentando divulgar a alternativa de concessão junto dos responsáveis das Câmaras Municipais, com estudos de viabilidade e de tarifário para apoio às decisões. Tal atitude, que deverá ser continuada, deu frutos significativos, sendo hoje a AGS uma empresa que recolhe a simpatia e reconhecimento em muitas Câmaras pelo trabalho que os seus técnicos desenvolveram.

A forma como a AGS tem assegurado a sua participação na gestão das concessionárias onde participa, tem permitido o fortalecimento da sua presença e garantido o cumprimento de um conjunto de princípios e regras que pretendemos que marquem a diferença da nossa intervenção.

Durante o ano de 2002, reforçou-se a presença de outras empresas do Grupo SOMAGUE na prestação de serviços às Concessionárias, destacando-se o envolvimento da Procesl e da SOMAGUE Engenharia.

Em todos os casos a actividade das concessionárias está na linha dos respectivos modelos tendo a actividade decorrido sem sobressaltos de maior.

Na área internacional, após a finalização do acordo com a Saneciste, empresa brasileira concessionária dos esgotos da cidade do Salto (Estado de S. Paulo), para tomarmos uma posição de liderança nessa concessão,

iniciou-se o processo de apresentação do projecto às entidades financeiras (nomeadamente o BNDS) não tendo o processo tido qualquer desfecho durante o ano de 2002.

No Sector de Engenharia e Operações assistiu-se a um ano de actividade reduzida sendo no entanto alcançados, em termos gerais, os objectivos traçados no Plano de Actividades do ano.

Assim, quer no que toca a acidentes de trabalho, à taxa de rendibilidade, à facturação ou instalação do programa MAC, as metas foram alcançadas.

Como facto mais relevante ao nível da organização da empresa salienta-se a obtenção da Certificação de Qualidade pela EN-ISO9002, tornando-se a AGS na primeira e única empresa do sector com esta certificação.

Para 2003, o nosso objectivo prioritário é acompanhar a evolução do sector e nele tomar parte e colaborar, assegurando que a AGS estará presente qualquer que seja a reestruturação que vier a ser implementada, reforçando a sua posição e imagem como a empresa privada mais forte. Na área internacional, pretendemos promover a redução da exposição no Brasil mantendo uma única operação em velocidade de cruzeiro e aguardando o restabelecimento de condições satisfatórias para a retoma do investimento.

Internamente temos como objectivo a obtenção de quatro novos contratos de Concessão e, em termos de organização, pretendemos dar nova importância à coordenação das empresas participadas promovendo a criação do sector de Apoio às Concessionárias (SAC), com funções de acompanhamento das participadas e criação de um sistema de controlo da sua performance económica.

4.3.3.2.2. ENERGIA – FINERGE GESTÃO DE PROJECTOS ENERGÉTICOS, S.A.

Durante o ano de 2002, a Finerge consolidou a sua posição como um dos maiores produtores independentes de energia, tendo inclusivamente lançado as bases para o futuro com os pedidos de potência apresentados à Direcção Geral de Energia.

A energia eólica apresenta-se cada vez mais como a grande aposta da Finerge, bem patente no valor da potência a instalar nos próximos anos – 323 MW.

Apesar do rumo estratégico seguido, a cogeração continua a desempenhar um papel primordial nos resultados e na actividade da Finerge, correspondendo a 80% da potência actualmente instalada.

As vendas consolidadas de 2002 foram de 10.789.284 Euros, mais 10% do que em 2001, tendo os capitais próprios passado para os 1.684.603 Euros, mais 401.212 Euros do que em 2001.

Os 673.926 Euros de resultado líquido obtido são o resultado da performance dos projectos que a Finerge se encontra a explorar. Deve ser enfatizado que os resultados acabaram por ser negativamente influenciados pelos relevantes investimentos efectuados no desenvolvimento dos Empreendimentos Eólicos do Vale Minho, S.A., efeito negativo este que se espera vir a ser recuperado em 2003. Excluindo o resultado nos EEVM, a participação da cogeração e das eólicas nos resultados da Finerge é, respectivamente, de 88% e 12%.

A justificar a diferença entre o valor do resultado líquido de 2002 e o aumento do valor do capital próprio de 2001 para 2002, está essencialmente o ajustamento em partes de capital registado com a aquisição de 50% da Fábrica do Arco, S.A.

A) Actividades de Cogeração

Durante o ano de 2002 a Finerge prosseguiu com a exploração de quatro centrais de cogeração – Enerviz (central a fuel), Enercampo, CTE e Enernisa (centrais a gás).

A Enercampo e a Enernisa mantiveram o bom desempenho que tinham já demonstrado em 2001, ainda que a Enercampo tenha estado a operar durante três meses com apenas um dos dois motores, devido a uma avaria.

A CTE e a Enerviz mostraram ser igualmente projectos extremamente interessantes tendo recuperado de um desempenho menos conseguido em 2001. A CTE instalou um terceiro motor cuja produção se destina quase exclusivamente para venda à EDP, o que foi fundamental para impulsionar os resultados da empresa. Já a Enerviz operou a passagem para o novo tarifário, o que demonstrou ser crucial para a viabilidade económica do projecto.

Merce ainda especial relevo a entrada da Finerge no capital da Fábrica do Arco, S.A. – central de cogeração instalada na Arcotêxteis, S.A. –, com a aquisição de 50% daquela sociedade com uma potência instalada de 8,8MW. Trata-se de mais um projecto a fuel que, apesar de estar em operação desde 1993, apresenta elevadas rentabilidades técnicas e que já se confirma como uma maior valia para os resultados da Finerge.

Em 2003 a Finerge espera arrancar com 2 novos projectos na área da cogeração:

Carvemagere, Lda. – Central a gás, com uma potência de 2 MW a instalar na Carvema Têxteis, S.A., sendo a nossa participação de 65%.

Powercer, S.A. – Central a gás, com uma potência de 5 MW a instalar na Central de Cervejas, com uma participação de 30%.

Como grande objectivo a operar em 2003, temos a passagem ao Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), isto é, passar a vender a totalidade da energia eléctrica produzida à EDP, reduzindo assim a dependência financeira do industrial e usufruindo de melhores tarifas de venda.

B) Actividades de Eólicas

No âmbito da energia eólica, a par da exploração do Parque Eólico de Portal de Freita e do Parque Eólico de Caravelas, iniciou-se a operação de dois novos parques:

Parque Eólico do Alto da Vaca – 1,2 MW – Serra da Cabreira

Parque Eólico do Alvão – 10,8 MW – Serra do Alvão

Mesmo tratando-se do primeiro ano de exploração, com plena actividade apenas a partir de Março, a performance dos dois projectos foi bastante positiva com, respectivamente, 1875 e 2211 horas líquidas de funcionamento.

Conforme havíamos já mencionado, face à redefinição das políticas de atribuição de potência, a Finerge procedeu à solicitação de pedidos à DGE que lhe permitissem instalar os projectos em carteira. Dado que os pedidos dos promotores excederam a potência que a DGE tinha para atribuir, a Finerge acabou por realizar algumas parcerias estratégicas com vista à consolidação da sua carteira de projectos. Procedeu-se ainda à contratação de terrenos tendo em vista a instalação de novos parques eólicos, a realização de estudos de impacto ambiental e de medição do vento, estando a sua concretização dependente da verificação da existência do recurso vento naqueles locais e da obtenção de pontos de interligação à rede pública.

Em 2003 a Finerge pretende avançar com a exploração do P.E. Sra. do Castelo II (4 MW), com o P.E. do Alto da Vaca II (1,2 MW) e com o P.E. da Agueira (0,6 MW). Entretanto proceder-se-á à implementação do P.E. do Passarinho (6 MW) e do P.E. do Outeiro.

Os projectos em fase avançada de desenvolvimento, neste campo de actividade são:

Parque	Localização	Potência (MW)
P.E. Outeiro e Fiéis	Serra do Alvão	30.0
P.E. Alvão II	Serra do Alvão	10.8
P.E. Passarinho	Sobral Montagraço	6.0
P.E. Sra. Castelo II	Cinfães	4.0
P.E. Pracana	Mação	2.0
P.E. Costa Vicentina	Sines	10.0
P.E. Aguieira	Montalegre	0.6
P.E. Alto da Vaca II	Vieira do Minho	1.2
P.E. Serra d'Arga	Vale do Minho	22.0
Total		86.6

4.3.3.2.3. RESIDUOS SÓLIDOS – HIDURBE GESTÃO DE RESIDUOS, S.A.

O ano de 2002 foi marcado pela não concretização por parte do Governo da privatização da EGF e IPE – Regia. Verificou-se que a forte intervenção estatal se manteve.

No entanto, durante o ano de 2002, a Hidurbe manteve a operação e manutenção da ETRSU do Funchal, operação e manutenção do Aterro Sanitário de S. Miguel, recolha e limpeza dos resíduos do MARL e limpeza da A8 e A15. Novos trabalhos foram iniciados, com particular destaque para a Central de Compostagem da Lapor III, Aterro de Inertes de S. Miguel e a limpeza da A9 (CREL). Foi desenvolvido o processo de licenciamento do aterro para RIB em Rio Maior, que se encontra agora em fase final.

Como perspectiva para o ano 2003, continua a aguardar-se a liberalização do mercado dos resíduos. No segundo trimestre do ano iniciar-se-á a operação da nova estação de tratamento de resíduos da Madeira. Perspectiva-se ainda uma ampliação da actividade da GSA na área da gestão dos resíduos e manutenção e limpeza viária.

No âmbito da GSU/Açores, concretizar-se-á a sua consolidação, prevendo-se a sua participação em concursos, nas áreas de intervenção da empresa, em toda a Região Autónoma dos Açores.

Em Portugal Continental, a Hidurbe irá participar nos concursos que vierem a ser lançados, no âmbito da valorização de resíduos (compostagens e triagens), e dos sistemas de recolha da nova geração.

A Hidurbe irá estar presente, em conjunto com a SOMAGUE Engenharia, nos concursos que vierem a ser lançados para o sistema nacional de Resíduos Industriais Perigosos.

No domínio financeiro, a empresa melhorou a sua situação, mantendo o volume de negócios, e aumentando a rendibilidade líquida do mesmo de 2,68 % para 5,67 %. A rendibilidade dos capitais próprios evoluiu de 12,43 % para 21,11 %.

Esta situação permite-lhe encarar com confiança e segurança novos desafios que requeiram investimentos e/ou mobilização de capital.

Relativamente à equipa técnica foi política da empresa manter um núcleo duro com flexibilidade técnica e pessoal capaz de assegurar as necessidades da empresa.

4.3.3.2.4. ESPAÇOS VERDES – VIVEIROS DO FALCÃO – EMPRESA DE AGRICULTURA E JARDINAGEM, S.A.

O ano de 2002 caracterizou-se pela não concretização dos objectivos previstos no início do exercício, uma vez que esses objectivos foram elaborados tendo como base o volume de vendas e os resultados positivos obtidos no ano anterior, pelo que pressupunham uma actividade comercial muito forte na angariação de novas adjudicações, contemplando por isso custos de estrutura bastante elevados e um considerável investimento em novos equipamentos.

No decorrer do ano de 2002, a actividade comercial teve uma prestação negativa, não conseguindo angariar o volume de adjudicações previsto, tendo inclusivamente sido necessário angariar obras com margens baixas. Acresce a esta situação, existiu ainda uma forte redução no volume de manutenções, em virtude da rescisão de contratos que mantínhamos há vários anos, bem como a conclusão de trabalhos de manutenção de auto-estradas.

Como consequência desta redução de actividade e uma vez que se manteve a estrutura humana inicialmente prevista, incorremos em custos demasiado elevados, que contribuíram fortemente para a situação negativa que se verificou no final do exercício de 2002.

Esta situação conduziu à necessidade de reestruturação da empresa ao nível da estrutura humana, nomeadamente a reestruturação da estrutura comercial, tendo-se definido uma estratégia mais agressiva e com objectivos de curto prazo e a reestruturação da produção, pela redução do número de trabalhadores a contrato, recorrendo quando necessário a mão-de-obra alugada.

Em termos de perspectivas para o ano de 2003, prevemos um aumento do volume de angariações, quer por via de uma actividade comercial agressiva na área de negócio tradicional dos Espaços Verdes, quer pelo envolvimento em áreas de trabalho mais específicas como sejam a construção de campos de futebol para o Euro 2004 e a construção de campos de golf.

4.3.3.2.5. CONSULTORIA – PROCESL ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA.

Por via da desaceleração da economia, a Procesl viu reduzida com algum significado a sua actividade relativamente ao ano 2001, redução que todavia foi compensada em termos de resultados, por um aumento de rendibilidade através de uma gestão e controlo rigorosos dos custos dos projectos.

A facturação cifrou-se em 4.810 milhares de Euros e o volume de negócios em 5.169 milhares de Euros.

O valor das adjudicações atingiu os 4.700 milhares de Euros, ficando aquém do valor atingido em 2001, numa percentagem significativa de 20%, redução essa praticamente toda inerente ao mercado nacional.

No âmbito da actividade internacional merece especial destaque o mercado do Brasil, em que se desenvolveram estudos para a COMEC (em Curitiba), de elevada qualidade técnica, merecendo igualmente destaque o mercado da Tunísia que foi objecto de várias propostas apresentadas na área dos resíduos, que aguardam decisão.

Proseguiu-se o investimento na área tecnológica, com especial relevância para a implementação de um poderoso sistema de gestão financeira e controlo de gestão, o SAP, cujo serviço é prestado pela SOMAGUE TI.

A Procesl obteve já no início do corrente ano a Certificação pela norma ISO 9001 – 2000, na sequência da auditoria levada a cabo pela SGS.

Foram promovidas várias acções de formação interna e incentivada a participação de colaboradores de todas as áreas em seminários e cursos, com relevância para áreas de grande inovação tecnológica, nomeadamente a AIA.

Apesar do volume de negócios ter diminuído 2,6% em relação ao ano transacto, a taxa de rendibilidade duplicou de 2001 para 2002, tendo-se registado uma diminuição global de custos de 6%, com especial incidência no volume de subcontratos.

A Procel manteve ao longo de 2002 uma estrutura financeira equilibrada, ultrapassando o seu activo corrente em 23% o passivo total, e a cobertura do activo por capitais próprios cifrou-se em 22%.

Apesar de se prever a continuação da desaceleração da economia portuguesa no corrente ano, admite-se que a Procel em 2003 apresente um nível de negócios similar ao de 2002.

Esta estimativa é suportada no facto de que em 2003, as instituições públicas terão de implementar os projectos que irão servir de base às obras que têm de ser concluídas até 2007, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

É expectável que o volume de negócios no âmbito internacional cresça moderadamente, nomeadamente no Brasil na área de planeamento e na Tunísia na área de resíduos sólidos.

4.3.3.2.6. GÁS, O&M – ENIGÁS TECNOLOGIA MULTI-SERVIÇOS DE ENGENHARIA, S.A.

A Engigás detém hoje um historial interessante composto por um conjunto de realizações muito significativas construído num relativo curto espaço de tempo, ao ponto de nos fazer pensar não numa só empresa mas num grupo empresarial.

Os objectivos estratégicos que a empresa têm vindo a consolidar mantêm-se actuais: modernização, diversificação, internacionalização.

A ENIGÁS através do conjunto das empresas que integra, conseguiu posicionar-se no mercado de prestação multi-serviços de engenharia, alargando o seu leque de serviços e cobrindo todas as componentes do sector das utilidades: água, saneamento, gás, electricidade e telecomunicações. Este portfólio pretende oferecer serviços aos sectores industriais e terciário continuarão a merecer o nosso interesse e entusiasmo, na perspectiva de oferecermos ao mercado, soluções inovadoras qualitativas, designadamente nas áreas de O&M e Assistência ao Utente final.

A ENIGÁS foi certificada pela APCER segundo a norma ISO 9001: 2000.

O volume de negócios da Engigás foi de 29.000.904 Euros sendo o resultado antes de impostos de 658.863 Euros.

No final do ano foi celebrado um contrato de aquisição de parte do capital social da AQUAPROTECT, uma empresa de tecnologia avançada para instalações de gás, água e saneamento. Esta aquisição tem por objectivo chegar de forma mais eficaz junto de clientes finais, em todos os segmentos de mercado em que actuamos e reforçar a capacidade de resposta com actividades de serviços integrados a prestar.

A operação de compra de 51% do capital da TEGAEL, consolidada em Junho deste ano, contribuiu muito positivamente para o aumento do valor da ENIGÁS. O volume de negócios da Tegael foi de 13.733.743 Euros, com um resultado antes de impostos de 1.052.196 Euros.

Apesar do abrandamento do mercado das telecomunicações e do adiamento do UMTS, a empresa tem mostrado bom nível de desempenho no sector da energia – electricidade, destacando-se a pré-qualificação para a prestação de serviços à REN, bem como a angariação de novos contratos plurianuais para a EDP – Distribuição.

Este sector oferece perspectivas promissoras dadas as circunstâncias entretanto surgidas, designadamente relacionadas com a regulação do mercado ibérico de energia, a necessidade de escoamento da produção de novas unidades de energia renovável, com particular destaque para a eólica, o projecto de construção do futuro aeroporto, tudo isto implicando a adequação das redes de transporte e distribuição.

A TEGAEL viu certificado pela APCER o seu sistema Integrado de Gestão – Qualidade, Segurança, Ambiente – segundo as normas internacionais ISO 9001:2000; ISO 14001 e OHSAS 18001, sendo a primeira empresa do seu ramo e das primeiríssimas a nível nacional a obtê-los.

A ENGIBRAS tem vindo a evidenciar um bom desempenho operacional no exercício de 2002, em que foi reconhecida a confiança e satisfação da COMGÁS através da atribuição do troféu “ Melhor Empresa de Manutenção”. Alcançou um Volume de Negócios de 14.507.940,23 Euros (38.839.054 Reais), com resultados antes de impostos de 993.412,76 Euros (2.432.510 Reais).

No passado mês de Novembro, foram concluídas as negociações relativamente à renovação de um novo período contratual com a COMGÁS, até Dezembro de 2005.

Em Cabo Verde, o fornecimento e montagem de três centrais termoeléctricas a fuel, para a ELECTRA, constituiu igualmente uma realização plena de sucesso.

A ENIGÁS, ela própria e as empresas participadas, são conduzidas com padrões de cultura e qualidade em todo o domínio da sua gestão, por forma a serem capazes de gerar confiança e manter a fidelidade nas relações com os seus Clientes, Accionistas e Colaboradores.

4.3.3.2.7. MACAU/CHINA - CESL ASIA, Investments & Services, Limited

Em 2002, a CESL-ÁSIA consolidou e desenvolveu as suas várias áreas de negócio em consonância com as oportunidades decorrentes do fim do monopólio do jogo em Macau e a consequente atribuição, em Junho de 2002, de duas novas licenças pelo Governo, o que implicará investimentos importantes no turismo e em infra-estruturas com ele relacionadas.

A CESL-ÁSIA, como empresa holding do grupo, concentra as decisões estratégicas, financeiras e de marketing e coordena as empresas operacionais em três principais sectores de actividade, nomeadamente, a MPS (Macau Professional Services, Ltd.) em consultoria e gestão de projectos, a Focus, na área de “Facilities Management”, e a AGS Macau, na gestão de infra-estruturas ambientais.

A Focus adquiriu o Contrato de Operação e Manutenção do Aeroporto Internacional de Macau. Esta aquisição, para além de incrementar as receitas para mais do dobro em comparação com o ano anterior, permite à empresa liderar o mercado de “Facilities Management” em Macau e acrescenta referências fortes para o desenvolvimento de oportunidades noutros mercados, nomeadamente em Hong-Kong.

A MPS incrementou significativamente a sua facturação com prestação de serviços ao Governo de Macau, nomeadamente na supervisão e coordenação da Piscina Olímpica de Macau, do Novo Posto Fronteiriço com a China e novos Pavilhões Polidesportivos relacionados com a organização em 2005 dos Jogos da Ásia Oriental, assim como na arquitectura, engenharia e projectos de infra-estruturas em duas das mais importantes zonas urbanas da Península de Macau, como são o Porto Interior e a Barra. Por outro lado a MPS está a realizar serviços importantes para uma das novas operadoras de jogo (Venetian) no desenvolvimento de novos casinos e outras infra-estruturas, o que, para além de ter efeitos positivos substanciais nas receitas e rentabilidade da empresa, lhe poderá permitir vir a deter uma posição estratégica relevante neste sector fundamental do mercado de Macau.

A AGS Macau concentra as operações na área do ambiente e obteve em fins de 2002 a renovação da concessão da Operação e Manutenção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Taipa e Coloane por mais três anos, aumentando a sua participação de 50% para 100% do capital da empresa concessionária. A

operação da Central de Incineração de Resíduos Sólidos do Território de Macau continua a ter um desempenho eficiente e com resultados acima do orçamento.

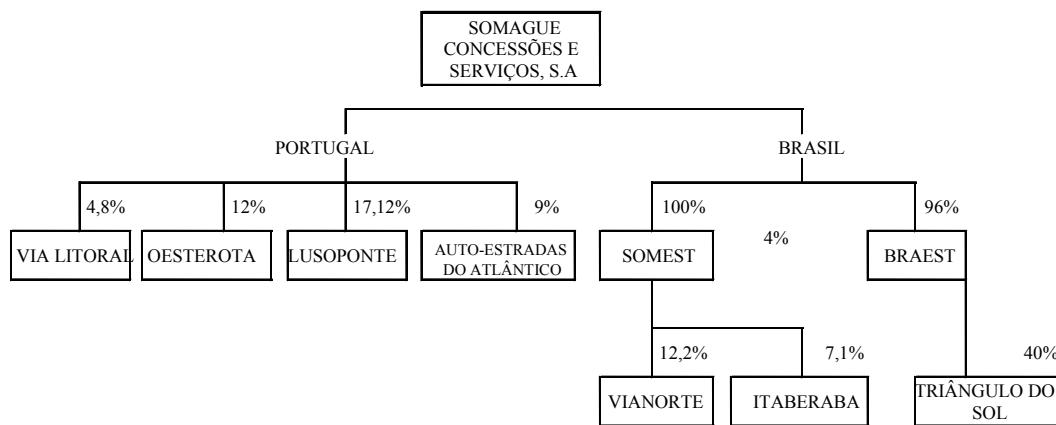
Com o aumento das suas actividades o número de colaboradores no grupo foi aumentado em 57% para um total de 254 pessoas no fim do ano de 2002, reforçando a capacidade de resposta da empresa às novas oportunidades de negócios e ao crescimento económico de Macau.

4.3.3.3. CONCESSÕES E SERVIÇOS

4.3.3.3.1. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA SOMAGUE CONCESSÕES E SERVIÇOS

A Empresa, prosseguiu activamente o estudo e acompanhamento de projectos em que há longo tempo se envolveu, tanto em Portugal como no estrangeiro, preparando os seus meios humanos e outros recursos para o futuro. É de nossa iniciativa um novo olhar sobre as parcerias público-privadas nas áreas das Concessões Rodoviárias, Ferroviárias ou mesmo no que poderá ser o envolvimento da iniciativa privada na gestão de sistemas prisionais. Pontuámos a nossa actividade pelo cumprimento exacto das obrigações a que nos fixámos (Concessão do Oeste – Auto-Estradas do Atlântico e Via Litoral na Madeira) e pela estratégia de consolidação das nossas participações, dando-se nota do reforço no capital em Empresas como a Triângulo do Sol e Braest (Brasil), Lusoponte e Auto-Estradas do Atlântico (Portugal), esta última ainda pendente de autorização do Estado Português, como adiante se salienta. Nos múltiplos projectos em que estamos envolvidos, é-nos merecido salientar, na altura em que fazemos esta síntese retrospectiva, e porque ou ainda aguardamos a retoma do processo negocial ou as decisões sobre as diversas fases de apuramento, os projectos rodoviários do IC1, IC11, IC36 e a SCUT dos Açores, e ainda o lançamento do projecto do Metro do Mondego.

A SOMAGUE Concessões e Serviços detém, directa ou indirectamente as seguintes participações em Sociedades de direito Português e Brasileiro.



No primeiro trimestre de 2003 foi solicitada autorização ao Estado Português e entidades financeiras, para uma operação que visa a concentração num núcleo de referência de cinco accionistas do capital de Auto-Estradas do Atlântico, S.A., da compra por parte da SOMAGUE Concessões e Serviços, S.A., de cerca de 11% do Capital daquela Sociedade.

Os principais indicadores financeiros e económicos são os seguintes:

Valores em 10^3 de Euros *	200 2	200 1
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	22.801	34.609
Activo Líquido	59.829	55.971
Endividamento Bancário	14.415	4.988
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	2.581	10.258
Resultados Operacionais	(1.191)	1.057
Resultados Líquidos	76	2.270
Resultados Financeiros	733	1.439

*Contas simples com equivalências patrimoniais

4.3.3.3.2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELAS PARTICIPADAS DA SOMAGUE CONCESSÕES E SERVIÇOS

4.3.3.3.2.1. CONCESSÕES RODOVIÁRIAS NACIONAIS

4.3.3.3.2.1.1. LUSOPONTE CONCESSIONÁRIA PARA A TRAVESSIA DO TEJO, S.A.

As tendências de crescimento de tráfego manifestadas na primeira parte do ano em apreço foram invertidas, com particular relevo no último trimestre, consequência duma forte desaceleração da economia. Assim o ano saldou-se por uma quebra de cerca de 0,2% em relação ao tráfego de 2001 e de 2,3% em relação ao orçamentado, tendo no entanto o crescimento do tráfego pesado na ponte Vasco da Gama compensado, em termos económicos, aqueles desvios. A Empresa apresentou pela primeira vez resultados positivos, com um pequeno desvio negativo em relação ao orçamentado (-0,2%). As previsões para o orçamento de 2003 estimam uma ligeira recuperação do tráfego com a retoma dos principais indicadores macro económicos para o segundo semestre do ano.

Em síntese as principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados comparados com o exercício anterior:

Valores em 10^3 de Euros	2002	2001
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	43.160	29.889
Activo Líquido	1.003.266	1.049.992
Endividamento Bancário	417.822	449.609
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	51.400	48.596
Resultados Operacionais	19.165	10.418
Resultados Líquidos	3.588	(3.453)
Resultados Financeiros	(24.147)	(24.140)

Em termos de evolução do quadro societário é de realçar a venda em Novembro de 2002 da participação detida pela Bento Pedroso Construções, S.A. na sociedade a quatro accionistas. A SOMAGUE Concessões e Serviços, S.A. reforçou a sua posição ao adquirir 3,29% das acções e igual proporção dos créditos detidos por aquela Sociedade sobre a Lusoponte. A transacção atingiu um valor de cerca de 9.300.000 Euros.

4.3.3.3.2.1.2. AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO

Os proveitos de exploração da concessionária atingiram, em 2002, 49,9 milhões de Euros, um crescimento de 57% relativamente a 2001, reflectindo a entrada em exploração do troço da A8/Norte entre Caldas da Rainha/Marinha Grande e da A15 (Caldas da Rainha/Santarém), ambos em Outubro de 2001, e do último sublanço da A8 (Rio Maior/Leiria) em finais de Março de 2002. Essa evolução dos proveitos ficou, no entanto, aquém do orçamento (-11,2%) em virtude do tráfego nos novos lanços se ter situado em níveis inferiores ao previsto. Nos lanços anteriormente construídos e integrados na concessão em Dezembro de 1998, o tráfego teve um acréscimo anual de 13,8%.

Os resultados líquidos foram negativos, como é normal e expectável nesta fase do “build up” da concessionária, tendo o prejuízo sido de 13,7 milhões de Euros. O “Cash-Flow” Operacional (EBITDA) ascendeu a 31,0 milhões de Euros e o Resultado Operacional (EBIT) atingiu 9,2 milhões de Euros.

Outros indicadores são evidenciados no quadro seguinte:

	2002	2001
Investimento (10 ⁶ Euros)	11,1	210,6
Cobertura do Imobilizado	0,98	0,96
Autonomia Financeira (a)	0,07	0,09
Quadro Pessoal em 31DEZ (unid.) (b)	316	319
Custos com Pessoal (10 ⁶ Euros)	6,7	5,3

- (a) Se considerarmos o “quasi capital” constituído pelos Empréstimos dos Accionistas, este ratio foi de 0,17 e 0,18 em 2002 e 2001, respectivamente.
- (b) O efectivo médio foi de 317 e 224 trabalhadores, respectivamente, em 2002 e 2001.

Na área da Construção, três factores a mencionar:

- a abertura do tráfego, em Março, cumprindo o prazo previsto, do sublanço Marinha Grande Este/Leiria (da A8), com uma extensão de 4,3 Km.
- a ampliação e beneficiação da praça de portagem de Loures.
- a continuação da elaboração dos projectos dos alargamentos dos lanços CRIL/Loures e Loures/Malveira (ambos da A8).

AEA ficou, em 2002, com a totalidade das Áreas de Serviço previstas (5) em exploração, uma vez que entraram em funcionamento as áreas de Torres Vedras e da Nazaré (na A8) e a de Rio Maior (na A15).

Finalmente, importa salientar que, no que se refere à estrutura accionista de AEA ocorreram, nos últimos dias de 2002, dois factos relevantes:

- venda ao accionista Banco BPI da participação de 10% detida pelo ex-accionista ACESA.
- A celebração de um contrato promessa de compra e venda de acções e de cessão de suprimentos, nos termos do qual os accionistas SOMAGUE Concessões e Serviços, MSF,

Novopca e Construtora do Lena prometem comprar as participações e os suprimentos dos accionistas Edifer, Construtora Abrantina, Zagope, Conduril e Construtora do Tâmega.

Decorre, neste momento, o processo de obtenção das necessárias autorizações do Estado Concedente e dos bancos para a formalização do segundo dos eventos acima referidos. Da conjugação dessas duas transacções resultará que a estrutura accionista de AEA ficará constituída por cinco membros (SOMAGUE Concessões e Serviços, MSF, Novopca, Construtora do Lena e BPI), em vez dos onze iniciais, com participações iguais (20% cada).

Em síntese as principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados Comparativos com o exercício anterior:

Valores em 10³ €

2002	2001

Indicadores Financeiros:

Capital Próprio	37.849	51.515
Activo Líquido	572.410	569.440
Endividamento Bancário	451.384	395.092

Indicadores Económicos:

Volume Negócios	48.130	30.067
Resultado Operacional	9.238	15.182
Resultado Líquido	(13.666)	(4.923)
Resultado Financeiro	(30.077)	(22.648)

4.3.3.3.2.1.3. VIA LITORAL

A Concessionária iniciou o seu terceiro ano de actividade no âmbito da operação e manutenção do principal eixo rodoviário da Ilha da Madeira (ER 101).

A SOMAGUE Concessões e Serviços tem continuado a desenvolver várias actividades integradas no objecto do contrato que celebrou com a Vialitoral em 1 de Junho de 2000, ao abrigo do qual recebe uma avença mensal.

Deve realçar-se o facto de a SOMAGUE Concessões e Serviços ter liderado o processo de preparação da proposta e as negociações da extensão da concessão, à qual o actual conjunto de Accionistas da Vialitoral se apresentou como único concorrente. Este processo foi concluído com êxito em 11 de Outubro de 2002, tendo sido assinado um Aditamento ao Contrato de Concessão onde se estabeleceu a extensão da Concessão até ao Caniçal.

A Concessão passou a ter mais 7.260 metros, pelo que a sua extensão total passou de 36,938 Km para 44,198 Km.

Existe um Centro de Assistência e Manutenção que garante os trabalhos de conservação e manutenção da via concessionada, tendo sido concluído o projecto da sede social da Vialitoral e processada a adjudicação dos respectivos trabalhos de construção.

O capital social passou de 15.000.000 Euros para 18.750.000 Euros, possuindo a SOMAGUE Concessões e Serviços 4,8% deste valor, o que representa 900.000 Euros.

O valor das prestações acessórias de capital, sob a forma de suprimentos, da responsabilidade da SOMAGUE Concessões e Serviços, no valor de 900.000 Euros, já se encontra totalmente realizado desde 2001, tendo-se

iniciado em 2002 a cobrança ao Governo Regional, das prestações SCUT de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Concessão.

Em síntese as principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados comparados com o exercício anterior

Valores em 10 ³ de Euros	2002	2001
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	17.145	14.978
Activo Líquido	397.950	325.664
Endividamento Bancário	330.133	292.295
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	39.335	-
Resultados Operacionais	18.162	-
Resultados Líquidos	(1.588)	(4)
Resultados Financeiros	(20.280)	-

4.3.3.3.2.1.4. OESTEROTA

A Oesterota é a empresa que a SOMAGUE Concessões e Serviços constituiu com oito empresas construtoras para preparar, produzir e acompanhar as propostas para os concursos relativos a Concessões Rodoviárias lançados no Continente Nacional.

Da actividade desenvolvida durante o ano 2002 destaca-se o seguinte:

- Encontram-se suspensas as reuniões associadas à fase de negociação para atribuição da Concessão designada por Lisboa Norte (IC11). Este agrupamento é um dos dois que foram seleccionados para esta fase do concurso, aguardando-se que sejam reiniciadas as reuniões com vista à adjudicação da Concessão;
- Tendo sido determinada, por despacho ministerial, a não adjudicação da Concessão designada por Grande Lisboa (IC16/IC30), nos moldes em que o concurso respectivo havia sido lançado, aguarda-se novo concurso para a mesma zona mas com composição diferente da rede viária envolvida;
- Foram preparadas e apresentadas em diversas Instâncias nacionais e, posteriormente, também na Comissão Europeia, participações e queixas com o propósito de denunciar comportamentos violadores das regras da concorrência, designadamente de abusos de posição dominante no mercado nacional. Este facto manifestou-se nos últimos concursos abertos pelo Estado Português, nomeadamente para as Concessões Litoral Centro (IC1), Lisboa Norte (IC11), Grande Lisboa (IC16/IC30) e Conjuntos Viários na Zona de Leiria (IC36).

Estão em fase de conclusão diversos estudos de viabilidade, comparando o aumento do número de vias da A8 (entre a A9 e o Nó da Malveira) com a eventual construção de uma auto-estrada alternativa, na sequência de contrato celebrado com a Concessionária Auto-estradas do Atlântico.

4.3.3.3.2.2. CONCESSÕES RODOVIÁRIAS BRASIL

4.3.3.3.2.2.1. BRAEST / TRIÂNGULO DO SOL

No ano em apreço a Sociedade aumentou a sua participação no capital da Triângulo do Sol, S.A. em 7%, passando a deter 40% do capital social desta Concessionária.

A SOMAGUE Concessões e Serviços, no decorrer de 2002, realizou um aumento de capital social por conversão de dívida. Apesar deste facto, e por efeitos de desvalorização do Real face ao Euro, muito significativa, os principais indicadores financeiros e económicos apresentaram uma regressão face aos valores contabilizados em 2001 como se refere no quadro:

Valores em 10³ Euros

	BRAEST	
	2002	2001
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	8.514	13.975
Activo Líquido	9.338	16.089
Endividamento Bancário	-	-
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	-	-
Resultados Operacionais	(127)	(290)
Resultados Líquidos	190	1.272
Resultados Financeiros	318	1.561

Triângulo do Sol

Apesar de uma quebra de tráfego de cerca de 4,5% em relação às projecções orçamentais a Sociedade conseguiu, com uma ajustada gestão dos recursos próprios e contenção muito significativa nas despesas, apresentar resultados muito significativos, mesmo medidos em Euros como se refere no quadro em anexo:

Valores em 10³ Euros

	TRIÂNGULO DO SOL	
	2002	2001
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	20.536	35.953
Activo Líquido	73.793	115.811
Endividamento Bancário	20.034	24.650
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	30.330	37.540
Resultados Operacionais	7.521	9.218
Resultados Líquidos	2.883	6.599
Resultados Financeiros	(3.173)	(2.674)

As depreciações do activo (em Euros) são o resultado da forte desvalorização do Real que, no período em análise foi superior a 45%. De referir que a Braest integra, através do método de equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras da Concessionária.

SOMEST / VIA NORTE

Também como a Braest a Somest é uma Empresa veículo de participações da SOMAGUE Concessões e Serviços, S.A. no Brasil, integrando no seu Activo 7,1% da Itaberaba e 12,2% da Via Norte. Ao contrário da Braest, no entanto, a Empresa tem uma actividade própria de prestação de serviços na área de Operações de Concessionários de Rodovias e na área financeira, tendo, em consequência, gerado resultados líquidos de cerca de 200.000 Euros, como se dá conta no quadro anexo:

Valores em 10³ Euros

	SOMEST	
	2002	2001
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	3.382	3.824
Activo Líquido	3.944	5.759
Endividamento Bancário	----	97
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	1.725	1.405
Resultados Operacionais	537	(192)
Resultados Líquidos	200	41
Resultados Financeiros	(220)	264

Via Norte

Profundas alterações na gestão directa da Empresa, realizadas na primeira metade do ano de 2002, produziram significativas melhorias nos seus ratios operacionais, apesar de vários constrangimentos à sua actividade. Destes salientam-se as quebras de tráfego mais sensíveis na segunda metade do ano, equivalentes às verificadas no Triângulo do Sol, e os reequilíbrios económico-financeiros, por resolver, que a Concessionária pleiteia junto do Governo do Estado de São Paulo.

Os valores em síntese, comparados com o ano anterior, apresentam-se no quadro seguinte:

Valores em 10³ Euros

	VIANORTE	
	2002	2001
<u>Indicadores Financeiros</u>		
Capital Próprio	18.134	27.608
Activo Líquido	38.711	64.649
Endividamento Bancário	19.052	28.332
<u>Indicadores Económicos</u>		
Volume de Negócios	25.823	29.160
Resultados Operacionais	4.865	4.524
Resultados Líquidos	44	155
Resultados Financeiros	(3.107)	(4.040)

4.3.3.4. PROMOÇÃO E MONTAGEM DE NEGÓCIOS

4.3.3.4.1. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELA SOMAGUE PMG PROMOÇÃO E MONTAGEM DE NEGÓCIOS S.A.

No ano de 2002 a SOMAGUE PMG continuou com a sua actividade muito centrada no desenvolvimento de empreendimentos de Habitação a Custos Controlados, tendo atingido um volume de negócios de cerca de 27 milhões de Euros, muito aquém do valor inicialmente previsto.

A quebra de actividade nesta área de negócios tem como origem o diferimento do início de alguns empreendimentos, a não concretização do início dos trabalhos dos empreendimentos previstos para o Município de Loures e os atrasos na realização das escrituras com o Município de Matosinhos, para venda dos empreendimentos concluídos em Outubro de 2001.

As perturbações resultantes das eleições autárquicas de Dezembro de 2001, a proposta de lei do orçamento do Estado com a inibição do aumento do endividamento das Autarquias, nomeadamente no que concerne à habitação a custos controlados e a estratégia da SOMAGUE PMG de reforçar a sua intervenção e presença na área de promoção imobiliária quase anularam a actividade da angariação de empreendimentos de Habitação a Custos Controlados.

Na área da Promoção Imobiliária, a SOMAGUE PMG consolidou a sua presença no mercado, nomeadamente nos segmentos de escritórios, centros comerciais e habitação.

O ano pautou-se pela manutenção da gestão das parcerias existentes nos diversos empreendimentos imobiliários, com a dificuldade acrescida dos seus desenvolvimentos devido à mudança de gestão autárquica nas cidades de Lisboa e Porto e de Administração na Parque Expo.

Em parceria com a Prosacyr, a SOMAGUE PMG concretizou a promessa de aquisição de um terreno no Largo do Rato em Lisboa para desenvolvimento de um empreendimento imobiliário com uma área de construção acima do solo de cerca de 5.000 metros quadrados.

De modo a rendibilizar um terreno do Grupo em Palmela, está em curso o projecto de um desenvolvimento imobiliário de 30 moradias unifamiliares no Golfe do Montado.

No âmbito da prestação de serviços a SOMAGUE PMG concluiu em Dezembro de 2002 a gestão e coordenação do projecto e obra da nova sede do Grupo SOMAGUE no Linhó, em Sintra.

As negociações para a alienação da participação da SOMAGUE na sociedade concessionária do parque de estacionamento público subterrâneo em Vila Real (PEVR) não foram bem sucedidas, mantendo a SOMAGUE PMG a gestão da mesma.

No âmbito da prestação de serviços, a SOMAGUE PMG ficou com a responsabilidade da gestão e comercialização do empreendimento imobiliário Sintra Cascais Escritórios – promovido pelo Grupo SOMAGUE no terreno do seu antigo estaleiro no Linhó, que contemplará a instalação da nova sede do Grupo, para além dos cerca de 18.500 metros quadrados de escritórios que serão colocados no mercado.

Nos quadros seguintes apresenta-se um resumo da evolução dos principais indicadores económico-financeiros, individuais e consolidados, da empresa e das suas participadas.

Quadro Resumo de Indicadores - a 31 de Dezembro de 2002

Valores em euros.

Empresas	% de Parte(s)	2001				2002			
		Capital Próprio	Activo Líquido	Volumen de Negocios	Resultado Líquido	Capital Próprio	Activo Líquido	Volumen de Negocios	Resultado Líquido
SOMAGUE PMG (consolidadas)	-	8.861.875	72.050.555	37.799.374	1.122.690	9.137.838	58.568.591	27.167.114	662.436
SOMAGUE PMG (descontrolada)	-	8.861.875	68.175.691	33.946.176	1.122.690	9.137.838	54.832.701	27.167.114	662.436
Participações na SOMAGUE PMG (%)									
Promocelta (**) (1)	55,00%	(3.214)	7.020.126	7.005.815	(8.605)	(21.496)	6.790.337	0 0	(18.281)
HSE (**) (1)	27,50%	3.174	81.935.435	45.195.797	3.781	(2.969) #	90.118.710	13.501.877	(6.143)
Ascentais Rio (**) (1)	15,00%	4.990.633	33.349.720	18.191.054	2.654	4.990.633	60.905.707	21.102.499	-
Jardim do Bracel de Paúla (**) (1)	10,00%	113.783	35.025.210	3.852.274	0	113.783	63.728.667	6.759.599	-
Beboristrol (**) (1)	50,00%	4.017	1.519.478	-	(552)	2.839	1.497.304	21.150	(1.177)
Edu-Pam	100,00%	(11.295)	2.004	-	(4.028)	(13.443)	1.827	-	(2.148)
3.º do Casal das Ameixoeira, S.A.	33,20%	57.927	97.770	-	(2.073)	41.134	2.437.422	1.714.728	(17.457)
Escola Básica e Piscina	33,33%	4.282	22.133.627	-	(2.041)	705	23.037.969	3.242	(4.121)
Aplicação Social (1)	25,00%	46.717	23.146.459	4.655.870	(2.211)	(25.000)	23.917.282	3.902.495	(71.719)

(*) - consolidação proporcional

(**) -não incluído na consolidação

(***)-dados provisórios.

4.3.3.4.2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELAS PARTICIPADAS DA SOMAGUE PMG

4.3.3.4.2.1. HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS

4.3.3.4.2.1.1. PROMOCEUTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

Participada em 55% pela SOMAGUE PMG, a Promoceuta é responsável pelo desenvolvimento e construção de fogos, equipamentos e lojas dos empreendimentos integrados no Plano de Reconversão do Casal Ventoso em Lisboa, relativos a:

- Avenida de Ceuta Sul (205 fogos);
- Avenida de Ceuta Norte (395 fogos);
- Rua Maria Pia (64 fogos);
- Lotes do Casal do Evaristo (36 fogos);

Ainda não foram celebradas as escrituras relativas a equipamentos, Escola Básica e Piscina, (concluídos em Maio de 2001), Centro de Saúde (concluído em Janeiro de 2001) e Rua Freitas Gazul (24 fogos) concluído em Outubro de 2001, tendo-se já verificado recebimentos “por conta”.

Esta situação, de resolução pendente por parte da Câmara Municipal de Lisboa, prende-se com a extinção do Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso e a mudança da gestão autárquica.

Para a conclusão do plano contratado falta apenas a construção dos lotes 1 a 3 do Casal do Evaristo, (40 fogos).

4.3.3.4.2.1.2. HSE – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

Participada a 27,5% pela SOMAGUE PMG, a HSE, desenvolve empreendimentos destinados a habitação a custos controlados nas freguesias da Ameixoeira e Sta. Maria dos Olivais, para a Câmara Municipal de Lisboa.

Tem ainda por concluir 156 fogos na zona 6, e 325 fogos na zona 5 da Ameixoeira, e está por definir a localização para a construção dos cerca de 400 fogos em falta para a concretização do contrato celebrado entre a HSE e a Câmara Municipal de Lisboa.

4.3.3.4.2.2. PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA E MONTAGEM DE NEGÓCIOS

4.3.3.4.2.2.1. LISBOA – JARDINS BRAÇO PRATA

A SOMAGUE PMG participa em 10% no capital desta sociedade, promotora da operação de recuperação urbana de toda a área das antigas instalações militares da Fábrica de Braço de Prata, Freguesia de Sta. Maria dos Olivais, em Lisboa, contemplando um empreendimento com uma área bruta de construção acima do solo de 135.000 metros quadrados que abrange habitação, comércio, escritórios e estacionamento.

Os trabalhos de construção do empreendimento mantiveram-se parados durante todo o ano, aguardando-se a aprovação do Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa.

Em Dezembro de 2001, a sociedade assinou com a Feira Nova, Hipermercados, S.A. um contrato de promessa de compra e venda para aquisição das fracções autónomas que vierem a corresponder aos lotes 6, 7, 9, 10, 12 14 e 15, totalizando 384 apartamentos e 2.995 metros quadrados de escritórios, no empreendimento Bela Lisboa (Quadra de Chelas), cujos trabalhos de construção se iniciaram em 2002, tendo os mesmos decorrido em bom ritmo ao longo de todo o ano

4.3.3.4.2.2.2. LISBOA – ALCÂNTARA RIO

Participada em 15% pela SOMAGUE PMG, a sociedade tem como objecto a promoção do empreendimento imobiliário “Alcântara Rio”, na freguesia de Alcântara em Lisboa, para habitação, escritórios, comércio e estacionamento.

As obras de construção desenvolveram-se ao longo de todo o ano em bom ritmo.

O projecto de licenciamento de Arquitectura da 2ª fase do empreendimento encontra-se a aguardar a emissão de licença de construção por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

4.3.3.4.2.2.3. LISBOA – PARQUE DAS NAÇÕES – PARCELA 1.10

Em 19 de Julho de 2001 foi assinado o Contrato Promessa de Compra e Venda do terreno correspondente à parcela 1.10 do loteamento do Parque das Nações em Lisboa, para o desenvolvimento de um empreendimento imobiliário com cerca de 40.000 metros quadrados de área de construção acima do solo, para escritórios, ou escritórios e hotel.

Para o desenvolvimento e promoção do empreendimento foi constituída a sociedade 1.10 Construções e Empreendimentos Imobiliários, S.A. e adquirida a sociedade Espaço Portimão, Sociedade Imobiliária, Lda., participadas, em partes iguais, pelas empresas SOMAGUE PMG, Parque Expo e Geril Imobiliária, S.A.

Durante o ano de 2002 procedeu-se ao desenvolvimento dos projectos de arquitetura, tendo dado entrada na Câmara Municipal de Lisboa o projecto de reparcelamento.

Negociações para a comercialização decorreram ao longo de todo o ano de 2002.

4.3.3.4.2.2.4. PORTO (ANTAS) – APLICAÇÃO URBANA II

A Sociedade Aplicação Urbana II é detida a 50% pela Amorim Imobiliária, 25% pela Prosacyr e 25% pela SOMAGUE PMG, tendo como objecto o desenvolvimento e promoção imobiliária de parcelas de terreno inseridas no Plano de Pormenor das Antas (PPA), no Porto, para a construção de um centro comercial com um hipermercado, um hotel e diversos empreendimentos de habitação, totalizando uma área de construção acima do solo de 213.622 metros quadrados após alteração do PPA pelo novo Executivo camarário.

Continua-se a aguardar que cessem as perturbações verificadas no processo para se dar início à construção do empreendimento.

4.4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Durante o ano de 2002, o volume consolidado de actividade do grupo atingiu os 771 milhões de Euros, a que correspondeu um resultado consolidado positivo antes de impostos e interesses minoritários de 11,9 milhões de Euros, e um resultado líquido consolidado de 7.2 milhões de Euros.

Os activos totais do grupo atingiram 907 milhões de Euros, financiados em cerca de 142.1 milhões de Euros por capitais próprios.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos principais indicadores económico-financeiros:

	2000	2001	2002
Indicadores Financeiros:			
Capital Próprio	129.3	134.5	142.1
Activo Líquido	576.3	683.2	907.0
Indicadores Económicos:			
Volume Negócios	543.8	634.5	778.5
Resultados Líquidos	3.5	8.6	7.2
Resultados Operacionais	17.9	21.8	21.4
Resultados Extraordinários	-0.7	2.3	1.5
Meios Libertos	22.5	28.1	30.2

O ano 2002 ficou marcado por um crescimento muito significativo da actividade e que se deveu, em especial, à construção dos estádios da Luz e Antas e ao aumento da 47.5% da posição detida pela SOMAGUE no ACE do Metro do Porto. Estes dois factos, foram, em simultâneo, os maiores responsáveis pelo crescimento do activo, na medida em que os valores a receber relativos às obras dos estádios ultrapassavam, no final de 2002, os 100 milhões de Euros e o simples aumento de participação no ACE Transmetro acarretou, para o balanço consolidado, um acréscimo significativo do immobilizado, contas a receber e acréscimos e diferimentos.

Durante o ano de 2003, acontecerá, seguramente, a regularização dos valores a receber relativos aos estádios e, provavelmente, uma diminuição significativa dos acréscimos e diferimentos do ACE Transmetro. Esses dois factos deverão permitir, apesar do acréscimo de actividade e dos investimentos previstos para 2003, uma real redução do activo total nesse exercício.

Relativamente ao desempenho operacional e consequentemente dos resultados antes de impostos e líquidos, em termos consolidados, constata-se uma redução destes resultados, apesar do aumento de actividade, especialmente resultante dos prejuízos registados nos mercados de Marrocos, Moçambique e Cabo Verde. Relativamente aos meios libertos, estes registam um acréscimo positivo, por via do aumento das amortizações, especialmente trespasses, resultantes das aquisições efectuadas.

Lisboa, 13 de Março de 2003

O Conselho de Administração

(Montantes expressos em Euros)

D TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSEIHO DE ADMINISTRAÇÃO



SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Vendas e prestações de serviços		771.054.766	627.375.957
Custo das vendas e das prestações de serviços	71	(694.747.105)	(570.257.380)
Resultados brutos		76.307.661	57.118.577
Outros proveitos e ganhos operacionais		8.886.929	9.394.574
Custos de distribuição		(525.170)	(613.458)
Custos administrativos		(57.461.416)	(38.798.963)
Outros custos e perdas operacionais		(4.395.425)	(2.982.405)
Resultados operacionais		22.812.579	24.118.325
Custo líquido de financiamento	71	(11.933.726)	(9.041.886)
Ganhos em filiais e associadas		1.214.100	1.650.676
Ganhos (perdas) em outros investimentos		(173.357)	551.060
Resultados correntes		11.919.596	17.278.175
Impostos sobre os resultados correntes		(5.181.818)	(8.127.861)
Resultados correntes após impostos		6.737.777	9.150.314
Interesses minoritários		487.394	(531.715)
Resultado consolidado líquido do exercício		7.225.171	8.618.599
Resultados por acção		0,28	0,37

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE-SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		655.101.681	567.784.050
Pagamentos a fornecedores		(580.464.939)	(466.044.209)
Pagamentos ao pessoal		<u>(105.865.326)</u>	<u>(84.225.168)</u>
Fluxos gerados pelas operações		(31.228.584)	17.514.673
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(8.396.165)	(1.535.000)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		<u>(5.915.511)</u>	<u>6.841.219</u>
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(45.540.260)	22.820.892
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		3.271.874	1.236.776
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		<u>(1.478.353)</u>	<u>(2.808.101)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(43.746.739)</u>	<u>21.249.567</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de :			
Imobilizações incorpóreas		1.483.432	7.999.877
Imobilizações corpóreas		568.061	3.118.433
Juros e proveitos similares		<u>8.441.425</u>	<u>7.437.729</u>
		<u>10.492.918</u>	<u>18.556.039</u>
Pagamentos respeitantes a :			
Investimentos financeiros		(47.563.428)	(30.895.516)
Imobilizações corpóreas		(3.441.067)	(11.765.071)
Imobilizações incorpóreas		<u>(801.960)</u>	<u>(102.589)</u>
		<u>(51.806.455)</u>	<u>(42.763.176)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(41.313.537)</u>	<u>(24.207.137)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		88.587.100	161.908.317
Aumento de capital e prémios de emissão	56 e 59	17.500.000	-
Venda de acções próprias		<u>30.562</u>	<u>-</u>
		<u>106.117.662</u>	<u>161.908.317</u>
Pagamentos respeitantes a :			
Empréstimos obtidos		-	(137.407.555)
Juros e custos similares		(17.682.084)	(16.405.320)
Amortizações de contratos de locação financeira		(7.329.429)	(142.364)
Dividendos	59	(2.360.000)	(1.177.164)
Aquisição de acções próprias		<u>(26.712)</u>	<u>-</u>
		<u>(27.398.225)</u>	<u>(155.132.403)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>78.719.437</u>	<u>6.775.914</u>
Efeito da alteração do perímetro de consolidação		3.481.528	25.063
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2.859.311)	3.843.407
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	70	17.941.416	14.098.009
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	70	15.082.105	17.941.416

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

**LISTA DE ACÇÕES POSSUÍDAS, ADQUIRIDAS E ALIENADAS POR MEMBROS DOS
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO/FISCALIZAÇÃO DA SOMAGUE SGPS EM 2002**

(Artº. 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho Administração	Total de acções em 31 Dez 01	Aquisições em 2002			Alienações em 2002			Total de acções em 31 Dez 02
		Data	Quantidade	Valor	Data	Quantidade	Valor	
Dr. Diogo A D Vaz Guedes	125.000				27 dez 02 27 dez 02 27 dez 02 30 dez 02 30 dez 02 30 dez 02 31 dez 02 31 dez 02	2.500 2.500 2.500 2.500 98 2.500 1.379 2.500	10.40 10.35 10.30 10.35 10.45 10.40 10.45 10.44	108.523
Eng. João Vasconcelos Guimarães	5.500				1 set 02	5.500	9.0	0

LISTA DE ACCIONISTAS TITULARES DE, PELO MENOS, 1/10 DO CAPITAL SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais)

- | | |
|--------------------------------|--------|
| 1. Sacyr, SA..... | 29,69% |
| 2. Freman Investments Ltd..... | 28,06% |
| 3. Finobra, SGPS | 12,40% |
| 4. Ficon, SGPS | 9,78% |

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

Accionista	Nº Acções	Dir. Voto
1. Sacyr, SA	7.750.000	29,69%
2. Freman Investments Ltd	7.324.960	28,06%
3. Finobra, SGPS, SA (dominada pela Sofip, SGPS, SA)	3.235.705	12,40%
4. Ficon, SGPS, SA (dominada pela Sofip, SGPS, SA)	2.552.418	9,78%
5. Fitran, SGPS, SA (dominada pela Sofip, SGPS, SA)	1.426.441	5,47%
6. Sofip, SGPS, SA	1.341.500	5,14%
7. Dr. Diogo Alves Dinis Vaz Guedes (Órgão da Administração da SOFIP, SGPS, SA)	108.523	0,42%
8. Eng. João de Queiroz Vaz Guedes (Órgão da Administração da SOFIP, SGPS, SA)	9.327	0,04%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa" ou "SOMAGUE SGPS") foi constituída em 21 de Janeiro de 1952, tendo em 29 de Dezembro de 1993 adoptado a actual denominação e o objecto social de gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração não faz parte deste anexo não são aplicáveis à Empresa e às suas empresas participadas ("Grupo SOMAGUE"), ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2002, são as seguintes:

		Percentagem efectiva de participação	
	<u>Sede</u>	<u>Actividade</u>	
<u>No âmbito da SOMAGUE SGPS:</u>			
- SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Oeiras	-	SGPS
- SOMAGUE – Engenharia, S.A. ("SOMAGUE Engenharia")	Oeiras	100%	Construção civil e obras públicas
- SOMAGUE Ambiente, SGPS, S.A. ("SOMAGUE Ambiente")	Oeiras	100%	Consultoria e gestão de infra-estruturas ambientais
- SOMAGUE Serviços, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("SOMAGUE Serviços")	Oeiras	100%	SGPS
- SOMAGUE - Concessões e Serviços, S.A. ("SOMAGUE Concessões")	Oeiras	100%	Desenvolvimento de projectos de concessões
- SOMAGUE PMG – Promoção e Montagem de Negócios, S.A. ("SOMAGUE PMG")	Oeiras	100%	Promoção e montagem de negócios

No âmbito da SOMAGUE Engenharia:

- SOMAGUE Engenharia Madeira, S.A. ("SOMAGUE Madeira")	Funchal	100%	Construção civil e obras públicas
- Ediçor – Edificadora Açoreana, Lda. ("Ediçor")	Ponta Delgada	100%	Construção civil e obras públicas
- CVC – Construções de Cabo Verde, SARL ("CVC")	Cabo Verde	57,62%	Construção civil e obras públicas
- SOMAGUE TI – Tecnologias de Informação, S.A. ("SOMAGUE TI")	Oeiras	100%	Consultoria Informática
- Aniser, SGPS, S.A. ("Aniser")	Lisboa	100%	SGPS
- Neopul – Sociedade de Estudos e Construção, S.A. ("Neopul")	Lisboa	80%	Construção civil e obras publicas

	<u>Sede</u>	<u>Percentagem efectiva de participação</u>	<u>Actividade</u>
<u>No âmbito da SOMAGUE Ambiente:</u>			
- AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. ("AGS")	Oeiras	100%	Ambiente
- Resil – Engenharia e Manutenção, Lda. ("Resil")	Brasil	99,72%	Concessão de águas
- Procesl - Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda. ("Procesl")	Oeiras	70%	Ambiente
- Cesl Ásia – Consultores de Engenharia, S.A. ("Cesl Ásia")	Macau	51%	Ambiente
- CGS – Tratamentos de Resíduos, Lda. ("CGS")	Macau	17,85%	Central de incineração
- AGS Macau – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, Lda. ("AGS Macau")	Macau	30,6%	Ambiente
- Macau – Professional Services, Lda. ("MPS")	Macau	40,8%	Consultoria e projectos de engenharia
- Hidurbe – Gestão de Resíduos, S.A. ("Hidurbe")	Porto	100%	Ambiente
- Viveiros do Falcão – Empresa de Agricultura e Jardinagem, S.A. ("Viveiros do Falcão")	Oeiras	51,79%	Prestação de serviços no campo da agricultura, arboricultura e jardinagem
- Focus Facilities Management, Ltd. ("Focus Facilities")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- Focus (HK) Facilities Mgmt Co, Ltd. ("Focus HK") (b)	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- FM 2000 - Organização e Gestão Serviços, Manutenção, Lda. ("FM 2000")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- Y & T - Serviços de Engenharia e Manutenção, Lda. ("Y & T")	Macau	39,02%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- CEI – Companhia de Engenharia e Investimento – Tratamento de Água, Lda. ("CEI-Tratamento de Água")	Macau	30,60%	Ambiente
- YTS – Engenharia de Sistemas, Lda ("YTS")	Macau	23,41%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas

	<u>Sede</u>	<u>Percentagem efectiva de participação</u>	<u>Actividade</u>
- Águas da Carrazeda, S.A. ("Águas de Carrazeda")	Carrazeda de Anciães	75%	Ambiente

No âmbito da SOMAGUE Concessões:

- Braest Participações, Lda. ("Braest")	Brasil	100%	Detenção de participações em concessões
- Somest Investimentos, Participações e Projectos, Lda. ("Somest")	Brasil	100%	Detenção de participações em concessões

No âmbito da SOMAGUE PMG:

- Big-Plan Empreendimentos Imobiliários, Lda. ("Big-Plan")	Oeiras	100%	Actividade imobiliária
--	--------	------	------------------------

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do nº 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Os investimentos financeiros em empresas excluídas da consolidação, registados na rubrica de partes de capital em empresas associadas (Nota 50) ao menor do custo de aquisição ou de realização, suas respectivas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2002, são os seguintes:

<u>Empresa</u>	<u>Sede</u>	<u>Percentagem efectiva de participação</u>	<u>Actividade</u>
Sogel – Sociedade Geral de Empreitadas, Lda. ("Sogel") (a)	Moçambique	100%	Construção
Habitar – Sociedade de Construção, Lda. ("Habitar") (a)	Angola	100%	Construção
PEVR – Parques de Estacionamento de Vila Real, S.A. ("PEVR") (b)	Oeiras	79,99%	Construção e exploração de parques
G.H.P. – General Hydro Portugal, Ltd. ("GHP") (c)	França	49,98%	Ambiente
Engigás - Cabo Verde ("Engigás - Cabo Verde") (c)	Cabo Verde	39,60%	Ambiente
Logibras ("Logibras") (c)	Brasil	19,80%	Ambiente
Edimecânica – Engenharia Mecânica e Carros Clássicos dos Açores, Lda. ("Edimecânica") (c)	Ponta Delgada	100%	Comercialização de automóveis
Ambigal – Engenharia de Infra-estruturas Ambientais, S.A. ("Ambigal") (d)	Lisboa	49,75%	Ambiente
Águas de Alenquer, S.A. ("Águas de Alenquer") (e)	Alenquer	40,00%	Ambiente
Ecosado – Tratamento de Efluentes, ACE ("Ecosado") (e)	Setúbal	50,00%	Ambiente

Estas empresas não foram consolidadas ao abrigo do disposto no Artigo 4º das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-lei nº 238/91, de 2 de Julho.

- (a) Estas empresas não foram consolidadas dado estarem localizadas em países onde actualmente existem restrições à movimentação de fundos. O trespasso decorrente da sua compra está a ser amortizado em vinte anos, sendo as suas perdas registadas em provisões.
- (b) Esta empresa não foi consolidada, uma vez que se encontram em curso negociações com a finalidade de venda num futuro próximo.
- (c) Estas empresas não foram consolidadas dado serem imateriais, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo.
- (d) Esta empresa encontra-se desactivada.
- (e) Estas empresas não foram consolidadas, dado ainda não se encontrarem em actividade.

3. EMPRESAS REGISTADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas associadas que foram registadas pelo método da equivalência patrimonial, são como segue:

<u>Empresa</u>	<u>Sede</u>	<u>Percentagem efectiva de participação</u>	<u>Actividade</u>
Tecnasol – FGE, Fundações e Geotecnica, S.A. (“Tecnasol”)	Amadora	50%	Fundações e geotecnia
Engigás, Manutenção Industrial e Tecnologias do Gás, S.A. (“Engigás”)	Vila Franca de Xira	40%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
Finerge – Gestão de Projectos Energéticos, S.A. (“Finerge”)	Lisboa	49,99%	Energia
LRTM – Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda. (“LRTM”)	Macedo de Cavaleiros	50%	Ambiente
CEI – Companhia Etar das Ilhas e Taipa, Lda. (“CEI”)	Macau	15,3%	Exploração de ETAR
Hidro 4 – Consultores de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente, Lda. (“Hidro 4”)	Algés	70%	Ambiente
Sanambi – Engenharia e Desenvolvimento, Lda. (“Sanambi”)	Moçambique	59,5%	Ambiente
AIA - Consultores para Estudos e Auditorias de Impacto Ambiental, Lda. (“AIA”)	Algés	70%	Ambiente
HSE – Empreendimentos Imobiliários, Lda. (“HSE”)	Lisboa	27,5%	Imobiliária
Etarlima – Tratamento de Efluentes, ACE (“Etarlima”) (a)	Viana do Castelo	50%	Ambiente
Ambiporto – Tratamento de Efluentes, ACE (“Ambiporto”) (a)	Porto	50%	Ambiente
Águas do Sado – Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Setúbal, S.A. (“Águas do Sado”)	Setúbal	40%	Ambiente
Tratave – Tratamento de Águas Residuais do Ave, S.A. (“Tratave”)	Cerzedelo	40%	Ambiente

Águas da Figueira, S.A. ("Águas da Figueira")	Figueira da Foz	40%	Ambiente
Águas da Costa de Cascais, S.A. ("Águas de Cascais")	Cascais	30,5%	Ambiente
Águas de Mandaguahy, S.A. ("Águas de Mandaguahy")	Brasil	39,88%	Ambiente
Sanear – Saneamento de Araçatuba, S.A. ("Sanear")	Brasil	53,97%	Ambiente
Triângulo do Sol – Auto - Estradas, S.A. ("Triângulo do Sol")	Brasil	40%	Concessionária auto-estradas
Lusoponte, S.A. ("Lusoponte")	Montijo	17,12%	Exploração rodoviária das pontes Vasco da Gama e 25 de Abril
Ecobarcelos – Tratamento de Efluentes, ACE ("Ecobarcelos") (a)	Barcelos	50%	Ambiente
Maguetecno – Comércio e Serviços, Lda. ("Maguetecno")	Funchal	100%	Comércio internacional
Engibrás – Comercial Lda. ("Engibrás")	Brasil	39,6%	Construção
Águas de Gondomar, S.A. ("Águas de Gondomar")	Gondomar	42,5%	Ambiente
GSU/Açores – Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Lda. ("GSU")	Açores	50% Ambiente	
GSA – Gestão de Sistemas Ambientais, S.A. ("GSA")	Funchal	50%	Ambiente
TEGAEL - Telecomunicações, Gás e S.A. ("TEGAEL")	Coruche	20,4%	Construção, Electricidade, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	Lisboa	10,00%	Consultoria informática
Soconstroi – Engenharia, Lda. ("Soconstroi Engenharia")	Oeiras	100,00%	Imobiliária
Espaço Portimão – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Espaço Portimão")	Lisboa	33,33%	Imobiliária
1.10 – Construção Empreendimentos, S.A. ("1.10 – Construção Empreendimentos")	Lisboa	33,20%	Imobiliária
Aplicação Urbana II – Investimento Imobiliário, S.A. ("Aplicação Urbana")	Santa Maria da Feira	25,0%	Imobiliária
Alcântara Rio, S.A. ("Alcântara Rio")	Lisboa	15,00%	Imobiliária
Sanesalto – Saneamento, Lda.	Brasil	59,4%	Saneamento de Águas
Archipelag Aviation, Ltd. ("Archipelag Aviation")	Jersey	100%	Transporte aéreo
Cecime – Cimentos, S.A.	Lisboa	20% cimento	Importação e venda de cimento

Os investimentos financeiros detidos nestas empresas foram registados pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no nº 13.6 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

(a) Estes Agrupamentos Complementares de Empresas foram registados pelo método da equivalência patrimonial e não pelo método proporcional conforme indicado na Nota 5, pelo facto do efeito da sua integração ser imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES

O Grupo possui participações em partes de capital num conjunto de empresas que foram excluídas do processo de consolidação, por serem materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da sua situação financeira e dos seus resultados (Nota 50).

5. EMPRESAS REGISTADAS PELO MÉTODO DA INTEGRAÇÃO PROPORCIONAL

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 integram, através da SOMAGUE Engenharia os activos, passivos, proveitos e custos dos Agrupamentos Complementares de Empresas (“ACE”), na proporção em que esta participa nas referidas entidades, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas anexas englobam as contas dos ACE em que o Grupo participa, como segue:

	<u>Percentagem de participação</u>
BPC, CBPO, Agroman, SOMAGUE, Profabril, Kaiser e Acer, ACE (“ACE do Metro”)	50,00%
Edifer, Soconstrói, Bento Pedroso Construções, SOMAGUE e Acciona, ACE (“ACE da Gare do Oriente”)	40,00%
Obras Civis L.N. 2.2, ACE (“ACE da Linha do Norte”)	36,10%
Metrodi – Obras na Linha do Campo Grande Odivelas, ACE (“Metrodi”)	35,96%
Resercavado – Soconstrói, Mesquita, Arnaldo Oliveira – Sistemas de Abastecimento de Água, ACE (“Resercavado”)	33,33%
Lismercado - Construções – Bento Pedroso Construções – SOMAGUE - H. Hagen, ACE (“ACE do MARL”)	30,00%
SOMAGUE – BPC – Engil – SPIE, ACE (“ACE da Linha Amarela”)	26,32%
SOMAGUE - Bento Pedroso - Cubiertas – Dragados, ACE (“ACE do Alqueva”)	25,00%
Transmetro – Construção do Metropolitano, ACE (“Transmetro”)	47,50%
SOMAGUE, Edifer, MSF, Zagope, Abrantina, Conduril, Construtora do Lena, Construtora do Tâmega e Novopca – Agrupamento para a Concepção, Projecto e Construção das Auto-Estradas do Oeste – Nova Estrada, ACE (“Nova Estrada ACE”)	15,00%
Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE (“ACE da Nova Ponte”)	13,33%
Construtores das Águas da Linha, ACE (“ACE das Águas da Linha”)	50,00%
Engil, SOMAGUE – Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Madalena, ACE (“ACE ETAR da Madalena”)	33,33%
Edifer - Soconstroi, ACE (“ACE do Banco de Portugal”)	50,00%
Acessibilidade das Antas - Construção e Obras Públicas, ACE (“ACE das Antas”)	25,00%

SOMAGUE – Camilo Sousa Mota, ACE ("ACE Águas de Gondomar")	67,50%
SOMAGUE – Mesquita, Casa da Música, ACE	60,00%
Hidurbe, Prima, ACE	51,00%
Hidurbe, Norma – Açores, ACE	65,00%

A Promoceuta – Empreendimentos Imobiliários, Lda., empresa participada em 55%, foi igualmente consolidada pelo método de integração proporcional, pelo facto da sua gestão ser exercida conjuntamente com o outro sócio.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o número médio de empregados das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), foi o seguinte:

Empresa-mãe	6
SOMAGUE Engenharia e participadas	2.712
SOMAGUE Ambiente e participadas	683
SOMAGUE Serviços e participadas	2
SOMAGUE Concessões e participadas	16
SOMAGUE PMG e participadas	12

	3.431
	=====

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As diferenças de consolidação, decorrentes da aquisição de participações financeiras, estão registadas em capitais próprios ou no activo, na rubrica "Trespasses", consoante a data a que se reportam e a respectiva natureza. Assim, as registadas em capitais próprios correspondem à compensação efectuada entre o custo de aquisição das participações financeiras e a proporção dos capitais próprios das empresas a que aquelas se referem, reportados a 31 de Dezembro de 1993, data das primeiras demonstrações financeiras consolidadas. Incluem-se também nesta rubrica, valores relativos a datas subsequentes aquela e essencialmente derivados de movimentos em capitais próprios de empresas participadas, bem como o efeito de conversão para o Euro de demonstrações financeiras de empresas participadas, originalmente expressas em moeda estrangeira.

O movimento verificado nesta rubrica no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, é como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2001	14.954.559
Aumento do exercício (Nota 59)	12.977.024

	27.931.583
	=====

O aumento no exercício é explicado por variações patrimoniais ocorridas nas empresas participadas, em virtude do registo, pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, dos impostos diferidos e do efeito cambial apurado na conversão para os Euros de demonstrações financeiras das empresas participadas, originalmente expressas em moeda estrangeira.

As diferenças de consolidação registadas em imobilizações incorpóreas, na rubrica "Trespasses", são como segue:

<u>Empresa</u>	<u>Percentagem de participação</u>	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Trespasse</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>
Soconstroi – Sociedade de Construções, S.A. (“Soconstroi”) (a)	100	43.040.029	28.434.539	8.530.362
Hidurbe	100	1.496.394	1.220.159	305.040
Braest	100	12.198.502	756.575	142.737
Triângulo do Sol	40	3.425.910	1.663.904	569.421
Somest	100	521.349	132.828	27.126
Lusoponte	3,29	7.520.111	7.684.609	272.022
Somague Ambiente	100	3.899.303	2.882.533	576.507
Somague Concessões	100	14.095.165	8.412.983	140.216
FM 2000	100	3.322.860	3.220.010	481.446
Engigás	40	1.136.012	674.178	123.599
Viveiros do Falcão	51,79	1.110.708	588.057	228.151
Hidro 4	100	68.270	36.796	27.594
Ediçor	50	4.080.167	1.816.278	635.697
Edimecânica	100	309.255	3.901	2.830
Sogel	100	4.335.646	2.013.512	294.581
Habitar	100	3.207.764	5.681.457	575.199
Promoceuta	55	2.743	12.565	12.565
Maguetecno	100	623.497	2.242.291	173.948
CVC	57,62	1.066.629	65.866	8.234
Big Plan	100	3.990	11.257	6.880
Espaço Portimão	33	6.195	4.084	2.042
Alcantara Rio	15	698.317	448.918	199.519
Aplicação Urbana II	25	137.199	125.521	45.327
Neopol	80	1.042.488	64.643	64.643
Aniser	100	7.362.935	5.868.687	502.190
		<u>74.066.151</u>	<u>13.947.876</u>	

(a) Empresa objecto de fusão por incorporação na SOMAGUE Engenharia, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.

14. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, verificaram-se as seguintes alterações no perímetro de consolidação:

- A Empresa alienou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a participação no capital da Les Cofrages Moderns, S.A. (“LCM”)
- A Empresa adquiriu em 21 de Março de 2002 a totalidade do capital da Aniser, pelo que esta foi consolidada pela primeira vez no exercício de 2002
- A Neopol (empresa participada da Aniser) foi consolidada pela primeira vez no exercício de 2002.

As seguintes empresas participadas foram consolidadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, pelo método integral (as quais até ao exercício de 2001, inclusive encontravam-se registadas pelo método da equivalência patrimonial):

- Focus HK
- FM 2000
- Y & T
- CEI – Tratamento de Água
- YTS
- Águas de Carrazeda

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a percentagem de participação no Agrupamento “Transmetro” passou de 17% para 47,5%.

Nas notas do anexo que evidenciam movimentos nas rubricas do balanço ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi incluída uma coluna denominada “Alteração do perímetro de consolidação”, a qual reflecte naquela data as alterações ocorridas no exercício de 2002 no perímetro de consolidação.

15. CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas englobadas na consolidação foram consistentes entre si e são os descritos na Nota 23.

17. AMORTIZAÇÃO DOS TRESPASSES

Conforme indicado na Nota 10, a Empresa registou na rubrica de trespasses os valores relativos às diferenças na aquisição de partes de capital em várias empresas, os quais, na generalidade, estão a ser amortizados num período de vinte anos, correspondente ao período estimado de recuperação dos investimentos realizados.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os critérios de contabilização utilizados na valorização das participações financeiras em empresas associadas são os descritos na Nota 23.d).

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2002, estavam vigentes contratos de factoring sem direito de regresso, celebrados por algumas empresas englobadas na consolidação, ao abrigo dos quais foram cedidos créditos, de 12.058.469 Euros, registados como uma diminuição das contas a receber. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade dessas empresas restringe-se, essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das facturas objecto de factoring. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2002 existiam responsabilidades por letras descontadas e ainda não vencidas de 12.346.354 Euros.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro 2002, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado garantias bancárias a terceiros, de 354.907.559 Euros. Estas garantias bancárias foram prestadas, essencialmente, para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), a partir dos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2001 a Empresa passou a adoptar o Euro como moeda suporte às suas operações e registos contabilísticos.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas participadas referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração de resultados na rubrica de "Interesses minoritários".

A consolidação das entidades referidas na Nota 5 efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, custos e proveitos destas entidades, na proporção em que a Empresa nelas participa, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente despesas de instalação, de aumentos de capital, despesas de investigação e de desenvolvimento e trespasses (diferenças apuradas em compras de participações financeiras – Notas 10 e 17). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e cinco anos, enquanto que a generalidade dos trespasses são amortizados durante um período de vinte anos (Notas 17 e 23 d)).

b) Imobilizações corpóreas

Na generalidade das empresas incluídas na consolidação, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao valor de aquisição reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após a data a que se reportam as reavaliações efectuadas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	8 - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	3 - 6
Equipamento administrativo	3 - 20
Outras imobilizações corpóreas	6

c) Lotação financeira

Os activos immobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no immobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração dos resultados do período contabilístico a que respeitam (Nota 47).

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição, ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. Estas diferenças são registadas na rubrica "Trespasses" (Notas 10 e 17). De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas do exercício e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica "Diferenças de consolidação". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros em empresas associadas e participadas (Notas 4 e 50) encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas encontram-se registados ao valor nominal, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

f) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos às obras em curso

Para o reconhecimento dos proveitos e custos das obras em curso foi utilizado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada período os proveitos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas de "Acréscimos de proveitos" ou "Proveitos diferidos", consoante a natureza da diferença (Notas 54 e 65).

Adicionalmente, uma parte dos proveitos das obras é diferida, com a finalidade de fazer face a custos estimados a incorrer durante o período de garantia das mesmas (Nota 65).

O reconhecimento das vendas de empreendimentos imobiliários é efectuado no momento em que legalmente ocorre a transferência de propriedade (escritura de venda), ou excepcionalmente, quando a posse ou riscos inerentes ao imóvel são transmitidos ao promitente comprador e se considera que a venda é irreversível.

g) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

h) Operações de factoring

As contas a receber cedidas em "factoring" estão evidenciadas ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas empresas de "factoring" são registados no activo como uma diminuição à rubrica de clientes e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber, à medida que se efectua a cobrança dos valores em dívida.

i) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas 54, 55, 64 e 65).

j) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a grandes reparações de equipamentos efectuadas pelas próprias empresas e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

l) Saldos, transacções e investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euro utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2002.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para o Euro de demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica "Diferenças de consolidação". A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio: (i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos; (ii) taxa de câmbio média do período contabilístico para converter as rubricas da demonstração dos resultados; e (iii) taxas de câmbio históricas para converter as restantes rubricas de capital próprio.

m) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto							Saldo final
	Saldo inicial	Alterações de perímetro (Nota 14)	Aumentos	Alienações	Equivalência patrimonial	Transferências e abates	Efeito cambial	
Imobilizações incorpóreas:								
Despesas de instalação	14.800.350	211.682	549.246	-	-	134.366	(2.078)	15.693.566
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.048.472	151.159	252.714	-	-	(134.365)	(33.126)	1.284.854
Propriedade industrial e outros direitos	32.172	-	-	-	-	-	-	32.172
Trespasses	49.347.370	64.644	21.867.520	(1.515.689)	-	6.566.533	(2.264.227)	74.066.151
Imobilizações em curso	26.524	(26.524)	-	-	-	-	-	-
	65.254.888	400.961	22.669.480	(1.515.689)	-	6.566.533	(2.299.431)	91.076.743
Imobilizações corpóreas:								
Terrenos e recursos naturais	4.861.735	4.211.689	34.022	-	-	-	(22.722)	9.084.724
Edifícios e outras construções	16.617.079	1.306.188	992.030	(631.739)	-	(144.785)	(97.624)	18.041.149
Equipamento básico	98.975.470	7.851.080	12.935.530	(7.044.524)	-	(865.409)	(514.313)	111.337.834
Equipamento de transporte	25.483.803	289.770	2.188.843	(2.372.036)	-	(697)	(161.394)	25.428.289
Ferramentas e utensílios	3.061.529	288.595	549.052	(216.492)	-	(184.756)	(29.541)	3.468.387
Equipamento administrativo	13.745.704	782.432	974.130	(878.847)	-	103.881	(220.788)	14.506.512
Outras imobilizações corpóreas	273.034	134.988	599.601	(1.494)	-	(98.312)	(1.150)	906.667
Imobilizações em curso	3.924.934	545.673	13.200.419	-	-	(2.611.759)	(5.149)	15.054.118
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	108.831	-	-	-	-	108.831
	166.943.288	15.410.415	31.582.456	(11.145.132)	-	(3.801.837)	(1.052.681)	197.936.511
Investimentos financeiros:								
Partes de capital em empresas associadas	27.771.004	(756.459)	8.421.630	-	(7.621.071)	(3.745.506)	-	24.069.598
Empréstimos a empresas associadas	18.865.441	2.645.673	9.524.719	(897.836)	-	(1.298.087)	-	28.839.910
Títulos e outras aplicações financeiras	21.706.873	-	362.641	-	(272.707)	(3.168.431)	(2.114.410)	16.513.966
Outros empréstimos concedidos	22.165.661	99.260	3.467.123	-	-	(1.207.042)	(25.565)	24.499.437
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	-	-	3.756.744	-	-	-	-	3.756.744
	90.508.979	1.988.474	25.532.857	(897.836)	(7.893.778)	(9.419.066)	(2.139.975)	97.679.655
Amortizações acumuladas e provisões								
Rubricas	Saldo inicial	Alterações de perímetro (Nota 14)	Reforço	Alienações	Transferências e abates	Efeito cambial		Saldo final
Imobilizações incorpóreas:								
Despesas de instalação	11.270.213	108.851	2.085.055	-	142.278	(2.073)	-	13.604.324
Despesas de investigação e de desenvolvimento	801.806	125.493	151.786	-	(105.309)	(30.163)	-	943.613
Propriedade intelectual e outros direitos	32.172	-	-	-	-	-	-	32.172
Trespasses	10.399.813	51.715	4.235.043	(32.257)	(277.049)	(429.389)	-	13.947.876
	22.504.004	286.059	6.471.884	(32.257)	(240.080)	(461.625)	-	28.527.985
Imobilizações corpóreas:								
Edifícios e outras construções	5.821.862	440.162	930.387	(580.038)	(124.292)	(10.407)	-	6.477.674
Equipamento básico	66.728.033	2.543.665	10.488.733	(5.983.129)	(2.532.511)	(319.819)	-	70.924.972
Equipamento de transporte	18.631.729	302.099	2.355.506	(2.124.621)	(203.337)	(104.887)	-	18.856.489
Ferramentas e utensílios	2.396.472	168.326	407.807	(215.714)	(41.240)	(17.531)	-	2.698.120
Equipamento administrativo	10.166.394	545.097	1.412.486	(792.527)	(4.106)	(187.729)	-	11.139.615
Outras imobilizações corpóreas	169.724	87.746	109.833	(1.431)	(89.563)	(2.015)	-	274.294
	103.914.214	4.087.095	15.704.752	(9.697.460)	(2.995.049)	(642.388)	-	110.371.164
Investimentos financeiros:								
Partes de capital em empresas associadas	77.463	-	-	-	-	-	-	77.463
Empréstimos a empresas associadas	-	-	-	-	-	1.666	1.666	
Títulos e outras aplicações financeiras	224.376	-	-	-	-	1.303	225.679	
Outros empréstimos concedidos	671.567	93.275	-	-	-	1	764.843	
	973.406	93.275	-	-	-	2.970	1.069.651	

O aumento ocorrido na rubrica de "Trespasses" no exercício de 2002 corresponde às diferenças de compra apuradas na aquisição de participações de capital nas seguintes entidades (Nota 10):

SOMAGUE Concessões	8.412.983
Aniser	5.868.687
FM 2000	3.220.010
Habitar	2.324.490
Maguetecno	1.989.200
Sogel	52.150

	21.867.520
	=====

A diminuição ocorrida durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 na rubrica de "Trespasses" corresponde às diferenças de consolidação apuradas na alienação da participação financeira detida na LCM, com o registo de uma menos valia de 1.060.887 Euros (Nota 44).

As transferências ocorridas na rubrica "Trespasses" de 6.566.533 Euros correspondem às diferenças de compra originadas no exercício de 2002, tal como segue:

Diferença de compra positiva originada na compra de 3,23% do capital da Lusoponte	7.684.609
Diferença de compra negativa originada na compra de 7% do capital da Triângulo do Sol	(1.118.076)

	6.566.533
	=====

A diferença de compra negativa originada na compra do Triângulo do Sol foi registada em trespasses como uma dedução ao trespasso original e registado na compra inicial, de 33% do capital desta participada.

Em 31 de Dezembro de 2002, os aumentos ocorridos nas rubricas de "Investimentos financeiros", detalham-se como segue:

Partes de capital em empresas associadas:

Lusoponte	7.520.010
Triângulo do Sol	607.015
Cecime	249.400
Sanesalto	20.205
GSU	25.000

	8.421.630
	=====

Empréstimos a empresas associadas:

Sogel	4.323.609
Águas de Gondomar	1.420.327
Águas de Cascais	1.388.976
Finerge	1.291.807
Tecnasol	380.000
Águas da Figueira	720.000

	9.524.719
	=====

Títulos e outras aplicações financeiras:

Vialitoral	261.000
Vianorte	101.497
Oesterota	144

	362.641
	=====

Outros empréstimos concedidos:

Lusoponte	1.608.868
Auto – Estradas do Atlântico, S.A.	1.273.066
Oesterota - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.	289.000
Vianorte	296.189

	3.467.123
	=====

Adiantamentos por conta de investimentos financeiros:

Auto-Estradas do Atlântico	3.756.744
	=====

As transferências ocorridas na rubrica "Partes de capital em empresas associadas" detalham-se como segue:

Trespasso da Lusoponte	(7.684.609)
Trespasso da Triângulo do Sol	1.118.076
Trespasso da Maguetecno	(369.801)
Transferência na Finerge para "Empréstimos a empresas associadas"	(261.869)
Transferência na Engibrás para "Títulos e outras aplicações financeiras"	(4.803)
Transferência na Lusoponte	3.457.500

	(3.745.506)
	=====

A transferência referente ao saldo com a Lusoponte foi efectuada a rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras" e da rubrica "Outros empréstimos concedidos" nos montantes de 3.173.234 Euros e de 284.266 Euros.

As transferências ocorridas na rubrica “Empréstimos a empresas associadas” detalham-se como segue:

Trespasse da Habitar	(2.482.732)
Jardins de Braço de Prata de “Outros empréstimos concedidos”	(922.776)
Transferência da Finerge	(261.869)

	(1.298.087)
	=====

As transferências registadas na rubrica “Outros empréstimos concedidos” resultam de transferências para “Partes de capital em empresas associadas” da Lusoponte, no montante de 284.266 Euros e para “Empréstimos a empresas associadas” dos Jardins de Braço de Prata no montante de 922.776 Euros.

Em 27 de Dezembro de 2002 a Empresa celebrou um contrato promessa de compra e venda, relativo à aquisição de 11% do capital da Auto-Estradas do Atlântico, a que acresce a parte proporcional dos créditos detidos sobre a concessionária, atingindo a transacção um valor global de 22.971.065 Euros. A concretização desta operação encontra-se sujeita à aprovação do concedente e dos bancos financiadores da concessão.

A diminuição ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 na rubrica “Empréstimos a empresas associadas” de 897.836 Euros refere-se ao reembolso do empréstimo concedido à Jardins Braço de Prata.

A coluna de “Efeito cambial” inclui, essencialmente, os efeitos da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro ocorrida durante o exercício de 2002.

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas associadas tem o seguinte impacto:

Rubricas	Ganhos em empresas associadas (Nota 44)	Perdas em empresas associadas (Nota 44)	Diferenças de consolidação (Nota 59)	Provisão para riscos e encargos (Nota 46)	Investimentos financeiros
Partes de capital em empresas associadas:					
Tecnasol	592.781	-	(216.785)	-	375.996
Soconstrói Engenharia	-	(1.176)	-	-	(1.176)
LCM	-	(528.164)	42.468	485.696	-
HSE	-	(551)	-	551	-
1.10 - Construções e Empreendimentos	-	(5.796)	225	-	(5.571)
Espaço Portimão	-	(1.374)	181	-	(1.193)
Aplicação Urbana II	-	(17.930)	-	6.251	(11.679)
Maguetecno	-	(30.477)	-	30.477	-
Cecime	-	(53.278)	(4.040)	-	(57.318)
Ferporpor	-	(240)	-	-	(240)
Triangulo do Sol	1.153.014	-	(6.583.519)	-	(5.430.505)
Lusoponte	614.243	-	(2.495.998)	-	(1.881.755)
CEI	-	(181.753)	(183.331)	-	(365.084)
Sanear	61.008	-	(1.127.833)	-	(1.066.825)
Finerge	345.304	-	117.169	-	462.473
Sanambi	-	(116.556)	(3.097)	116.067	(3.586)
LRTM	2.071	-	(2.319)	-	(248)
Tratave	-	(68.968)	-	-	(68.968)
Águas da Figueira	3.812	-	33.539	-	37.351
Águas de Cascais	-	(493.195)	99.789	41.352	(352.054)
Ambiponto	585	-	-	-	585
Águas de Gondomar	441.210	-	-	-	441.210
Engigás	410.485	(2.508)	(127.757)	-	280.220
Hidro 4	-	(331)	48.979	(5.313)	43.335
Sanesalto	-	(8.238)	-	-	(8.238)
Etarlima	3.906	-	-	(3.826)	80
Águas de Mandaguahy	-	(293.542)	491.853	(198.311)	-
Águas do Sado	-	(339.624)	(28.614)	368.238	-
Ecobarcelos	-	(18.996)	-	18.996	-
GSU	-	(39.640)	-	14.640	(25.000)
GSA	17.861	(742)	-	-	17.119
	3.646.280	(2.203.079)	(9.939.090)	874.818	(7.621.071)
Títulos e outras aplicações financeiras:					
ACE Banco de Portugal	-	(7.242)	-	7.242	-
Archipelag Aviation	-	(158.577)	-	-	(158.577)
Vortal	-	(159.220)	45.090	-	(114.130)
	-	(325.039)	45.090	7.242	(272.707)
	3.646.280	(2.528.118)	(9.894.000)	882.060	(7.893.778)

As diferenças de consolidação resultam de variações ocorridas nos capitais próprios das empresas associadas, registadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10).

34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Conforme referido na Nota 60, em 31 de Dezembro de 2002 existem financiamentos concedidos pelo Instituto Nacional de Habitação, os quais se encontram garantidos por hipoteca de terrenos de valor equivalente aos capitais mutuados.

Em 31 Dezembro de 2002, as acções detidas na Lusoponte encontram-se penhoradas em benefício dos bancos financiadores e do Banco Europeu de Investimento, como garantia dos financiamentos concedidos a essa participada. Adicionalmente, como garantia da sua aquisição, encontram-se penhoradas 1.200.000 acções da SOMAGUE Concessões, em benefício do banco financiador.

No âmbito de um contrato de abertura de crédito estabelecido com uma instituição financeira encontram-se penhoradas as acções detidas na PEVR (Nota 2), correspondentes à totalidade do seu capital, como forma de assegurar os meios financeiros à construção de dois parques públicos de estacionamento.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e as prestações de serviços relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, distribuem-se da seguinte forma:

	<u>Percentagem</u>	<u>Montante</u>
Continente	78,23	603.200.754
Madeira	6,93	53.419.725
Açores	8,02	61.828.828
Internacional	6,82	52.605.459
	-----	-----
	771.054.766	=====
	=====	

38. IMPOSTOS DIFERIDOS

As diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 – Imposto sobre o Rendimento.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a taxa de imposto referida, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

O encargo do imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 corresponde essencialmente a:

	<u>Base Fiscal</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de impostos	12.406.989	
Diferenças temporárias	4.811.952	
Diferenças permanentes	2.033.200	

	19.252.141	
Encargo normal de imposto		6.353.206
Tributação autónoma		842.536
Efeito de alteração de taxa		(509.935)
Efeito da consolidação fiscal		83.956

Imposto diferido do ano		6.769.763
Imposto do exercício		(1.587.945)

		5.181.818

As diferenças permanentes, referem-se essencialmente à anulação dos efeitos de: consolidação de empresas com resultado negativo, excesso de estimativa para IRC, método da equivalência patrimonial, amortizações não aceites como custos fiscais, menos valias fiscais na alienação de participações financeiras e benefícios fiscais pela criação líquida de emprego.

Activos por impostos diferidos	Efeitos de exercícios anteriores (Nota 59)	Efeito no exercício	Saldo final
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	1.250.947	(572.607)	678.340
Provisões para investimentos financeiros	295.661	-	295.661
Provisões para outros riscos e encargos	1.990.540	(29.610)	1.960.930
Método do grau de acabamento em obras	(856.395)	1.293.657	437.262
Reporte de prejuízos	96.982	-	96.982
	2.777.735	691.440	3.469.175
Passivos por impostos diferidos	Efeitos de exercícios anteriores (Nota 59)	Efeito no exercício	Saldo final
Contratos de locação financeira	43.760	(11.659)	32.101
Reavaliação do imobilizado	213.415	(7.251)	206.164
Mais valias não tributadas por reinvestimento	2.097.853	(78.167)	2.019.686
Método do grau de acabamento em obras do ACE	1.549.032	(799.428)	749.604
	3.904.060	(896.505)	3.007.555

O imposto diferido activo relativo ao “Método do grau de acabamento em obras” resulta do facto de se ter considerado como proveitos fiscais as revisões de preços na sua totalidade.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 ascenderam a 765.595 Euros.

41. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

As empresas englobadas na consolidação procederam em anos anteriores à reavaliação de imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro;
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro.

44. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Custos e perdas:		
Perdas em empresas associadas (Nota 27)	2.528.118	2.128.122
Juros suportados	14.316.760	12.759.623
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.042.773	3.094.868
Provisões para aplicações financeiras (Nota 46) (a)	1.345.627	525.782
Outros custos e perdas financeiros (b)	5.272.224	4.150.343
	-----	-----
	27.505.502	22.658.738
Resultados financeiros	(10.892.983)	(6.840.150)
	-----	-----
	16.612.519	15.818.588
	=====	=====

Proveitos e ganhos:

Ganhos em empresas associadas (Nota 27)	3.646.280	3.778.798
Juros obtidos	7.697.680	5.039.723
Rendimentos de imóveis	1.269.033	1.076.842
Diferenças de câmbio favoráveis	1.523.024	2.901.317
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.511.773	1.773.313
Outros proveitos e ganhos financeiros	964.729	1.248.595
	-----	-----
	16.612.519	15.818.588
	=====	=====

- (a) As provisões para aplicações financeiras constituídas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, referem-se à Sogel.
- (b) Esta rubrica, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, tem a seguinte composição:

Garantias bancárias e seguros de crédito	1.846.283
Juros e encargos com contratos de locação financeira	619.789
Serviços bancários	294.472
Despesas com papel comercial	367.161
Comissões de factoring	494.627
Outros	1.649.892

	5.272.224
	=====

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	666.570	310.370
Perdas em imobilizações	2.195.254	1.262.122
Multas e penalidades	115.871	110.738
Perdas em existências	102.695	1.428
Aumentos de amortizações	-	23.676
Aumentos de provisões (Nota 46)	23.965	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.215.475	1.205.685
Outros custos e perdas extraordinários	569.252	1.455.941
	-----	-----
	5.889.082	4.369.960
Resultados extraordinários	1.460.138	2.290.296
	-----	-----
	7.349.220	6.660.256
	=====	=====

Proveitos e ganhos:

Restituição de impostos	9.631	24.778
Benefícios e penalidades contratuais	1.151	3.492
Ganhos em imobilizações	254.756	3.099.472
Ganhos em existências	7.671	2.368
Redução de provisões (Nota 46)	1.968.842	2.299.230
Excesso de estimativa de imposto	1.873.972	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	1.527.550	295.297
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.705.647	935.619
	-----	-----
	7.349.220	6.660.256
	=====	=====

A rubrica "Perdas em imobilizações" inclui 1.060.887 Euros, correspondentes à perda na alienação da participação na LCM (Nota 27).

As rubricas "Correcções relativas a exercícios anteriores" correspondem, essencialmente, a correcções de facturação emitida em períodos anteriores e ajustada, no exercício de 2002, em resultado de um processo judicial.

A rubrica “Excesso de estimativa de imposto” resultou, essencialmente, das diferenças entre os resultados estimados dos ACEs participados, considerados na determinação da estimativa de imposto do exercício anterior, e os resultados fiscais efectivamente apurados pelos mesmos, apropriados ao abrigo do regime de transparência fiscal.

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Alteração perímetro (Nota 14)	Aumentos	Reduções (Nota 45)	Utilização	Efeito cambial	Saldo final
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	12.256.850	27.101	766.013	(27.102)	(6.471)	(5.634)	13.010.757
Provisão para investimentos financeiros	973.406	93.275	-	-	2.970	-	1.069.651
Provisões para perdas estimadas em existências	91.094	(91.094)	8.451	-	-	-	8.451
Provisões para riscos e encargos:							-
Provisão para pensões	155.755	-	-	-	-	-	155.755
Provisão para impostos	30.798	-	-	(20.798)	-	-	10.000
Provisão para processos judiciais em curso	1.269.647	-	-	(595.666)	-	-	673.981
Provisão para outros riscos	7.941.090	1.369.890	3.871.053	(3.608.565)	-	(35.539)	9.537.929
	22.718.640	1.399.172	4.645.517	(4.252.131)	(3.501)	(41.173)	24.466.524

A redução na rubrica de “Provisões para processos judiciais em curso” resulta da conclusão de um processo judicial, cujo desfecho foi favorável à Empresa.

A redução na rubrica de “Provisões para outros riscos” refere-se, essencialmente, à diminuição da estimativa de perdas em obras em curso.

O aumento ocorrido nas provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, é como segue:

Maguetecno	1.619.399
Provisões para aplicações financeiras (Nota 44)	1.345.627
Equivalência patrimonial (Nota 27)	882.060
Outros reforços do exercício	798.431

	4.645.517
	=====

O aumento relativo à Maguetecno resulta da aquisição de 50% do capital desta empresa participada, passando a Empresa a deter a totalidade do seu capital, a qual à data da compra tinha capital próprio negativo.

O aumento de 1.345.627 Euros corresponde às perdas registadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 pelas empresas participadas localizadas em países africanos.

A redução ocorrida nas provisões no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, é como segue:

Aumento de capital em participadas com capital próprio negativo:	
Águas do Sado	2.406
MPS	184.968
Águas de Mandaguahy	75.432
Habitar	158.347
Alienação da LCM (Nota 27)	1.862.136
Reduções (Nota 45)	1.968.842

	4.252.131
	=====

A provisão para outros riscos engloba a participação do grupo nos capitais próprios negativos de empresas associadas, registadas pelo método da equivalência patrimonial, e compõe-se como segue:

Empresas participadas com capitais próprios negativos:

Sogel	3.111.649
Habitar	1.931.576
Maguetecno	1.649.876
Banco de Portugal (ACE)	957.177
Águas do Sado	786.274
Águas de Mandaguahy	432.126
Sanambi	116.067
Águas da Costa de Cascais	41.352
Outros riscos	511.228

	9.537.929
	=====

A provisão para outros riscos foi constituída essencialmente para fazer face a perdas estimadas em obras.

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Conforme indicado na Nota 23.c), os activos immobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, são registados pelo método financeiro. Em 31 de Dezembro de 2002, está registado em immobilizado corpóreo um montante de 43.760.712 Euros relativo ao valor de aquisição destes bens e na rubrica “Fornecedores de immobilizado, conta corrente” o montante de 32.823.598 Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais 17.971.094 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Em 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades das empresas do Grupo, como locatárias, relativas à parcela de capital das rendas vincendas em contratos de locação financeira vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

2003	14.852.504

2004	3.634.644
2005	2.230.280
2006	1.910.422
2007	1.935.717
2008	1.890.647
2009	1.934.740
2010	2.028.364
2011	2.126.519
2012	279.761

	17.971.094

	32.823.598
	=====

49. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em termos operacionais o Grupo encontra-se organizado em quatro segmentos principais: construção, imobiliária, concessões e ambiente.

Segmento da construção: inclui a execução de obras públicas e privadas;

Segmento imobiliário: inclui a montagem de operações e o acompanhamento de negócios de projectos imobiliários de habitação social e ainda a compra e venda de imóveis;

Segmento das concessões: tem por objecto o desenvolvimento de projectos de concessões podendo envolver a respectiva exploração, concepção, financiamento, construção e prestação de serviços de consultoria no âmbito desses projectos;

Segmento do ambiente: inclui a prestação de serviços de consultoria em projectos de sistemas de salubridade, concepção, construção e operação de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos e na exploração de infra-estruturas de tratamento e distribuição de água.

Em 31 de Dezembro de 2002, a principal informação relativa a cada um destes segmentos é a seguinte:

	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Eliminações	Consolidado
Réditos:							
Vendas externas	712.254.123	26.263.292	35.409.945	4.637.383	(83.187)	-	778.481.556
Vendas inter-segmentais	23.111.021	903.822	5.747	6.346	2.094.951	(26.121.887)	-
Réditos totais	735.365.144	27.167.114	35.415.692	4.643.729	2.011.764	(26.121.887)	778.481.556
Resultados segmentais	20.051.465	2.935.783	2.649.413	(780.797)	(519.756)	705.608	21.352.440
Gastos de juros	(15.612.225)	(2.468.723)	(1.237.981)	(3.093.139)	(2.725.662)	1.504.531	(23.633.199)
Proveitos de juros	10.836.527	682.698	232.905	1.767.077	1.657.171	(2.210.139)	12.966.239
Parte de lucro líquidos em associadas	(1.688.051)	(27.377)	(277.852)	1.767.257	-	-	(226.023)
Impostos sobre lucros	(3.922.287)	(307.510)	(796.029)	(129.331)	(26.661)	-	(5.181.818)
Resultados de actividades ordinárias	269.286	267	326.722	544.291	319.572	-	5.277.639
Resultados extraordinárias						-	1.460.138
Interesses minoritários	(698.123)	-	210.729	-	-	-	(487.394)
Resultado líquido						-	7.225.171
Outras informações:							
Activos do segmento	712.358.723	58.553.281	47.008.044	51.052.841	88.591.651	(72.890.145)	884.674.395
Investimento em associadas	8.029.060	15.311	6.280.211	9.625.525	42.028	-	23.992.135
Activos totais consolidados	720.387.783	58.568.592	53.288.255	60.678.366	88.633.679	(72.890.145)	908.666.530
Passivos do segmento	618.220.510	49.278.049	47.541.562	37.877.026	81.717.205	(72.890.145)	761.744.207
Passivos totais consolidados						-	761.744.207
Dispêndios de capital fixo (aquisições)	29.186.805	7.110	796.756	63.361	2.228	-	30.056.260
Amortizações de imobilizações corpóreas e incorpóreas	17.151.312	208.811	1.518.557	461.005	2.836.951	-	22.176.636

Em 31 de Dezembro de 2002, os réditos de vendas, os activos líquidos totais e os investimentos totais repartidos por mercados geográficos são como segue:

	Réditos de vendas	Activos, líquidos totais	Investimentos totais
Portugal	727.814.429	846.878.034	27.700.653
Brasil	9.464.568	20.305.062	410.597
Macau	14.858.247	10.687.065	487.528
Marrocos	4.373.334	5.441.514	35.914
Cabo Verde	11.374.258	13.715.318	314.310
Moçambique	776.509	-	-
Angola	9.820.211	11.639.537	1.107.258
	778.481.556	908.666.530	30.056.260

50. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2002, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2002	Percentagem de participação	Valor de compra	Valor de balanço
Partes de capital em empresas associadas:				
Finerge	1.684.603	49,99%	416.446	842.301 a)
Engigás	3.975.589	40%	758.173	1.590.236 a)
Ambigal	(104.428)	49,75%	99.760	66.533 b)
LRTM	269.319	50%	37.410	134.659 a)
Águas do Sado	(1.965.685)	40%	1.795.672	- a)
Tratave	343.506	40%	249.399	137.403 a)
Águas da Figueira	1.230.839	40%	599.994	492.336 a)
Águas de Cascais	(1.325.582)	30,50%	1.630.396	- a)
CEI	47.647	50%	272.938	23.824 a)
Águas de Gondomar	3.508.873	42,50%	1.062.499	1.491.270 a)
Águas de Mandaguahy	(1.080.316)	40%	-	- a)
Sanambi	(136.549)	85%	20.331	- a)
Sanear	2.711.599	54,13%	-	1.467.843 a)
Hidro 4	43.335	100%	68.275	43.335 a)
GSA - Gestão de Sistemas Ambientais	84.236	50%	25.000	42.118 b)
Sanesalto	19.946	60%	75.000	11.968 a)
Etarlima	7.812	50%	-	80 a)
Ambiporto	1.169	50%	-	2.830 a)
Triângulo do Sol	20.535.949	40%	3.425.610	8.214.380 a) e c)
Lusoponte, S.A.	43.159.734	17,12%	10.977.510	1.411.146 a) e d)
Tecnasol	12.197.974	50%	2.200.537	3.730.031 a)
Sogel	4.076.324	100%	6.530.477	3.339.712 b)
Habitar	(1.708.726)	100%	6.507.226	- b)
G.H.P.	n.d.	49,98%	468.427	468.427 b)
Edimecânica	n.d.	100%	309.255	293.228 a)
Soconstroi - Engenharia	2.840	100%	9.996	2.840 a)
Cecime	960.412	20%	249.400	192.082 b)
PEVR	(272.189)	80%	42.028	42.028 b)
Somaguinter, Lda	n.d.	50%	-	10.930 b)
HSE	(2.969)	27,5%	-	- a)
Espaço Portimão	705	33,33%	-	235 a)
1.10 - Construções e Empreendimentos	41.134	33,2%	-	13.656 a)
Aplicação Urbana II	(25.002)	25%	-	- a)
Maguetecno	(1.649.876)	100%	623.497	- b)
Ferropor	8.320	50%	4.400	4.167 a)
			<u>4.167 a)</u>	<u>24.069.598</u>
Empréstimos a empresas associadas:				
Águas da Figueira				1.518.078
Águas de Gondomar				1.420.327
Águas do Sado				1.474.048
Finerge				2.170.089
Águas da Costa de Cascais				3.085.263
Falcão Agrícola				1.666
Tecnasol				2.368.956
Sogel				6.786.533
PEVR				776.130
Espaço Portimão				4.389.422
Aplicação Urbana II				4.524.458
Jardins Braço de Prata - Empreendimentos Imobiliários,S.A.				24.940
1.10 - Construções e Empreendimentos				<u>300.000</u>
				<u>28.839.910</u>

	Valor de balanço
Titulos e outras aplicações financeiras:	
Partes de capital em empresas participadas:	
Auto-Estradas do Atlântico, S.A	4.934.767
Oesterota - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.	60.020
Vianorte	2.474.340
Vialitoral	2.061.000
Itaberaba	499.756
Outras	9.089
	<u>10.038.972</u>
Partes de capital em outras empresas:	
Laboratórios de Engenharia Civil	2.493 b)
Engibrás	2.694 a)
Fundação Cultural do Centro	24.940 b)
Sociedade de Empreitadas Somague (Angola)	9.128 b)
Altabeira	57.985 b)
Pirates Alentejanas	64.270 b)
Assicarp - Carpintarias Industriais, Lda.	106.487 b)
Boavista Futebol Clube	110.000 b)
Futebol Clube do Porto	500.000 b)
União de Leiria Futebol Clube	199.519 b)
Archipelag Aviation	681.144 a)
Vortal	259.331 b)
Kinetics	1.000.000 b)
Jardins Braço de Prata - Empreendimentos Imobiliários,S.A.	9.976 b)
Alcântara Rio - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	748.197 b)
Alverca Futebol SAD	24.937 b)
Marítimo - SAD	32.422 b)
Uniténis	23.942 b)
Ambelis	19.952 b)
Imosal	16.327 b)
BCP	10.674 b)
Douro G.P.I	10.390 b)
BTA	8.435 b)
Bomba H	4.988 b)
Outras	<u>175.847 b)</u>
	<u>4.104.077</u>
Outros títulos:	
SOMAGUE Warrants	<u>2.370.917</u>
	<u>16.513.966</u>
Outros empréstimos concedidos:	
Lusoponte	8.372.234
Auto-Estradas do Atlântico	10.578.555
Oesterota	1.737.344
Vialitoral	2.250.000
Vianorte	43.330
Altabeira	12.470
Assiconstrói / Amadeu Gaudêncio	671.568
Bomba H	57.452
Archipelag Aviation	677.223
ACE Ferroiberica	<u>99.261</u>
	<u>24.499.437</u>
Adiantamentos por conta de imobilizações financeiras:	
Auto-Estradas do Atlântico	3.756.744
Total de investimentos financeiros	<u>97.679.655</u>
Provisão para investimentos financeiros	<u>(1.069.651)</u>
Investimentos financeiros líquidos	<u>96.610.004</u>

- (a) Estas empresas encontram-se registadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas Notas 3 e 23.d).
- (b) Empresas registadas ao custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas estimadas quando aplicável.
- (c) Os capitais próprios desta empresa participada incluem prestações suplementares de 34.915.853 Euros.
- (d) Os capitais próprios desta empresa participada incluem prestações suplementares de 4.771.307 Euros.

51. PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo desta rubrica compõe-se como segue:

PMG – Imobiliário	25.440.067
Transmetro	3.000.988
SOMAGUE Ambiente – Projectos em curso	1.286.458
SOMAGUE Serviços – Projectos em curso	96.870
Aniser	410.074

	30.234.457
	=====

52. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	<u>Saldos devedores</u>	<u>Saldos credores</u>
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.237.673	5.521.223
Contribuições para a Segurança Social	-	2.883.206
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	2.640	2.134.981
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	2.163.007	2.647.569
Outros	99.916	234.445
	-----	-----
	6.503.236	13.421.424
	=====	=====

A rubrica de IRC a pagar está líquida de pagamentos por conta bem como de retenções na fonte efectuadas por terceiros.

53. OUTROS DEVEDORES

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Habitar	15.347.236
ACE do Alqueva	3.108.862
Gleba	1.908.477
Bento Pedroso Construções, S.A.	1.873.691
Soconstrói – Engenharia	1.515.908
Sogel	1.296.484
SOMAGUE Engenharia – Sucursal Angola	1.225.963
Etermar	1.127.155
Sachwert Rendite – Fonds Europa GMBH & Co. KG	1.063.437
irmãos Ribeiro	975.415
SOMAGUE – Camilo Sousa Mota, ACE	646.487
Ediçor – Edificadora Açoreana, Lda	476.938
Pavia – Pavimentos e Vias, S.A.	317.591
Pesna – Soc. Construções, Lda.	259.309
A.M.Mesquita & Filhos, Lda	215.108
Tubus Vouga – Construções Metálicas	144.285
Entrepouse Contracting	101.625
ACE do Metro	91.904
Aplicação Urbana II	49.718
Simão Costa	33.250
EMPARQUE	28.948
PROCME	28.948
Engigás	30.942
Sucursais	4.514.867

Outros devedores de participadas e ACE's:

SOMAGUE Engenharia Madeira	1.787.981
ACE "Transmetro"	1.234.383
CVC	1.022.689
ACE do Alqueva	450.036
Ediçor	285.998
Linha Amarela ACE	85.219
Casa da Música, ACE	64.637
Neopul	52.060
SOMAGUE TI	33.598
ACE "Lismercado"	24.487
ACE "Metro"	20.686
Devedores de cobrança duvidosa	3.530.100
Outros	8.450.223
	=====
Provisão para devedores duvidosos	53.424.645
	(3.530.100)
	=====
	49.894.545
	=====

54. ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Trabalhos executados e não facturados:

SOMAGUE Engenharia	30.716.877
Transmetro	10.147.138
Ediçor	16.215.358
SOMAGUE Engenharia Madeira	6.408.477
ACE do Alqueva	6.662.781
Águas de Gondomar	1.328.151
Neopul	608.204
ACE das Antas	470.420
ACE da Novaestrada	473.276
AGS	640.406
Complexos desportivos	256.634
Águas de Carrazeda	243.045
Viveiros do Falcão	140.717
Cesl Ásia	365.295
SOMAGUE TI	70.408
Águas da Linha	65.979
ACE da Gare do Oriente	66.484
MPS	31.000

Projectos imobiliários (Plano Especial de Realojamento):

Lameirinho	3.735.080
Freixieiro	1.379.221
Ribeirinha	2.612.590
Laranjeiras	2.514.640
Casal do Evaristo	415.828

Obras em curso:

Transmetro	28.616.742
Juros a receber	4.450.993
Outros	1.710.361
	=====

120.346.105

=====

A rubrica de "Juros a receber", inclui 1.901.910 Euros e 1.879.816 Euros, relativo a juros de suprimentos a facturar às associadas e juros de mora a facturar a clientes, respectivamente.

55. CUSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos com empreendimentos / projectos imobiliários (a)	2.005.052
Custos com propostas para concursos de adjudicação de obras e de concessões (b)	3.133.318
Seguros	437.568
Juros	596.806
Outros:	
ACE da Transmetro	404.805
CVC	171.641
Ediçor	50.749
Neopul	31.096
SOMAGUE Madeira	24.649
ACE da Acessibilidade das Antas	8.810
SOMAGUE Engenharia	8.327
ACE do Alqueva	2.400
ACE da Linha do Norte	1.357
Outros	824
Outros	343.754

	7.221.156
	=====

- (a) Estes custos respeitam a despesas diversas com empreendimentos/projectos imobiliários, que serão reconhecidos como custo na data da respectiva comercialização.
- (b) Estes montantes respeitam, essencialmente, a custos com propostas ganhas, que estão a ser reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com a percentagem de acabamento das obras, e ainda a custos com propostas relativas a projectos e obras de grande dimensão a que o Grupo está a concorrer e cujo desfecho o Conselho de Administração antecipa vir a ser positivo.

56. MOVIMENTO OCORRIDO NO CAPITAL

Em 26 de Junho de 2002 foram exercidos, pelos respectivos detentores, os 2.500.000 warrants autónomos emitidos em 15 de Dezembro de 2000, a um preço de 7 Euros por acção. Como consequência, o capital foi aumentado em 12.500.000 Euros tendo, adicionalmente, sido registado um prémio de emissão de 5.000.000 Euros.

57. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Empresa era constituído por 26.100.000 acções ao portador, com o valor nominal de cinco Euros cada.

58. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2002 as seguintes entidades eram detentoras de mais de 20% do capital subscrito às seguintes entidades:

Sacyr, S.A.	29,69%
Freman Investments, Ltd.	28,06%

59. MOVIMENTO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 foi o seguinte:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumento/diminuição</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Capital (Nota 56)	118.000.000	12.500.000	-	130.500.000
Prémios de acções (Nota 56)	34.470.047	5.000.000	-	39.470.047
Diferenças de consolidação (Notas 10 e 27)	(14.954.559)	(12.977.024)	-	(27.931.583)
Reservas de reavaliação	2.541.317	-	(2.541.317)	-
Reserva legal	1.750.444	-	450.000	2.200.444
Outras reservas	725.228	3.850	-	729.078
Resultados transitados (Nota 38)	(16.646.335)	(1.126.325)	7.581.916	(10.190.744)
Resultado líquido do exercício	8.618.599	7.225.171	(8.618.599)	7.225.171
	<u>134.504.741</u>	<u>10.625.672</u>	<u>(3.128.000)</u>	<u>142.002.413</u>

Prémios de emissão de acções: Os valores englobados nesta rubrica correspondem a ágios pagos pelos accionistas na realização de capital. Segundo a legislação em vigor, a utilização do saldo desta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do immobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 41). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas apenas podem ser utilizadas, quando realizadas, na cobertura de prejuízos ou aumentos de capital. Por se encontrar totalmente realizada, durante o exercício de 2002, esta reserva foi transferida para resultados transitados.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal no mínimo 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja no mínimo 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas ou incorporada no capital.

Outras reservas: No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa adquiriu e vendeu 3.640 acções próprias de que resultou uma mais valia, de 3.850 Euros.

Aplicação de resultados: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 7 de Maio de 2002, o resultado líquido do exercício de 2001 foi aplicado em reserva legal, resultados transitados, na distribuição de dividendos e em gratificações à gestão nos montantes de 450.000 Euros, 5.040.599 Euros, 2.360.000 Euros e 768.000 Euros, respectivamente.

Conforme referido na Nota 38, a empresa registou pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal. De acordo com as disposições transitórias previstas na Directriz Contabilística nº28, a Empresa reconheceu activos e passivos por impostos diferidos relativos a anos anteriores de 2.777.735 Euros e 3.904.060 Euros, respectivamente.

A diminuição ocorrida na rubrica “Diferenças de consolidação” diz respeito ao efeito de variações ocorridas nos capitais próprios das empresas associadas, registadas pelo método da equivalência patrimonial e empresas do grupo consolidadas pelo método integral, nos montantes de 9.894.000 Euros e 3.083.024 Euros, respectivamente.

60. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários registados no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, respeitam à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados das seguintes empresas do Grupo:

	Capitais próprios	Resultado
Somague Engenharia:		
CVC	178.181	(750.545)
Neopul	1.684.892	52.422
Somague Ambiente:		
Cesl Asia	1.704.552	231.475
CGS	225.639	30.891
AGS Macau	165.057	39.982
Procesl	264.611	57.544
MPS	24.732	2.721
Focus	41.204	19.303
YTS	5.640	(612)
Y & T	19.549	10.202
RESIL	12.294	(2.275)
Águas de Carrazeda	254.250	628
Viveiros do Falcão	339.308	(179.130)
	<u>4.919.909</u>	<u>(487.394)</u>

O movimento ocorrido no exercício de 2002, nos interesses minoritários foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2001	12.028.882
Interesses minoritários do exercício	487.394
Alterações do perímetro de consolidação	(7.596.367)

Saldo em 31 de Dezembro de 2002	4.919.909
	=====

O efeito da alteração do perímetro de consolidação refere-se, essencialmente, à aquisição de 20% do capital da SOMAGUE Concessões (Nota 27).

61. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2002 esta rubrica tem a seguinte composição:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos por obrigações	8.108.750	8.108.750
Empréstimos por obrigações com "warrants"	-	5.190.773
	-----	-----
	8.108.750	13.299.523
	-----	-----
Contas correntes caucionadas	35.335.157	349.161
Papel comercial	14.963.937	52.635.800
Empréstimos bancários	3.500.000	30.777.768
Descobertos bancários	93.042.965	-
Financiamentos externos	1.144.932	12.754.795
Outros	2.007.684	-
	-----	-----
	149.994.675	96.517.524
	-----	-----
Instituto Nacional de Habitação	17.466.765	-
	-----	-----
	175.570.190	109.817.047
	=====	=====

O empréstimo por obrigações, no montante de 16.217.500 Euros, obtido em 29 de Abril de 1997, vence juros semestralmente, à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em

31 de Dezembro de 2002 era de 4,75%. O reembolso do empréstimo será efectuado em duas amortizações de igual valor em Abril de 2003 e 2004, pelo que se encontra registado a curto prazo o montante de 8.108.750 Euros.

Em 14 de Maio de 1998, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações com "warrants" no montante de 49.879.790 Euros, tendo procedido posteriormente ao resgate de 8.959.765 obrigações. Este empréstimo vence juros semestralmente utilizando-se a taxa Euribor a 180 dias, deduzida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2002 era de 2,591%. As obrigações serão reembolsadas ao par, num prazo máximo de 7 anos, podendo a Empresa optar pelo reembolso antecipado no final do quinto ano. A cada duas obrigações será atribuído o direito de subscrever uma acção da Empresa de 14 de Outubro a 16 de Novembro de 2005, ao preço unitário de 12,47 Euros.

Os empréstimos sob a forma de "Papel comercial" classificados em médio e longo prazo, resumem-se como segue:

- Contrato programa celebrado em 17 de Dezembro de 1998 no valor de 34.915.853 Euros, vence juros semestralmente a uma taxa de juro anual variável, que em 31 de Dezembro de 2002 era de 3,256%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuada esta emissão foi já renegociado, sendo substituído por um novo contrato com vencimento em 16 de Abril de 2008.
- Emissão subscrita em 14 de Agosto de 2002 no valor de 14.963.937 Euros, com reembolso em 17 de Fevereiro de 2003, que em 31 de Dezembro de 2002 vencia juros trimestralmente, a uma taxa média anual de 3,625%. Este financiamento vence-se em 29 de Maio de 2003.
- Emissão subscrita em 20 de Dezembro de 2002 no valor de 5.250.000 Euros, com reembolso em 20 de Março de 2003, a qual em 31 de Dezembro de 2002 vencia juros a uma taxa média anual de 3,25%. Este financiamento vence-se em 21 de Dezembro de 2006.
- Emissão subscrita em 15 de Outubro de 2002 no valor de 12.469.947 Euros, com reembolso em 15 de Janeiro de 2003, a qual em 31 de Dezembro de 2002 vencia juros a uma taxa média anual de 3,509%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuada esta emissão foi já renegociado, sendo substituído por um novo contrato com vencimento em 16 de Abril de 2008.

Os "Financiamentos externos" classificados em médio e longo prazo, resumem-se como segue:

- Empréstimo concedido conjuntamente pela Caixa Banco de Investimentos e Caixa Geral de Depósitos (assegurando 27% e 73% do montante total, respectivamente) por um prazo de 5 anos, a contar da data da primeira utilização, que foi efectuada em 27 de Novembro de 2002. Os juros deste financiamento são calculados trimestral e postecipadamente, utilizando-se a taxa Euribor a 90 dias, acrescida de 1,5%. A taxa de juro anual em vigor em 31 de Dezembro de 2002 era de 4,63%. O reembolso do capital é efectuado em sete prestações semestrais, igual e sucessivo, a partir de 27 de Novembro de 2004.
- O financiamento externo foi concedido pelo Banco Espírito Santo por um prazo de 12 anos, a contar da data da primeira utilização, que foi efectuada em 27 de Novembro de 1995, até ao limite de 12.000.000 de Dólares dos Estados Unidos da América. Os juros deste financiamento são calculados semestral e postecipadamente, utilizando-se a taxa Libor a 180 dias, acrescida de um ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em 31 de Dezembro de 2002 era de 2,38%. O reembolso do capital é efectuado em vinte prestações semestrais, iguais e sucessivas, encontrando-se em dívida o reembolso das últimas 8 prestações, como segue:

2004	1.144.932
2005	1.144.932
2006	1.144.932

	3.434.796
	=====

Os empréstimos bancários, de médio e longo prazo, incluem o montante de 16.100.000 Euros relativo a um contrato celebrado em 26 de Agosto de 2002 destinado à aquisição de 1.200.000 acções do capital da SOMAGUE Concessões e cessão de suprimentos. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,25%, que em 31 de Dezembro de 2002 era de 4,625%. O capital será amortizado em quatro prestações anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Agosto de 2004.

O financiamento concedido pelo Instituto Nacional de Habitação enquadra-se no sistema actualmente em vigor de construção a preços controlados, devendo ser reembolsado sempre que se regista a venda de uma fracção financiada, e vence juros de acordo com as condições do sistema.

Os descobertos bancários, as contas correntes caucionadas e os financiamentos a curto prazo vencem juros às taxas normais de mercado.

62. OUTROS CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Total</u>
Sucursais	4.381.212	-	4.381.212
Eurogés Factoring (a)	24.431.182	-	24.431.182
BCP Factoring (a)	5.245.462	-	5.245.462
Heller Factoring (a)	644.259	-	644.259
Sociedade Financeira Internacional (b)	822.988	-	822.988
Tecnocarro	-	1.465.450	1.465.450
Conta Corrente Consórcio Construtor (CCAN)	46.604	-	46.604
Obriverca	349.159	-	349.159
Aniser – capital não realizado	1.500.000	3.000.000	4.500.000
Outros	7.941.747	126.000	8.067.747
	-----	-----	-----
	45.362.613	4.591.450	49.954.063
	=====	=====	=====

- (a) A tomada de créditos relativa a este contrato é efectuada com direito de regresso.
- (b) Esta rubrica corresponde a uma dívida de curto prazo contraída pela Braest, Lda. no montante de USD 864.600.

63. CLIENTES CONTA CORRENTE – MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2002, o montante registado nesta rubrica corresponde às seguintes contas a receber:

Governo da República de Cabo Verde – MIT	3.434.796
Governo Popular de Angola – DNIP	2.899.159
Governo Popular de Angola – INEA	2.755.788

	9.089.743
	=====

A conta a receber do Governo da República de Cabo Verde, relativa à obra “Porto do Maio e da Boavista” encontra-se garantida em 85% através de um seguro de crédito concedido pela COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, S.A., e vence com segue:

2004	1.144.932
2005	1.144.932
2006	1.144.932

	3.434.796
	=====

64. ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Consumos de materiais e fornecimentos e serviços externos	18.075.393
Encargos com férias e subsídio de férias	11.047.271
Custos a recepcionar relativos a complexos desportivos	576.923
Juros a liquidar	889.814
Seguros	248.049
Custos estimados para fecho de projectos	277.732
Encargos a incorrer no período de garantia	195.329
Outros	4.398.469

	35.708.980
	=====

65. PROVEITOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica tem a seguinte composição:

Proveitos diferidos em obras em curso	53.075.775
Estimativa de custos a incorrer no período de garantia	9.076.421
Mais valia referente ao contrato de relocação financeira (a)	2.412.319
Outros proveitos diferidos	246.079

	64.810.594
	=====

- (a) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi efectuada uma operação de relocação financeira de um terreno sito no Linhó, destinado à construção da futura sede e ao desenvolvimento de um projecto imobiliário. A mais valia resultante do referido contrato foi diferida e será reconhecida em exercícios futuros, durante o prazo do contrato ou na medida em que venham a ser realizadas vendas imobiliárias.

66. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2002, tem a seguinte composição:

Existências iniciais	16.780.939
Alteração do perímetro de consolidação	3.374.765
Variação cambial	(5.482)
Compras	116.330.040
Existências finais	(20.649.460)

	115.830.802
	=====

67. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2002 a demonstração da variação da produção é como segue:

Existências iniciais	(27.534.883)
Variação cambial	(112.014)
Alteração do perímetro de consolidação	(2.794.603)
Existências finais	30.234.457

	(207.043)
	=====

68. PROVEITOS SUPLEMENTARES

Em 31 de Dezembro de 2002 esta rubrica engloba valores respeitantes quer a recuperação de encargos suportados com propostas para concursos por conta dos consorciados, quer a cedência de equipamentos a ACE's.

69. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, actualmente à taxa anual de 30%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. Face à sua forma jurídica e objecto social, a Empresa está abrangida pela legislação fiscal aplicável às sociedades gestoras de participações sociais. Os ganhos ou perdas em empresas do grupo e associadas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, sendo os dividendos recebidos dessas empresas participadas excluídos de tributações de acordo com a nova redacção do artigo 45º do Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC).

Em 31 de Dezembro de 2002 a Empresa enquanto sociedade dominante e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC. Nesta conformidade, os resultados fiscais das suas participadas concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção pelo novo regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na empresa enquanto sociedade dominante.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a situação fiscal da Empresa e das suas participadas, está sujeita a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até ao exercício de 2000, inclusive, cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido

prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as respectivas declarações fiscais dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC de anos anteriores de determinadas empresas participadas, surgiram correcções aos prejuízos fiscais declarados no montante de, aproximadamente, 18.200.000 Euros. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que a referida liquidação não tem provimento, pelo que a mesma foi reclamada desconhecendo-se a esta data o seu desfecho.

70. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, é como segue:

	2002	2001
Numerário	1.164.864	932.741
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	10.414.495	16.390.153
	-----	-----
	11.579.359	17.322.894
	-----	-----
Títulos negociáveis	3.500.000	558.666
Outros títulos	2.746	59.856
	-----	-----
	3.502.746	618.522
	-----	-----
	15.082.105	17.941.416
	=====	=====

71. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica “Custo das vendas e das prestações de serviços” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente fornecimentos e serviços externos (à excepção de rendas e alugueres, comunicação, material de escritório e despesas de condomínio que se encontram registados em “Custos administrativos”), remunerações, amortizações e impostos.
- A rubrica “Custo líquido de financiamento” refere-se à diferença entre proveitos e ganhos e custos e perdas financeiras à excepção dos ganhos/perdas em empresas do grupo que se encontram registados em “Ganhos em filiais e associadas” e de provisões para aplicações financeiras que o Grupo registou em “Perdas em outros investimentos”.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da
SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa e das principais empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Empresa e das suas participadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o respectivo anexo, bem como o Relatório Consolidado de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, emitimos a Certificação Legal das Contas e o Relatório do Auditor Externo, com data de 13 de Março de 2003, que damos como integralmente reproduzido neste documento e que não contém qualquer reserva e contém quatro ênfases, duas das quais relacionadas com a realização de investimentos financeiros e contas a receber.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 13 de Março de 2003

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS – SROC
Representada por Carlos Pereira Freire

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 908.666.531 Euros e capitais próprios de 142.002.413 Euros, incluindo um resultado consolidado líquido de 7.225.171 Euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados

de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais, excepto para a alteração indicada no parágrafo 8 abaixo, foram aplicados de forma consistente com os do exercício anterior e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras consolidadas anexas incluem investimentos financeiros, contas a receber de empresas participadas e de terceiras entidades de, aproximadamente, 12.326.000 Euros, 14.341.000 Euros e 4.189.000 Euros, respectivamente (9.939.000 Euros e 16.867.000 Euros em 31 de Dezembro de 2001), relacionados com empresas participadas e entidades sediadas em países africanos. A realização destes montantes depende do sucesso das operações futuras dessas empresas participadas e da sua capacidade de efectuar aqueles pagamentos.
7. Em 31 de Dezembro de 2002 a empresa participada SOMAGUE – Engenharia, S.A. está envolvida em diversas obras de construção de recintos desportivos, que deverão acolher jogos do próximo campeonato europeu de futebol. Em consequência, naquela data existem registados valores a receber de diversos clubes desportivos proprietários desses recintos de, aproximadamente, 90.200.000 Euros. A realização deste montante depende da concretização pelos referidos clubes, das operações financeiras associadas ao financiamento dessas obras.
8. Conforme referido na Nota 38 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa e as suas participadas adoptaram pela primeira vez no exercício findo naquela data, o disposto na Directriz Contabilística nº 28, passando a registar os impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o resultado contabilístico e o fiscal (Nota 23.m)). Em resultado da aplicação desta norma, foram reconhecidas àquela data impostos diferidos activos e passivos de 3.469.175 Euros e 3.007.555 Euros, respectivamente, sendo 1.126.325 Euros relativos a impostos diferidos passivos, líquidos de impostos diferidos activos, respeitantes a exercícios anteriores, registados em resultados transitados (Nota 59), tal como previsto na referida directriz. A diferença de 1.587.945 Euros, relativa a situações originadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi registada na demonstração consolidada dos resultados do exercício findo nesta data.
9. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001, apresentadas unicamente para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o relatório por nós emitido, datado de 29 de Março de 2002, não contém qualquer reserva e contém uma ênfase relativa ao assunto referido no parágrafo 6 acima.

Lisboa, 13 de Março de 2003

FREIRE LOUREIRO E ASSOCIADOS – SROC
Representada por Carlos Pereira Freire

RELATÓRIO SIMPLES DE GESTÃO

Senhores Accionistas,

Durante o ano de 2002, o volume de negócios do Grupo SOMAGUE atingiu 771 milhões de euros, a que correspondeu um resultado antes de impostos e interesses minoritários de 11.9 milhões de euros e um resultado líquido de 7.2 milhões de euros.

No âmbito da SOMAGUE Engenharia registou-se um crescimento muito significativo da actividade desenvolvida, resultante em larga medida do especial envolvimento na construção de infra-estruturas relacionadas com o Euro 2004, designadamente os estádios da Luz, Antas e Bessa. Deste facto veio também a resultar um crescimento anormal do activo do Grupo, na ordem dos 100 milhões de euros, com o correspondente agravamento do endividamento, situação que se deverá regularizar durante o primeiro semestre de 2003 com o fecho dos complexos contratos de financiamento aos clubes de futebol envolvidos na construção desses estádios. De realçar ainda, na área da SOMAGUE Engenharia, a concretização da aquisição da Neopol em Julho de 2002, o reforço da posição no ACE do Metro do Porto e a desactivação da subsidiária de Marrocos – LCM, no âmbito do processo iniciado de diminuição da exposição da SOMAGUE Engenharia aos mercados africanos, à excepção de Angola.

No âmbito dos Serviços, é de registar no ano de 2002:

- a) Ao nível do ambiente, o reforço da posição da AGS no mercado das concessões de Águas e, especialmente, a consolidação da Finerge com uma das empresas de referência na área das energias renováveis;
- b) Ao nível das concessões rodoviárias, foi possível consolidar a posição da SOMAGUE em Portugal através do aumento para de 17% da participação no capital da Lusoponte, da assinatura de um contrato promessa que possibilitará a ampliação para 20% da participação no capital da Autoestradas do Atlântico, para além da aquisição dos 20% detidos pelo BCP Investimento no capital da SOMAGUE Concessões e Serviços, passando assim a SOMAGUE SGPS a deter o controlo integral desta sociedade. Relativamente à actividade desenvolvida no Brasil, apesar do bom desempenho operacional das duas concessionárias, a SOMAGUE Concessões e Serviços veio a registar uma significativa redução nos capitais próprios por via do impacto da desvalorização do real nas participações no capital daquelas sociedades;
- c) No âmbito da SOMAGUE PMG, o ano de 2002 foi caracterizado pelo agravamento da tendência de redução de investimento das autarquias nos programas de realojamento, para além do atraso imposto pelos novos executivos camarários resultantes das eleições de 2001, relativamente a grandes projectos imobiliários em fases finais de licenciamento/aprovação, dos quais se destaca, no que respeita à SOMAGUE, o complexo das Antas, no Porto, e os Jardins de Braço de Prata, em Lisboa.

Relativamente a acções anunciadas pelo novo Governo, não foi possível ao longo de 2002 conhecer o desfecho dos concursos relativos às concessões rodoviárias do Litoral Centro e IC16/IC30, bem como ficou por definir o enquadramento da actuação da AdP no sector das águas, designadamente o posicionamento da sua subsidiária Aquapor nos novos concursos de concessões municipais. Relativamente a esta empresa – Aquapor, a SOMAGUE apresentou oportunamente ao Governo uma proposta de aquisição da totalidade da participação deste no capital social daquela sociedade.

O crescimento da actividade o atraso no financiamento dos novos estádios e o reforço da posição no ACE do Metro do Porto vieram provocar um crescimento para 900 milhões de euros do activo total, e um crescimento do endividamento consolidado para 266 milhões de euros. Em contrapartida, foi realizado em 2002 um aumento de capital com a subscrição de 2,5 milhões de novas acções e que resultou num encaixe de 17.5 milhões euros, por via do exercício de warrants emitidos em 2000.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

No final de 2002, o activo global da SOMAGUE SGPS era de 223.4 milhões de euros, estando financiado por 142 milhões de euros de capitais próprios, 64.3 milhões de euros de passivo de médio e longo prazo e 17.1 milhões de euros de passivo de curto prazo.

Os principais movimentos no activo e no passivo da empresa ao longo do ano de 2002 foram os seguintes:

- a) Aumento das participações financeiras, prestação de suprimentos e saldos com participadas no valor aproximado de 24 milhões de euros, dos quais se destaca a aquisição de uma participação de 20% na SOMAGUE Concessões e Serviços pelo valor aproximado de 16 milhões de euros;
- b) Realização de um aumento de capital através da emissão de 2,5 milhões de novas acções com o valor nominal de 5 euros e subscritas a 7 euros, o que resultou num encaixe de 17.5 milhões de euros.

Após a consolidação dos resultados obtidos nas empresas participadas, a SOMAGUE SGPS apresenta em 2002 um resultado líquido positivo de 7.225 mil euros.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A SOMAGUE tem desenvolvido consistentemente a sua actividade no âmbito de um plano estratégico claro e ratificado pelos accionistas após a celebração da parceria com a Sacyr. A SOMAGUE pretende ser uma empresa portuguesa de referência no domínio da Engenharia e dos Serviços, com uma base accionista ibérica liderada por portugueses e desenvolvendo a sua actividade especialmente nos mercados de Portugal, Brasil, Angola e Macau/China.

Na área da Engenharia, com um processo de restruturação iniciado em 1993, foi possível modernizar e rentabilizar uma empresa tradicional de obras públicas, duplicar a dimensão e alargar as valências com a aquisição da Soconstroi em 1997, efectuar a fusão e redimensionar a respectiva estrutura em 1998/1999 e relançar o crescimento em 2000 em simultâneo com a realização da parceria com a Sacyr. Hoje, a SOMAGUE pode-se orgulhar de ter uma área de Engenharia rentável, baseada numa gestão rejuvenescida e suportada por modernos sistemas de informação, com uma capacidade operacional que lhe permite estar presente na esmagadora maioria dos grandes projectos em curso em Portugal, com padrões de qualidade e segurança reconhecidos pelos seus clientes. Foi ainda possível, ao longo deste período, racionalizar e dinamizar eficientes operações nos Açores, Madeira, Brasil e Angola e desenvolver capacidades em áreas de especialização como a geotecnia e a ferroviária, através das participadas Tecnasol e Neopol. Para o futuro, deverá ser incrementada a rentabilização das capacidades existentes e o desenvolvimento progressivo do envolvimento em projectos articulados com a área dos Serviços e com a SOMAGUE PMG, na óptica da venda de soluções integradas aos clientes SOMAGUE.

Na área dos Serviços, convirá destacar os esforços desenvolvidos em três áreas: concessões rodoviárias, águas e energia.

Nas concessões rodoviárias, a SOMAGUE traçou uma estratégia arrojada de vir a liderar um Grupo concorrente à Brisa, com base na participação da Lusoponte mas, especialmente, a partir do desenvolvimento de uma rede baseada na concessão Oeste. A necessidade de licitar estes concursos com propostas competitivas obrigou a envolver um número bastante alargado de concorrentes neste projecto, assistindo-se hoje a um movimento previsível e desejável de saída das empresas cujo interesse se centrava na construção das infra-estruturas concessionadas. O atraso provocado pelo Governo nos processos de adjudicação das diferentes concessões (com e sem portagem) vieram a dar-nos a oportunidade de acompanhar de perto o processo de novas concessões rodoviárias no Brasil e de vir a participar, de forma relevante numa delas, em duas novas concessões no Estado de São Paulo. Atingimos assim o final de 2002, nesta área, com a maior participação portuguesa na Lusoponte, com um contrato promessa assinado para o reforço da posição da SOMAGUE na Autoestradas do Atlântico e com a ameaça de vir a perder a concessão Litoral Centro por via do imprevisto aparecimento da Brisa (impedida anteriormente de participar nestes concursos) em competição directa com o consórcio liderado pela SOMAGUE para as novas concessões. Esta realidade, colocando dificuldades acrescidas na prossecução da estratégia inicialmente delineada, não alterou a determinação da SOMAGUE de ser operador de Concessões Rodoviárias e de se manter firme na disputa das concessões ainda em fase final (IC11) ou ainda por disputar (IC16/IC30, IC36, IC12).

Nas águas, a SOMAGUE tem vindo através da AGS, a disputar todos os concursos de novas concessões municipais de águas e saneamento, estando hoje concessionados cerca de 12% do mercado e detendo a AGS um posição de incontestável liderança, com uma quota de aproximadamente 40%. Trata-se de um mercado em plena expansão, tendo em conta os objectivos políticos ao nível de cobertura nacional de águas e saneamento, os elevados investimentos envolvidos e a situação financeira das autarquias. Em termos estratégicos, está a SOMAGUE especialmente atenta e interessada no desenvolvimento da estratégia do Governo para este sector, designadamente o futuro reservado à Aquapor, enquanto empresa controlada pelo Estado a participar nos concursos municipais, para além do enquadramento mais genérico do plano estratégico da ADP relativamente aos sistemas multimunicipais e à sua própria privatização.

A participação da SOMAGUE na área de Energia está efectuada por via de uma participação de 50% no capital da Finerge, empresa que centrou a sua estratégia nas energias renováveis, inicialmente centrada na cogeração e posteriormente direcionada para a energia eólica. Hoje, a Finerge tem em operação 37 MM, em fase de arranque 69 MW e em projectos licenciados 230 MW, perspectivando assim uma capacidade de produção total de 335 MW até 2007. Trata-se de uma posição extremamente importante em Portugal e neste mercado, que possibilitará à SOMAGUE um contributo muito significativo para os resultados já a partir de 2005.

Para além destas participadas, merece ainda relevância estratégica um conjunto de posições alcançadas na área do ambiente, da consultoria aos resíduos sólidos, passando pelos espaços verdes e por serviços de "facility management".

O cenário traçado, de que a SOMAGUE se orgulha, aponta claramente para a capacidade de continuar o desenvolvimento desta áreas, para as quais, não nos iludimos, será a SOMAGUE envolvida em investimentos muito significativos. A incapacidade de estabelecer um calendário claro para esses investimentos, tendo em conta a tradicional morosidade dos processos de decisão relacionados com o Governo e Autarquias, torna mais difícil o equacionar da estrutura financeira adequada, em cada momento, ao desenvolvimento da SOMAGUE. Porém, não deixa de ser previsível que num horizonte de relativo curto prazo, o Conselho de Administração terá de equacionar diferentes alternativas de financiamento do crescimento da SOMAGUE e de apresentar a resultante, em caso disso, aos accionistas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi positivo, no montante de Euros 7.225.171 (sete milhões, duzentos e vinte e cinco mil, cento e setenta e um euros). Tendo em conta os dividendos distribuídos relativamente ao ano de 2001 e a situação financeira da empresa, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

Para Reserva Legal	400.000 euros
Para Dividendos	3.915.000 euros
Para Resultados Transitados	2.910.171 euros

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos terminar sem deixar de reiterar aos Senhores Accionistas e Investidores bem como aos nossos Banqueiros, Fornecedores e Clientes o nosso agradecimento pela sua confiança, e bem assim deixar uma palavra de apreço ao Fiscal Único pelo seu acompanhamento e dedicação ao desenvolvimento da empresa.

Finalmente, aos quadros e colaboradores da empresa e suas participadas, gostaríamos de lhes expressar o nosso profundo agradecimento pelo empenho, dinamismo e dedicação que têm posto no desempenho das suas funções e que permitiu à SOMAGUE atingir, em larga medida, os objectivos a que se tinha proposto.

Lisboa, 13 de Março de 2003

O Conselho de Administração

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	Activo	2002		2001			2002	2001
	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido		Capital próprio e passivo	Notas
IMOBILIZADO:								
Imobilizações incorpóreas:								
Despesas de instalação	10	7.407.703	(6.998.737)	408.966	1.508.642		35, 36 e 40	130.500.000
Trespasses	10	39.730.055	(9.247.085)	30.482.970	23.776.057		35 e 40	39.470.047
	47.137.758	(16.245.822)	30.891.936	25.284.699			10	(58.158.488)
Imobilizações corpóreas:								(44.727.890)
Equipamento de transporte	10	116.183	(74.334)	41.849	62.773		40	-
Equipamento administrativo	10	66.599	(34.259)	32.340	39.942		40	2.200.444
	182.782	(108.593)	74.189	102.715				1.750.444
Investimentos financeiros:								
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	135.085.939	-	135.085.939	133.129.061			
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	45.692.644	-	45.692.644	29.674.871			
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	52.958	(10.930)	42.028	42.028			
11 e 16	776.130	-		776.130	776.130			
Empréstimos a empresas associadas	10 e 16	2.370.917	(149.577)	2.221.340	2.221.340			
Titulos e outras aplicações financeiras	34	183.978.588	(160.507)	183.818.081	165.843.430			
CIRCULANTE:								
Dívidas de terceiros - Curto prazo:								
Clientes, conta corrente	16	4.870.883	-	4.870.883	3.006.240			
Adiantamentos a fornecedores		17.392	-	17.392	-			
Estado e outros entes públicos	49	9.746	-	9.746	-			
Acionistas		24.448	-	24.448	24.448			
Outros devedores	16	3.014.370	-	3.014.370	13.447.862			
	7.936.839	-	7.936.839	16.478.556				
Depósitos bancários e caixa:								
Depósitos bancários	52	17.681	17.681	20.306				
Caixa	52	777	777	3.289				
	18.458	-	18.458	23.595				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:								
Acréscimos de proveitos	50	23.907	23.907	81.055				
Custos diferidos	50	483.756	483.756	531.027				
Impostos diferidos activos	6	150.236	150.236	-				
	657.899	-	657.899	612.082				
Total de amortizações		(16.354.415)						
Total de provisões		(160.507)						
Total do activo		(16.514.922)	223.397.402	208.345.071				
	239.912.324							
Total do passivo								
Total do capital próprio e do passivo								
Total do capital próprio								
Total do passivo								
Total do capital próprio e do passivo								

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2002.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2002	2001	PROVEITOS E GANHOS	Notas	2002	2001
Fornecimentos e serviços externos		<u>1.705.786</u>	<u>1.377.310</u>	Prestações de serviços (B)		<u>16</u>	<u>2.094.951</u>
Custos com o pessoal:				Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	12.209.783	10.994.037
Remunerações		<u>814.748</u>	<u>729.297</u>	Juros e proveitos similares	45	<u>1.657.171</u>	<u>1.274.242</u>
Encargos sociais		<u>148.123</u>	<u>185.950</u>			<u>13.866.954</u>	<u>12.268.279</u>
		<u>962.871</u>	<u>915.247</u>			<u>15.961.905</u>	<u>15.363.230</u>
Amortizações do immobilizado corpóreo e incorpóreo	10	<u>2.834.272</u>	<u>2.902.999</u>	Proveitos e ganhos extraordinários	46	<u>334.089</u>	<u>2.616.921</u>
Impostos		<u>256.707</u>	<u>85.577</u>				
Outros custos e perdas operacionais		<u>24.591</u>	<u>28.958</u>				
(A)		<u>5.784.227</u>	<u>5.310.091</u>				
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	<u>534.152</u>	<u>549.762</u>				
Juros e custos similares	45	<u>2.707.031</u>	<u>3.073.334</u>				
(C)		<u>3.241.183</u>	<u>3.623.096</u>				
		<u>9.025.410</u>	<u>8.933.187</u>				
Custos e perdas extraordinários (E)	46	<u>22.068</u>	<u>409.433</u>				
Imposto sobre o rendimento do exercício (G)	6 e 49	<u>9.047.478</u>	<u>9.342.620</u>				
Resultado líquido do exercício		<u>7.225.171</u>	<u>8.618.599</u>				
		<u>16.295.994</u>	<u>17.980.151</u>				
		<u>(F)</u>					
Resultados operacionais:				(B)-(A)	(3.689.276)	(2.215.140)	
Resultados financeiros:				(D-B)-(C-A)	10.625.771	8.645.183	
Resultados correntes:				(D)-(C)	6.936.495	6.430.043	
Resultados antes impostos:				(F)-(E)	7.248.516	8.637.531	
Resultado líquido do exercício:				(F)-(G)	7.225.171	8.618.599	

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Prestações de serviços	16	2.094.951	3.094.951
Custo das prestações de serviços	51.a)	(5.280.215)	(4.700.894)
Resultados brutos		(3.185.264)	(1.605.943)
Outros proveitos operacionais		312.021	2.207.488
Custos de distribuição		(124.833)	(232.284)
Custos administrativos		(354.588)	(347.955)
Outros custos e perdas operacionais		(24.591)	(28.958)
Resultados operacionais		(3.377.255)	(7.652)
Custo líquido de financiamento	51.b)	(1.049.860)	(1.799.092)
Ganhos em filiais e associadas	45	11.675.631	10.444.275
Resultados correntes		7.248.516	8.637.531
Impostos sobre os resultados correntes	6 e 49	(23.345)	(18.932)
Resultado líquido do exercício		7.225.171	8.618.599
Resultado por acção		0,277	0,365

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE-SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		322.474	3.883.825
Pagamentos a fornecedores		(1.736.851)	(1.285.508)
Pagamentos ao pessoal		(1.736.394)	(1.020.753)
Fluxos gerados pelas operações		(3.150.771)	1.577.564
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(8.396.165)	(323.634)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		9.272.576	10.451.897
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(2.274.359)	11.705.827
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		66.197	95.410
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(22.068)	(10.764)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(2.230.230)	11.790.473
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de :			
Investimentos financeiros	53	2.000.000	3.357.723
Juros e proveitos similares		1.656.833	1.274.242
Dividendos	53	2.360.000	-
		6.016.833	4.631.965
Pagamentos respeitantes a :			
Investimentos financeiros	53	(30.244.087)	(19.558.610)
Imobilizações corpóreas		-	(50.188)
		(30.244.087)	(19.608.798)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(24.227.254)	(7.818.325)
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		16.100.000	7.292.142
Aumento de capital e prémios de emissão	35 e 40	17.500.000	-
Venda de acções próprias		30.562	-
		33.630.562	7.292.142
Pagamentos respeitantes a :			
Empréstimos obtidos		(2.326.392)	-
Juros e custos similares		(2.451.643)	(2.914.690)
Amortizações de locação financeira		(13.468)	-
Dividendos	40	(2.360.000)	(1.177.164)
Aquisição de acções próprias		(26.712)	-
		(7.178.215)	(4.091.854)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		26.452.347	3.200.288
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(5.137)	13.928
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	52	23.595	9.667
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	52	18.458	23.595

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”) foi constituída em 21 de Janeiro de 1952, tendo em 29 de Dezembro de 1993 adoptado a actual denominação e o objecto social de gestão de participações financeiras noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito de consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos. A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o activo e o passivo (excluindo interesses minoritários) em 685.269.129 Euros e 680.349.219 Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos em 786.241.797 Euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente despesas de instalação, aumentos de capital e trespasses (diferenças apuradas na compra de participações financeiras). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e cinco anos, excepto os trespasses que são essencialmente amortizados durante um período de vinte anos (Notas 3.d) e 9)).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 e 4

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição, ou da primeira aplicação do referido método.

Nas aquisições de partes de capital em empresas do grupo realizadas até 31 de Dezembro de 1996, as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas à data de aquisição, ou da primeira aplicação do referido método, foram registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital". A partir daquela data, as diferenças apuradas na compra das participações financeiras em empresas do grupo passaram a ser registadas na rubrica de "Trespasses" (Nota 3.a)).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas em cada exercício pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, e por outras variações de capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição e os empréstimos concedidos a empresas do grupo ao valor nominal. As perdas estimadas na realização dessas participações financeiras e empréstimos encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros (Nota 10).

e) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

f) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2002. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

g) Ganhos e perdas apurados na variação de participações em empresas do grupo

Os ganhos ou perdas resultantes de variações na participação no capital em empresas do grupo ou associadas, são registados na demonstração de resultados (Nota 46) do período em que ocorrem.

h) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada numa reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, actualmente à taxa anual de 30%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa (enquanto sociedade dominante) e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC. Nesta conformidade, os resultados fiscais das suas participadas concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção por este regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa participada e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na empresa enquanto sociedade dominante.

Nos termos do art. 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivamente, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais à declaração de IRC de anos anteriores de determinadas empresas participadas, surgiram correções aos prejuízos fiscais declarados, no montante de, aproximadamente 18.200.000 Euros. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que a referida liquidação não tem provimento, pelo que a mesma foi reclamada, desconhecendo-se a esta data o seu desfecho.

O encargo de imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, corresponde essencialmente a:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	7.248.516	
Diferenças temporárias	-	
Diferenças permanentes	<u>(10.194.508)</u>	<u>(2.945.992)</u>
Encargo normal de imposto		(972.177)
Efeito da tributação pelo lucro consolidado		972.177
Tributação autónoma		23.345
Impostos diferidos		-
Encargos do exercício		<u>23.345</u>

As diferenças permanentes referem-se, essencialmente, aos efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização dos investimentos financeiros.

A Empresa aplicou pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, as disposições da Directriz Contabilística nº 28, relativas à contabilização dos impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, quanto à sua natureza e impacto, são como segue:

	Efeitos de exercícios anteriores (Nota 40)	Efeito do exercício	Saldo final
Activos por impostos diferidos:			
Provisões para investimentos financeiros	49.360	-	49.360
Provisões para outros riscos e encargos	<u>100.875</u>	<u>-</u>	<u>100.875</u>
	<u>150.236</u>	<u>-</u>	<u>150.236</u>
Passivos por impostos diferidos:			
Mais valias não tributadas por reinvestimento	<u>823.017</u>	<u>-</u>	<u>823.017</u>

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 6 pessoas.

9. AMORTIZAÇÃO DOS TRESPASSES

Conforme referido na Nota 3.a), as diferenças apuradas na aquisição de participações financeiras são essencialmente amortizadas em vinte anos, correspondente ao período estimado de recuperação dos investimentos.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto				Saldo final
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Aumentos	Transferências	
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	7 407.703	-	-	-	7 407.703
Trespasse	31.317.072	-	-	8.412.983	39.730.055
	38.724.775	-	-	8.412.983	47.137.758
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	116.183	-	-	-	116.183
Equipamento administrativo	66.599	-	-	-	66.599
	182.782	-	-	-	182.782
Investimentos financeiros (Nota 16):					
Partes de capital em empresas do grupo	133.129.061	(3.725.304)	13.953.506	(8.271.324)	135.085.939
Empréstimos a empresas do grupo	29.674.871	-	14.290.581	1.727.192	45.692.644
Partes de capital em empresas associadas	52.958	-	-	-	52.958
Empréstimos a empresas associadas	776.130	-	-	-	776.130
Títulos e outras aplicações financeiras	2.370.917	-	-	-	2.370.917
	166.003.937	(3.725.304)	28.244.087	(6.544.132)	183.978.588

Rubricas	Amortizações e provisões			Saldo final
	Saldo inicial	Reforço		
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	5.899.061	1.099.676	-	6.998.737
Trespasse	7.541.015	1.706.070	-	9.247.085
	13.440.076	2.805.746	-	16.245.822
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	53.410	20.924	-	74.334
Equipamento administrativo	26.657	7.602	-	34.259
	80.067	28.526	-	108.593
Investimentos financeiros (Nota 16):				
Partes de capital em empresas associadas	10.930	-	-	10.930
Títulos e outras aplicações financeiras	149.577	-	-	149.577
	160.507	-	-	160.507

Os trespasses resultantes da aquisição de partes de capital em empresas participadas foram determinados como segue:

	Valor de compra	Capital próprio na data de aquisição	Percentagem de participação	Trespasse
Soconstroi - Sociedade de Construções, S.A.	43.040.029	14.605.490	100%	28.434.539
Somague - Concessões e Serviços, S.A.	13.953.506	5.540.523	20%	8.412.983
Somague Ambiente, SGPS, S.A.	3.899.303	1.016.770	21,5%	2.882.533
				39.730.055

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas do grupo, em 31 de Dezembro de 2002, teve o seguinte impacto:

Empresas	Perdas em empresas do grupo (Nota 45)	Ganhos em empresas do grupo (Nota 45)	Provisões (Nota 34)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos (Nota 3.d))	Investimentos financeiros
Somague Engenharia, S.A. ("Somague Engenharia")	-	10.632.838	-	(894.624)	(2.360.000)	7.378.214
Somague Ambiente, SGPS, S.A. ("Somague Ambiente")	-	686.449	-	(1.569.241)	-	(882.792)
Somague Serviços, SGPS, S.A. ("Somague Serviços")	(534.152)	-	389.633	31.781	-	421.414
Somague - Concessões e Serviços, S.A. ("Somague Concessões")	-	75.358	-	(10.612.013)	-	(10.536.655)
Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. ("Somague PMG")	-	815.138	-	(386.471)	-	428.667
	<u>(534.152)</u>	<u>12.209.783</u>	<u>389.633</u>	<u>(13.430.568)</u>	<u>(2.360.000)</u>	<u>(3.191.152)</u>

Os movimentos verificados na rubrica "Ajustamentos de partes de capital" são essencialmente resultado de: (i) variações patrimoniais ocorridas nas empresas participadas em virtude do registo, pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, dos impostos diferidos, e (ii) do efeito cambial apurado na conversão das demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira.

O aumento registado na rubrica "Partes de capital em empresas do grupo" respeita à aquisição em 19 de Setembro de 2002 de 1.200.000 acções representativas de 20% do capital da SOMAGUE Concessões. Esta operação originou um trespasse no montante de 8.412.983 Euros.

As transferências indicadas na rubrica "Empréstimos a empresas do grupo" respeitam a um empréstimo concedido a uma empresa participada cujo prazo de reembolso é superior a um ano, e que anteriormente se encontrava registado na rubrica "Outros devedores". Os aumentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 encontram-se discriminados na Nota 53.

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2002, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

	Sede	Percentagem	Activo total	Proveitos totais	Resultado líquido	Capitais próprios	Valor de balanço
<u>Partes de capital em empresas do grupo:</u>							
Somague Engenharia	Lisboa	100%	720.387.783	752.753.542	10.632.838	100.461.793	100.304.200
Somague Concessões	Lisboa	100%	60.678.366	8.737.460	75.358	22.801.340	22.801.340
Somague Ambiente	Lisboa	100%	53.288.255	37.509.210	686.449	2.689.857	2.689.857
Somague PMG	Lisboa	100%	58.568.592	27.858.170	815.138	9.290.542	9.290.542
Somague Serviços	Lisboa	100%	322.215	(74.777)	(534.152)	(389.633)	- <u>135.085.939</u>
<u>Empréstimos a empresas do grupo:</u>							
Somague Ambiente							16.078.098
Somague Engenharia							4.987.979
Somague Concessões							18.232.077
Somague PMG							6.294.490
Somague Serviços							100.000 <u>45.692.644</u>
<u>Partes de capital em empresas associadas:</u>							
PEVR - Parques de Estacionamento de Vila Real, S.A. ("PEVR")		80%	n.d.	n.d.	n.d.	(201.764)	42.028
Somaguinter, Lda.		50%	n.d.	n.d.	n.d.	10.930	10.930 <u>52.958</u>
<u>Empréstimos a empresas associadas:</u>							
PEVR							776.130
<u>Títulos e outras aplicações financeiras:</u>							
Somague Warrants							2.370.917
Provisões para perdas em investimentos financeiros							(160.507) <u>183.818.081</u>

Os empréstimos a empresas do grupo e associadas em 31 de Dezembro de 2002 venciam juros à taxa Euribor a 12 meses acrescidos de um "spread" de 1,5% e não tinham prazo de reembolso definido.

A participação no PEVR encontra-se registada ao custo de aquisição, uma vez que é detida com a finalidade de venda num futuro próximo.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2002 e as principais transacções efectuadas com as empresas do grupo durante o exercício findo naquela data, são os seguintes:

	Somague Engenharia	Somague Concessões	Somague Ambiente	Somague PMG	Somague Serviços	Outras empresas	Total
<u>Saldos:</u>							
Clientes, conta corrente	1.537.628	1.729.312	928.188	266.495	773	405.277	4.867.673
Fornecedores, conta corrente	-	-	367	-	-	20.862	21.229
Outros devedores	1.149.439	79.184	9.791	392.334	2.934	219.043	1.852.725
Outros credores	131.713	-	-	-	-	31.518	163.231
<u>Transacções:</u>							
Fornecimentos e serviços externos	245.717	-	5.747	-	-	-	251.464
Prestações de serviços	2.094.951	-	-	-	-	-	2.094.951
<u>Custos financeiros:</u>							
Proveitos financeiros (Nota 45)	283.199	407.832	566.214	246.513	773	773	1.505.304

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Em 31 de Dezembro de 2002, encontram-se penhoradas a favor de uma entidade financeira 1.200.000 acções representativas do capital da SOMAGUE Concessões, como garantia de financiamento obtido pela Empresa para a respectiva aquisição (Nota 10).

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a favor de terceiros, no montante de 25.429 Euros.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros	<u>160.507</u>	-	<u>160.507</u>
Provisões para riscos e encargos:			
Provisões para complementos de reforma	155.756	-	155.756
Provisão para processos judiciais em curso	150.015	-	150.015
Provisão para outros riscos (Nota 10)	-	389.633	389.633
	<u>305.771</u>	<u>389.633</u>	<u>695.404</u>

A provisão para complementos de reforma refere-se ao valor estimado relativo a compromissos assumidos pela Empresa em relação ao pagamento de complementos de reforma a dois ex-administradores.

A provisão para processos judiciais em curso é calculada com base na melhor estimativa do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, relativamente ao desfecho final dos processos judiciais em curso em 31 de Dezembro de 2002.

A provisão para outros riscos refere-se à participação nos capitais próprios negativos de uma empresa participada.

35. MOVIMENTO OCORRIDO NO CAPITAL

Em 26 de Junho de 2002 foram exercidos, pelos respectivos detentores, os 2.500.000 warrants autónomos emitidos em 15 de Dezembro de 2000, a um preço de 7 Euros por acção. Como consequência, o capital foi aumentado em 12.500.000 Euros tendo, adicionalmente, sido registado um prémio de emissão de 5.000.000 Euros.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Empresa era representado por 26.100.000 acções ao portador, com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de Dezembro de 2002, eram detentoras de mais de 20% do capital subscrito as seguintes entidades:

Sacyr, S.A.	29,69 %
Freman Investments, Ltd.	28,06 %

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumento/diminuição	Transferências	Saldo final
Capital (Nota 35)	118.000.000	12.500.000	-	130.500.000
Prémios de acções (Nota 35)	34.470.047	5.000.000	-	39.470.047
Ajustamentos de partes de capital (Nota 10)	(44.727.890)	(13.430.568)	-	(58.158.458)
Reservas de reavaliação	2.541.317	-	(2.541.317)	-
Reserva legal	1.750.444	-	450.000	2.200.444
Outras reservas	725.228	3.850	-	729.078
Resultados transitados (Nota 6)	13.126.996	(672.781)	7.581.916	20.036.131
Resultado líquido do exercício	8.618.599	7.225.171	(8.618.599)	7.225.171
	<u>134.504.741</u>	<u>10.625.672</u>	<u>(3.128.000)</u>	<u>142.002.413</u>

Prémio de emissão de acções: Segundo a legislação em vigor, a utilização do saldo desta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal.

Reserva de reavaliação: Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 procedeu-se à sua realização no montante de 2.541.317 Euros. Por se encontrar totalmente realizada, durante o exercício de 2002, esta reserva foi transferida para "Resultados transitados".

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal no mínimo 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja no mínimo 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas ou incorporada no capital.

Outras reservas: No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa adquiriu e vendeu 3.640 acções próprias de que resultou uma mais valia, de 3.850 Euros.

Aplicacão de resultados: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 7 de Maio de 2002, o resultado líquido do exercício de 2001 foi aplicado em reserva legal, resultados transitados, na distribuição de dividendos e em gratificações à gestão nos montantes de 450.000 Euros, 5.040.599 Euros, 2.360.000 Euros e 768.000 Euros, respectivamente.

Conforme referido na Nota 6, a Empresa registou pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal. De acordo com as disposições transitórias previstas na Directriz Contabilística nº 28, a Empresa reconheceu activos e passivos por impostos diferidos relativos a anos anteriores de 150.236 Euros e 823.017 Euros, respectivamente, na rubrica "Resultados transitados".

43. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos orgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 ascenderam a 765.595 Euros.

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados	2.437.848	2.868.087
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	534.152	549.762
Diferenças de câmbio desfavoráveis	984	513
Outros custos e perdas financeiros	268.199	204.734
	-----	-----
	3.241.183	3.623.096
Resultados financeiros	10.625.771	8.645.183
	-----	-----
	13.866.954	12.268.279
	=====	=====
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	12.209.783	10.994.037
Juros obtidos (Nota 16)	1.628.915	1.273.897
Diferenças de câmbio favoráveis	337	345
Outros proveitos e ganhos financeiros	27.919	-
	-----	-----
	13.866.954	12.268.279
	=====	=====

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Custos e perdas:		
Donativos	16.324	748
Multas e penalidades	-	5.024
Correcções relativas a exercícios anteriores	5.744	304.729
Outros custos e perdas extraordinários	-	98.932
	-----	-----
	22.068	409.433
Resultados extraordinários	312.021	2.207.488
	-----	-----
	334.089	2.616.921
	=====	=====
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	-	2.468.421
Correcções relativas a exercícios anteriores	36.767	89.486
Excesso de estimativa para imposto	267.892	-
Redução de provisões	-	53.001
Outros proveitos e ganhos extraordinários	29.430	6.013
	-----	-----
	334.089	2.616.921
	=====	=====

Os custos e proveitos referentes a "Correcções relativas a exercícios anteriores" dizem respeito a regularizações de prémios de seguro.

48. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2002, as dívidas a instituições de crédito tinham a seguinte composição:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimo por obrigações (a)	8.108.750	8.108.750	16.217.500
Empréstimo por obrigações com "warrants" (b)	-	5.190.773	5.190.773
	=====	=====	=====
	8.108.750	13.299.523	21.408.273
	=====	=====	=====
Papel comercial (c)	-	34.915.853	34.915.853
Empréstimo bancário (d)	-	16.100.000	16.100.000
Descobertos bancários	5.728.196	-	5.728.196
	=====	=====	=====
	5.728.196	51.015.853	56.744.049
	=====	=====	=====
	13.836.946	64.315.376	78.152.322
	=====	=====	=====

- (a) Empréstimo obtido em 29 de Abril de 1997, vence juros semestralmente, à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em 31 de Dezembro de 2002 era de 4,75%. O reembolso do empréstimo será efectuado em duas amortizações de igual valor em Abril de 2003 e 2004, pelo que se encontra registado a curto prazo o montante de 8.108.750 Euros.
- (b) Em 14 de Maio de 1998, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações com "warrants" no montante de 49.879.790 Euros, tendo procedido posteriormente ao resgate de 8.959.765 obrigações. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, deduzida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2002 era de 2,591%. As obrigações serão reembolsadas ao par, num prazo máximo de 7 anos, podendo a Empresa optar pelo reembolso antecipado no final do quinto ano. A cada duas obrigações será atribuído o direito de subscrever uma acção da Empresa de 14 de Outubro a 16 de Novembro de 2005, ao preço unitário de 12,47 Euros.
- (c) O empréstimo sob a forma de "Papel comercial", no montante de 34.915.853 Euros foi obtido ao abrigo de um contrato programa celebrado em 17 de Dezembro de 1998, vence juros semestralmente a uma taxa de juro anual variável, que em 31 de Dezembro de 2002 era de 3,256%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuada esta emissão foi já renegociado, sendo substituído por um novo contrato com vencimento em 16 de Abril de 2008.
- (d) O empréstimo bancário de médio e longo prazo no montante de 16.100.000 Euros, foi obtido ao abrigo de um contrato celebrado em 26 de Agosto de 2002 destinado ao financiamento da aquisição de 1.200.000 acções do capital social da SOMAGUE Concessões (Nota 10) e à cessão de suprimentos. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,25%. O capital será amortizado em quatro prestações anuais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Agosto de 2004. Conforme referido na Nota 30, este empréstimo encontra-se garantido através de penhor de 1.200.000 acções da SOMAGUE Concessões.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	<u>Saldos devedores</u>	<u>Saldos credores</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	4.489	463.906
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	30.438
Imposto sobre o Valor Acrescentado	652	22.437
Contribuições para a Segurança Social	-	21.902
Outros	4.605	-
	=====	=====
	9.746	538.683
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo credor do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas inclui:

Estimativa de imposto	4.106.675
Pagamento por conta	(3.440.607)
Pagamento especial por conta	(12.969)
Retenções na fonte	(189.193)
	=====
	463.906
	=====

Este valor foi apurado no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, conforme referido na Nota 6, corresponde às seguintes empresas:

SOMAGUE Engenharia	(131.713)
SOMAGUE PMG	392.334
SOMAGUE TI – Tecnologias de Informação, S.A.	(31.019)
AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	165.116
Hidurbe - Gestão de Resíduos, S.A.	53.926
SOMAGUE SGPS	5.154
SOMAGUE Ambiente	9.286
SOMAGUE Serviços	1.820
Assicarp	(499)
Soconstroi Engenharia	(499)

	463.906
	=====

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2002, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Regularização de prémios de seguro	23.907
	=====

Custos diferidos:

Encargos financeiros – papel comercial	483.756
	=====

Acréscimos de custos:

Encargos financeiros vencidos e não pagos	357.367
Encargos com férias e subsídios de férias	69.676
Outros	31.604

	458.647
	=====

51. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica “Custo das prestações de serviços” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente fornecimentos e serviços externos (à excepção de rendas e alugueres, seguro do edifício, comunicação, material de escritório e despesas de condomínio que se encontram registados em “Custos administrativos”), remunerações, amortizações e impostos.
- A rubrica “Custo líquido de financiamento” refere-se à diferença entre proveitos e ganhos e custos e perdas financeiros à excepção dos ganhos/perdas em empresas do grupo que se encontram registados em “Ganhos em filiais e associadas” e de provisões para aplicações financeiras que a Empresa registou em “Perdas em outros investimentos”.

52. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A descriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

Numerário	777	3.289
Depósitos bancários	17.681	20.306
	-----	-----
Caixa e seus equivalentes	18.458	23.595
	=====	=====

Os fluxos financeiros com a aquisição e alienação de partes de capital, bem como os relativos a operações de outra natureza com empresas do grupo foram como segue:

Pagamentos:

Empréstimos a empresas do grupo:

SOMAGUE Concessões	9.942.096
SOMAGUE Ambiente	4.248.485
SOMAGUE PMG	2.000.000
SOMAGUE Serviços	100.000

	16.290.581

Aquisição de participações:

SOMAGUE Concessões (20%)	13.953.506

	30.244.087
	=====

Recebimentos:

Empréstimos a empresas do grupo:

SOMAGUE PMG	2.000.000

Dividendos:

SOMAGUE Engenharia	2.360.000

	4.360.000
	=====

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da
SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o respectivo anexo, bem como o Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, emitimos a Certificação Legal das Contas e o Relatório do Auditor Externo, com data de 13 de Março de 2003, que damos como integralmente reproduzido neste documento e que não contém qualquer reserva e contém cinco ênfases, duas das quais relacionadas com a realização de investimentos financeiros e contas a receber.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 13 de Março de 2003

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS – SROC
Representada por Carlos Pereira Freire

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 223.397.402 Euros e capitais próprios de 142.002.413 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.225.171 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SOMAGUE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais, excepto para a alteração indicada no parágrafo 9 abaixo, foram aplicados de forma consistente com os do exercício anterior e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos, excluindo interesses minoritários, em aproximadamente, 685.269.000 Euros e 680.349.000 Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos totais em, aproximadamente, 786.242.000 Euros.
7. As demonstrações financeiras anexas incluem investimentos financeiros em empresas participadas que detêm participações e contas a receber de entidades sediadas em países africanos de, aproximadamente, 30.856.000 Euros (26.806.000 Euros em 31 de Dezembro de 2001). A realização deste montante depende do sucesso das operações futuras dessas empresas participadas e da sua capacidade de efectuar aqueles pagamentos.
8. Em 31 de Dezembro de 2002, a empresa participada SOMAGUE – Engenharia, S.A. está envolvida em diversas obras de construção de recintos desportivos, que deverão acolher jogos do próximo campeonato europeu de futebol. Em consequência, naquela data existem registados valores a receber de diversos clubes desportivos proprietários desses recintos de, aproximadamente, 90.200.000 Euros. A realização deste montante depende da concretização pelos referidos clubes, das operações financeiras associadas ao financiamento dessas obras.
9. Conforme referido na Nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, a Empresa adoptou pela primeira vez no exercício findo naquela data, o disposto na Directriz Contabilística nº 28, passando a registrar os impostos diferidos resultantes de diferenças temporais entre o resultado contabilístico e o fiscal (Notas 3.h) e 6). Em resultado da aplicação desta norma, foram reconhecidos àquela data impostos diferidos activos e passivos de 150.236 Euros e 823.017 Euros, respectivamente, os quais por serem respeitantes a exercícios anteriores, foram registados em resultados transitados, no valor líquido de 672.781 Euros (Nota 40), tal como previsto na referida directriz.
10. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2001, apresentadas unicamente para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o relatório por nós emitido, datado de 29 de Março de 2002, não contém qualquer reserva e contém uma ênfase relativa ao assunto referido no parágrafo 7 acima.

Lisboa, 13 de Março de 2003

FREIRE LOUREIRO E ASSOCIADOS – SROC
Representada por Carlos Pereira Freire

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Manuel de Abreu Castelo Branco

Secretário

João Carlos Caeiro Silvestre

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração

Diogo Alves Dinis Vaz Guedes

Vice-Presidentes

José Manuel Loureda Mantiñán

José Seixas de Queiroz Vaz Guedes

Luis del Rivero Asensio

Vogais

João Francisco Emaúz de Vasconcelos Guimarães

Luís Miguel Dias da Silva Santos

Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva

Ricardo Martín Lucas

Roberto Marques Pinto da Silveira

FISCAL ÚNICO

Freire, Loureiro & Associados (SROC)

Representado por Carlos Manuel Pereira Freire, ROC

Suplente

António Dias & Associados (SROC)

António Marques Dias, ROC

Secretário da Sociedade

Miguel Peter Gomes Tonnies

RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO NO GRUPO SOMAGUE DAS PRÁTICAS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES, NOS TERMOS DAS RECOMENDAÇÕES E REGULAMENTOS DA CMVM

1. Modelo de Organização

O Grupo SOMAGUE está organizado, desde o final de 1993, a partir de uma sociedade gestora de participações – SOMAGUE SGPS, anteriormente denominada Sociedade de Empreitadas SOMAGUE, S.A.

A Sociedade Gestora detém participações directas em cinco sociedades, a partir das quais e com elevado grau de independência se desenvolvem as quatro áreas fundamentais de negócio em que o Grupo está inserido:

- a) SOMAGUE Engenharia – que engloba toda a actividade de construção desenvolvida pelo Grupo, quer directamente, quer através das diversas participadas que actuam em segmentos específicos de mercado, nas Regiões Autónomas e no mercado internacional – Marrocos, Cabo Verde, Moçambique, Angola e Brasil.
- b) SOMAGUE Ambiente – Sociedade Gestora de Participações Sociais que congrega e gere todas a actividade do Grupo na área do ambiente, em Portugal e no Exterior (Brasil e Macau) e com participações em empresas de consultadoria (Procesl), águas e saneamento (AGS), Resíduos Sólidos (Hidurbe), Espaços Verdes (Viveiros de Falcão), Energias Renováveis (Finerge), na Engigás e na Cesl Ásia.
- c) SOMAGUE PMG – onde se insere toda a actuação do Grupo SOMAGUE na área da Habitação a Custos Controlados e no Imobiliário;
- d) SOMAGUE Concessões e Serviços – entidade que desenvolve fundamentalmente, directamente e através das suas participadas, a intervenção do Grupo na área dos transportes, com participações relevantes em concessões rodoviárias nacionais e no Brasil;
- e) SOMAGUE Serviços – entidade que coordena a estratégia do Grupo, à excepção da SOMAGUE Engenharia, e onde está localizado o departamento de projectos especiais – DPS, unidade de estudo e desenvolvimento de novos negócios.

Aos Conselhos de Administração da SOMAGUE SGPS e destas cinco sociedades cabe, de facto, a coordenação de toda a actividade do Grupo, correspondendo à SGPS a definição da estratégia, a aprovação dos planos de actividade sectoriais e providenciar a afectação dos recursos adequados à implementação dos mesmos, cabendo às cinco sociedades principais garantir essa mesma implementação no quadro alargado de participações que cada uma gere.

Os Conselhos de Administração das sociedades, que não a SOMAGUE SGPS, funcionam de forma autónoma e sempre coordenados por um ou mais elementos da SOMAGUE SGPS que asseguram, de uma forma geral, a Presidência e as Vice-Presidências destas sociedades, sendo os restantes administradores específicos de cada área de negócios.

O Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS é constituído por nove elementos, um Presidente e três Vice-Presidentes, todos eles acumulando esses lugares com funções de administração em sociedades detentoras de participações qualificadas no capital da SOMAGUE SGPS, e cinco vogais, todos gestores profissionais envolvidos na gestão das diferentes áreas de negócio e nas actividades de controlo, em que apenas um deles está relacionado com um detentor de participações qualificadas na Sociedade.

2. Regulamento de Gestão

Existe um Regulamento de Gestão formal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, aprovado em Março de 2000 e que abrange, nomeadamente, os seguintes pontos:

- a) Princípios gerais de actuação dos administradores;
- b) Reservas de competência do Conselho de Administração, designadamente a realização de investimentos, desinvestimentos e outras prestações de capital às sociedades directamente participadas da SOMAGUE SGPS, para além da aprovação dos documentos de prestação de contas;
- c) Existência de maioria qualificada de administradores para a aprovação de matérias de desenvolvimento estratégico e as relacionadas com a alínea anterior;

- d) Definição de regras para o preenchimento dos lugares de administradores das empresas directamente participadas;
- e) Possibilidade e regras de constituição da Comissão Executiva da SOMAGUE SGPS;
- f) Regras quanto à periodicidade das reuniões do Conselho de Administração;
- g) Necessidade da unanimidade dos administradores para a alteração deste regulamento de gestão.

3. Comissão Executiva

Nos termos do Regulamento de Gestão, foi criada uma Comissão Executiva na SOMAGUE SGPS em reunião do seu Conselho de 9 de Julho de 2002, com a seguinte composição:

Presidente: Dr. Diogo Vaz Guedes
Vogais: Dr. José Vaz Guedes
Eng. Ricardo Martín Lucas
Eng. João Vasconcelos Guimarães
Dr. Luís Silva Santos
Dr. Nuno Ribeiro da Silva
Dr. Roberto da Silveira

O Presidente da Comissão Executiva, o Dr. José Vaz Guedes e o Eng. Ricardo Martín Lucas, estão directamente relacionados com accionistas detentores de participações qualificadas na sociedade, o mesmo não se aplicando aos quatro restantes.

A repartição de funções, independentemente de outras tarefas específicas a que possam estar cometidos, são as seguintes:

Dr. Diogo Vaz Guedes – Coordenação dos Conselhos da SOMAGUE SGPS, Ambiente, Concessões, PMG e Serviços
Dr. José Vaz Guedes – Coordenação da actividade da SOMAGUE no Brasil
Eng. Ricardo Martín Lucas – Coordenação da Actividade da SOMAGUE Engenharia e suas participadas
Eng. João Vasconcelos Guimarães – Coordenação da actividade da SOMAGUE Concessões e Serviços, designadamente das participadas relacionadas com concessões rodoviárias e com os novos concursos na área dos transportes
Dr. Luís Silva Santos – Coordenador da área financeira do Grupo
Dr. Nuno Ribeiro da Silva – Coordenador da actividade da SOMAGUE Ambiente, com destaque para as participadas relacionadas com concessões municipais de águas e saneamento e energia
Dr. Roberto da Silveira – Coordenador da actividade da SOMAGUE Serviços, designadamente no que se relaciona com novos negócios

4. SOMAGUE Serviços

Tendo em conta:

- a) Que as áreas de negócio do Grupo relacionadas com os serviços – prosseguidas essencialmente através da SOMAGUE Ambiente, da SOMAGUE Concessões e Serviços e da SOMAGUE PMG – vêm assumindo cada vez mais relevância, tendência que deverá acentuar-se no futuro próximo e que reforça a exigência de sistemas de organização e coordenação propiciadores da optimização desse desenvolvimento e das sinergias dele decorrentes;
- b) E que acresce ainda que tem vindo a notar-se uma necessidade de clarificação, a nível interno e externo, entre as áreas de engenharia e serviços que permitam valorizar mais correctamente cada uma das actividades, facilitar a comunicação e tornar mais visível o desenvolvimento e crescimento do Grupo;

Foi decidido criar no final do segundo semestre de 2001 a SOMAGUE Serviços SGPS, S.A., sociedade detida a 100% pela SOMAGUE SGPS, que está já a coordenar, e eventualmente virá a deter, as participações da SOMAGUE SGPS na SOMAGUE Ambiente e na SOMAGUE Concessões e Serviços.

5. Evolução da cotação da SOMAGUE ao longo do ano 2002

Ao longo do ano de 2002 a cotação das acções da SOMAGUE teve uma evolução positiva, tendo ultrapassado, no final do ano, os 10 euros por acção.

Esta evolução continua a resultar, na opinião do Conselho de Administração, de uma opinião generalizada quanto à existência de um potencial de valor relacionado com a área de serviços do Grupo e ainda não completamente perceptível nas contas da empresa.

É ainda de referir a existência de variações bruscas e significativas ao longo do ano no valor da cotação e que estão especialmente relacionadas com a reduzida liquidez do título.

Durante o ano 2002, nos termos e limites de uma autorização da Assembleia Geral, a empresa adquiriu e alienou um total de 3.640 acções, não tendo a 31 de Dezembro de 2002 qualquer acção própria em carteira.

6. Política da Dividendos

A SOMAGUE SGPS não distribuiu dividendos relativamente aos anos de 1998 e 1999, interrompendo uma prática consistente do passado de distribuição anual de um valor próximo dos 25%.

Esta interrupção esteve relacionada com a apresentação de resultados negativos em 1998 e com a natureza dos resultados de 1999 decorrentes, essencialmente de operações extraordinárias não recorrentes.

Relativamente aos anos 2000 e 2001, a empresa retomou o critério anterior, procedendo a uma distribuição de 0.10 euros por acção, ou seja, 27% do resultado obtido em 2001. Para 2002, o Conselho de Administração propôs a subida desse valor para 0.15 euros por acção.

7. Planos de Incentivos à Gestão em vigor

No âmbito da parceria realizada com a Sacyr no ano 2000, foi efectuada uma emissão de 2.500.000 warrants autónomos que foram integralmente subscritos pelos administradores da SOMAGUE SGPS e da SOMAGUE Engenharia, abrangendo assim 14 pessoas, nos termos e proporções definidas pelos órgãos próprios para o efeito.

Esses warrants conferiam aos seus detentores o direito a subscrever igual número de acções, durante o mês de Maio 2002, ao preço de 7 euros por acção.

Durante o período de exercício os accionistas Sofip e Sacyr adquiriram a totalidade destes warrants aos seus detentores, ao preço de 0.1 euros por warrant, tendo exercido integralmente os direitos de subscrição inerentes. Em consequência, foram emitidas 2.500.000 novas acções da Sociedade que resultou num encaixe para a Sociedade de 17.5 milhões de euros.

Na Assembleia Geral de 2002, os accionistas propuseram e aprovaram, no âmbito da aplicação de resultados de 2001, um montante de 768.000 euros a título de gratificação à gestão, distribuído entre os membros da Comissão Executiva. Actualmente, não está em vigor qualquer Plano de Incentivos à gestão.

8. Utilização de Novas Tecnologias para Divulgação de Informação Financeira e apoio ao Investidor

A SOMAGUE dispõe de um site www.SOMAGUE.pt que contém informação detalhada sobre a actividade do Grupo e uma área específica com informação financeira onde são oportunamente divulgados todos os documentos de prestação de contas, trimestrais, semestrais e anuais, para além dos comunicados emitidos.

Nesse mesmo site está identificado um gabinete virtual de apoio ao investidor, com e-mail dedicado investidor@SOMAGUE.pt que é destinado ao Gabinete do Representante das Relações com o Mercado o qual tem respondido, pela mesma via, a todas as questões que têm sido colocadas.

As relações com os investidores estão centralizadas no Representante para as Relações com o Mercado – Dr. Luis Miguel Dias da Silva Santos, que é, simultaneamente, administrador da SOMAGUE SGPS e responsável pela coordenação de toda a área financeira e controlo de gestão do Grupo SOMAGUE.

Os elementos preparatórios da Assembleia Geral estão disponíveis no site da SOMAGUE.

9. Exercício do Direito de Voto e Representação dos Accionistas

Nos termos do artigo nono a décimo terceiro, inclusive, dos estatutos, a Assembleia Geral é constituída pelos accionistas que provem possuir 100 ou mais acções devidamente inscritas em contas de valores mobiliários escriturais com, pelo menos, 15 dias de antecedência sobre aquele em que a assembleia deva reunir em primeira convocatória, mantendo a titularidade das mesmas ao tempo da Assembleia Geral, devendo tal facto ser comprovado pela instituição financeira onde se encontram inscritas as acções, nos termos legais.

Os accionistas possuidores de um número de acções inferior ao mínimo exigido podem participar e intervir na Assembleia Geral se se agruparem de modo a completarem aquele número de acções, fazendo-se representar por um dos agrupados.

A representação voluntária de qualquer accionista em Assembleia Geral pode ser cometida, tratando-se de pessoa singular, a qualquer outro accionista ou a pessoa a quem a lei imperativa o permita, sendo as pessoas colectivas representadas por quem para o efeito nomearem, devendo, em qualquer dos casos, os correspondentes instrumentos de representação ser entregues na sede da sociedade, dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data marcada para a reunião, sob pena de poderem não ser aceites.

Atendendo ao disposto no artigo 22º do Código de Valores Mobiliários, o direito de voto sobre as matérias constantes da Ordem de Trabalhos pode ser exercido por correspondência.

Para o efeito, os accionistas deverão enviar para a sede da sociedade carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral da qual conste de forma inequívoca o sentido de voto relativamente a cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos. Contudo, a sociedade não contém um modelo para o seu exercício.

As cartas deverão conter a assinatura reconhecida notarialmente, ou ser autenticadas pelo secretário da sociedade.

De acordo com a prática societária, devidamente documentada nas convocatórias das reuniões da Assembleia Geral, só poderão ser consideradas as cartas que dêem entrada na sede da sociedade até às 17 horas do penúltimo dia anterior ao da realização da Assembleia Geral.

Não está prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

De acordo com o disposto no artigo décimo terceiro, número dois, a cada grupo de mil acções corresponde um voto, sendo transitoriamente aplicáveis os limites inferiores fixados em lei imperativa.

10. Regras Societárias

No domínio das incompatibilidades, o artigo décimo nono – A dos estatutos determina que o exercício de funções de administrador da sociedade é incompatível:

- a) Com o exercício de funções, a qualquer título, em outra entidade com o mesmo objecto das sociedades por aquela participadas, com sede em Portugal, ou que em Portugal tenha filial ou sucursal;
- b) Com a titularidade, directa ou indirecta, de participação superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto em outra entidade com o mesmo objecto das sociedades por aquela participadas, com sede em Portugal, ou que em Portugal tenha filial ou sucursal;
- c) Com o exercício de funções, a qualquer título, em qualquer entidade que prossiga interesses estratégicos de natureza comercial ou industrial, conflituantes com as actividades compreendidas no objecto das sociedades por aquela participadas.

As incompatibilidades supra referidas determinam o imediato impedimento do exercício das funções de administrador na sociedade suspendendo-se todos os seus poderes, direitos e deveres, excepto os deveres que não pressuponham o exercício efectivo de funções; a verificação do impedimento por mais de três meses sem que lhe seja posto termo, determina a perda automática do cargo.

Exceptuam-se do supra disposto:

- a) O exercício de funções a qualquer título, em sociedades nas quais a sociedade tenha, directa ou indirectamente, participação, desde que a designação ou contratação haja sido efectuada com o acordo da sociedade ou de sociedade por si dominada, em sociedades com quem tenha sido estabelecido um acordo formal de parceria estratégica ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta;
- b) A titularidade de participações em sociedades nas quais a sociedade tenha, directa ou indirectamente, participação, em sociedades com quem tenha sido estabelecido um acordo formal de parceria estratégica ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta;
- c) A designação que venha a ser efectuada, ainda que abrangida pelas incompatibilidades previstas no número um, desde que aprovada pela Assembleia Geral em deliberação tomada por maioria de dois terços dos votos emitidos.

Quanto aos limites ao exercício dos direitos de voto, nos termos do artigo décimo terceiro, número quatro, não serão contados, mesmo nas deliberações para que a lei ou os estatutos exijam maioria qualificada, os votos:

- a) Emitidos por um accionista na parte em que excedam 30% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social;
- b) Emitidos por um conjunto de accionistas quando estes se encontrem entre si em qualquer das situações previstas no número cinco do artigo 13º dos estatutos da Sociedade, na parte em que excedam 30% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, sendo, neste caso, a redução proporcional à participação de cada um dos accionistas no capital social.

A sanção aplicável em virtude da violação deste limite encontra-se estatuída no número onze do mesmo preceito, nos termos do qual, sem prejuízo de os accionistas indemnizarem a sociedade pelos danos causados e das demais consequências previstas nos estatutos, os direitos de voto inerentes às acções de que os mesmos sejam titulares ficarão suspensos pelo período de dois anos.

A sociedade tem conhecimento da existência de um acordo parassocial tornado público, assinado pelos accionistas Finobra, Ficon, Fitran e Sacyr, em que as partes definem as participações máximas que poderão deter na sociedade e estabelecem condições de preferência sobre uma eventual alienação das mesmas.

11. Órgãos de Administração

O Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS foi eleito por 4 anos na Assembleia Geral realizada em 24 de Abril de 2001 e tem a seguinte composição:

Presidente: Dr. Diogo Vaz Guedes

Vice-Presidentes: Eng. José Manuel Loureda (não executivo)
Dr. José Vaz Guedes
Eng. Luis del Rivero (não executivo)

Vogais: Eng. Ricardo Martín Lucas
Eng. João Vasconcelos Guimarães
Dr. Luís Silva Santos
Dr. Nuno Ribeiro da Silva
Dr. Roberto da Silveira

Existe uma Comissão Executiva presidida também pelo Dr. Diogo Vaz Guedes, que inclui todos os membros do Conselho de Administração à excepção dos administradores não executivos Eng. José Manuel Loureda e Eng. Luis del Rivero.

O Conselho de Administração engloba, assim, quatro membros (Presidente e os 3 Vice-Presidentes) que igualmente desempenham cargos de administração em accionistas detentores de participações qualificadas na SOMAGUE e cinco gestores profissionais responsáveis pelas diversas áreas de negócio. Não existem, assim, administradores independentes nos termos recomendados no Regulamento a que se refere este Relatório, isto é, não relacionados com a direcção da empresa e com os accionistas.

O Conselho de Administração reúne mensalmente e a Comissão Executiva duas vezes ao mês, tendo, no ano de 2002 sido realizadas 12 reuniões do Conselho de Administração e 17 da Comissão Executiva.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada por uma Comissão composta por três accionistas, eleita pela Assembleia Geral nos termos do artº 18º dos Estatutos da Sociedade.

Durante o ano de 2002, as remunerações atribuídas à totalidade dos administradores da SOMAGUE SGPS ascenderam a 1.449.053,64 euros e corresponderam a remunerações fixas.

Cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2002:

a) Dr. Diogo Alves Dinis Vaz Guedes

Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Engenharia, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Ambiente SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Concessões e Serviços, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE PMG, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Sofip, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Fitran, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Finobra, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Ficon, S.A.
Vogal do Conselho de Administração do Banco Privado Português, S.A.
Vice-Presidente da Direcção da ANEOP

b) Eng. José Manuel Loureda Mantiñán

Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Grupo Sacyr, S.A. (Espanha)
Administrador da Sacyr, S.A. (Espanha)
Administrador da Sacyr Gestión, S.A. (Espanha)
Administrador de AVASA, S.A. (Espanha)
Presidente do Conselho de Administração de FEBIDE, S.A. (Espanha)

c) Dr. José Seixas de Queirós Vaz Guedes

Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Concessões e Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Administrador SOMAGUE Serviços, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Imolusa, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Sofip, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Fitran, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Finobra, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Ficon, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Triângulo do Sol, S.A. (Brasil)

d) Eng. Luis del Rivero

Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Administrador-Delegado de Grupo Sacyr, S.A. (Espanha)
Administrador da Sacyr Gestión, S.A. (Espanha)
Administrador da Vallehermoso, S.A. (Espanha)
Administrador de Testa Imuebles, S.A. (Espanha)
Administrador Delegado de Aeropuertos de la Region de Murcia, S.A. (Espanha)
Administrador Delegado de AVASA, S.A. (Espanha)
Presidente do Conselho de Administração da Avasacyr, S.A. (Espanha)
Presidente do Conselho de Administração de Autovia del Noroeste Concessionária CARM, S.A. (Espanha)
Administrador da Scrinser, S.A. (Espanha)
Administrador Delegado da Sociedad Anónima Depuracion y Tratamientos, S.A. (Espanha)
Vogal do Conselho de Administração de Microtec Ambiente S.A. (Espanha)
Administrador da Inversora Latinoamericana de Infraestruturas AIE (Espanha)

e) Eng. Ricardo Martín Lucas

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Engenharia, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Termague, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE TI, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da Neopol, S.A.

f) Eng. João Francisco Emaúz de Vasconcelos Guimarães

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Concessões e Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Lusoponte, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Triângulo do Sol, S.A. (Brasil)

g) Dr. Luís Miguel Dias da Silva Santos

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Engenharia, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE TI, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Ambiente, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da AGS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da Cesl-Ásia, S.A. (Macau)
Gerente da Soconstroi Engenharia, Lda.

h) Dr. Nuno Manuel Franco Ribeiro da Silva

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços, S.A.

Vice-Presidente do Conselho de Administração da SOMAGUE Ambiente, SGPS, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da HIDURBE, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da TEGAEL, S.A.
Presidente do Conselho de Administração dos VIVEIROS DO FALCÃO, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da FINERGE, S.A.
Presidente do Conselho de Administração da ENGIBRÁS, LTDA. (Brasil)
Presidente do Conselho de Administração da ENGIGÁS, S.A
Vogal do Conselho de Administração da Cesl-Ásia, S.A. (Macau)

- i) Dr. Roberto Marques Pinto da Silveira

Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE SGPS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Serviços, SGPS, S.A.
Vogal do Conselho de Administração da SOMAGUE Ambiente, SGPS, S.A.
Gerente da Soconstroi Engenharia, Lda.
Administrador Único da Big-Plan Estratégia Financeira, S.A.

12. Outros Aspectos Relevantes

A SOMAGUE não detém um sistema autónomo de controlo interno de riscos, bem como não tem, de facto, administradores independentes no Conselho de Administração que não tenham funções executivas nas diversas empresas do Grupo. Não existe actualmente em vigor qualquer plano explícito de incentivos à gestão, estando a remuneração variável dependente de proposta expressa dos accionistas em sede de Assembleia Geral.

EXTRACTO DA ACTA

“Extracto da Acta Número Cinquenta e Nove”

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de 2003, pelas doze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Geral da Somague SGPS, SA, na respectiva sede social sita na Rua Dr. António Loureiro Borges, números nove e nove A, Arquiparque, Miraflores, Algés, na sequência de convocatória publicada no Jornal “O Correio da Manhã”, de vinte e seis de Março de dois mil e três, Boletim da Bolsa de Valores Euronext Lisboa, de 26 de Março de dois mil e três e Diário da República III Série, de 28 de Março de 2003, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciar, discutir e deliberar sobre os relatórios de gestão e as contas, simples e consolidadas, do exercício de 2002 apresentados pelo Conselho de Administração, incluindo os pareceres do fiscal único;
2. Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

(...)

Concluídas as intervenções mencionadas e por não pretender mais ninguém fazer uso da palavra, colocou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral à votação os documentos de prestação de contas, incluindo o Parecer do fiscal único, primeiramente na forma simples e de seguida na forma consolidada, sendo, em ambos os casos, aqueles documentos de prestação de contas aprovados por unanimidade.

Entrados na apreciação do ponto Dois da Ordem de Trabalhos referiu o Senhor Presidente da Assembleia Geral terem dado entrada na Mesa duas propostas para aplicação de resultados, emanando uma do Conselho de Administração da sociedade e outra da accionista SACYR, com os teores que seguidamente se transcrevem:

Do Conselho de Administração: “O resultado líquido apurado no exercício foi positivo, no montante de Euros 7.225.171 (Sete milhões, duzentos e vinte e cinco mil, cento e setenta e um Euros), tendo em conta os dividendos distribuídos relativamente ao ano de 2001 e a situação financeira da empresa, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

Para Reserva Legal	400.000 Euros
Para Dividendos	3.915.000 Euros
Para Resultados Transitados	2.910.171 Euros”

Da accionista SACYR: “Tendo em conta a recuperação económica do Grupo realizada nos últimos três exercícios e o trabalho desenvolvido pela sua equipa de gestão, propõe o Grupo Sacyr que a proposta de aplicação de resultados efectuada pelo Conselho de Administração seja alterada da seguinte forma:

Para Reserva Legal	400.000 Euros
Para Dividendos	3.915.000 Euros
Para Resultados Transitados	2.404.421 Euros
Para gratificação à Gestão	505.750 Euros”

Considerando a proposta apresentada pela accionista SACYR um mero complemento da proposta do Conselho de Administração, na medida em que se limita, apenas, a propor a retirada, da rubrica de resultados transitados para uma rubrica de gratificação à gestão, da quantia ali identificada, pôs o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral à consideração dos accionistas que apenas se pusesse à

discussão, e subsequente votação, a proposta de aplicação de resultados da accionista Sacyr, o que mereceu acolhimento da totalidade dos accionistas presentes ou representados.

Não pretendendo nenhum accionista usar da palavra neste âmbito, colocou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral à votação a proposta de aplicação de resultados da accionista Sacyr, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

(...)



Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Rua Dr. António Loureiro Borges, 9-9A Arquiparque - Miraflores 1495-131 Algés - PORTUGAL
Tel. +351 21 413 70 00 Fax +351 21 413 70 01 www.somague.pt somague@somague.pt
Capital Social: 130.500.000 € Matrícula Nº 11 995 - Oeiras - C.R.C. Cascais NIPC: 500 257 752 - Sociedade Aberta